

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

JANETH CARVALHO DA SILVA CARDOSO

**AS ESCOLAS PAROQUIAIS CAPUCHINHAS NO INTERIOR DO MARANHÃO
(1960-1970)**

São Luís
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

JANETH CARVALHO DA SILVA CARDOSO

**AS ESCOLAS PAROQUIAIS CAPUCHINHAS NO INTERIOR DO MARANHÃO
(1960-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em educação. Grupo de Pesquisa: História e Memória da Educação Maranhense - GHIME. Linha de Pesquisa: História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana.
Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro

São Luís
2018

JANETH CARVALHO DA SILVA CARDOSO

**AS ESCOLAS PAROQUIAIS CAPUCHINHAS NO INTERIOR DO MARANHÃO
(1960-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em educação. Grupo de Pesquisa: História e Memória da Educação Maranhense - GHIME. Linha de Pesquisa: História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana.
Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

Data da Defesa e aprovação 12 / 09 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augusto Castro (Orientador)
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Samuel Luís Velázquez Castellanos
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Para minha mãe Isabel, que desde cedo me ensinou amar a Deus e a gostar de História, e para meu pai Valdivino, um exemplo de homem honesto e trabalhador.

AGRADECIMENTOS

Sonhar é indispensável ao ser humano e dar continuidade a minha formação, cursando o mestrado acadêmico em educação, foi um sonho que começou logo no início da experiência como professora substituta na graduação. O que eu não imaginava era que poderia até sonhar sozinha, mas no momento da concretização desse sonho, a participação do outro, seria fundamental para que o mesmo se tornasse realidade. O outro neste contexto é representado por inúmeras pessoas que Deus colocou em meu caminho e que nem sempre estavam próximos geograficamente, mas suas presenças eram constantemente sentidas no meu coração e, ao longo desta caminhada, se tornaram imprescindíveis para que eu pudesse alcançar o objetivo final. Assim, agradeço primeiramente ao meu DEUS que é soberano sobre a minha vida, tudo providenciou e nunca me deixou só.

Agradeço de forma especial a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/ UFMA), que contribuíram com a minha formação enquanto pesquisadora, me levando a compreender melhor a seriedade da pesquisa, a necessidade de conscientização do pesquisador em relação à ética, ao rigor metodológico, ao compromisso com a verdade e a responsabilidade que devemos ter na busca pela transformação social. À CAPES sou imensamente grata pela bolsa concedida durante parte do período de realização deste trabalho. Aos meus colegas do mestrado em educação pelos momentos de discussões proporcionadas em sala de aula, companheirismo e solidariedade.

Ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL) agradeço pelas reuniões de estudos e aprofundamento na compreensão do paradigma historiográfico da Nova História Cultural, conduzidos pelo professor Samuel Luís Velázquez Castellanos e pelo professor César Augusto Castro na companhia de pesquisadores da graduação, mestrado e doutorado possibilitando a troca de experiências que foi indispensável para um melhor entendimento do meu objeto de pesquisa. Em especial, sou grata ao professor César Augusto Castro pela orientação tão humana e cuidadosa se mostrando preocupado não apenas com a qualidade das produções textuais, mas também com o meu bem-estar enquanto mãe que se encontrava longe de casa.

Agradeço também a Deus, principalmente no que considereei uma das etapas mais difíceis, a distância do meu esposo Antônio Filho e dos queridos filhos Pedro Antônio e João Lucas. Antônio, obrigada por ter sido um companheiro sem igual, cuidando “sozinho” de tudo durante o período em que eu estava em São Luís cursando as disciplinas do mestrado. Aos

filhos amados, pela compreensão em tempos difíceis de mãe ausente e sempre muito ocupada com os estudos. O meu desejo é que esta experiência que nos fez crescer a todos, nos torne cada vez mais uma família unida e feliz tendo Jesus Cristo como o primordial em nossas vidas.

Agradeço aos meus pais, irmãos e irmãs pela força, principalmente, a minha irmã Ivanete pela correção ortográfica de todos os meus textos durante o mestrado e, de maneira especial, os cuidados da “tia Francisca”, Junior, Tatiana e Manú por me acolherem não apenas em sua residência, mas na família e me proporcionarem condições de estudar e concluir as disciplinas no primeiro ano do mestrado.

O meu agradecimento à professora Ilma Maria de Oliveira por ter me incentivado a ingressar na área de educação desde a graduação em Pedagogia e por estar sempre me desafiando a dar continuidade a minha formação acadêmica. À professora Aparecida Corrêa Custódio por ter me contagiado com a sua dedicação e competência ao fazer pesquisa historiográfica e mostrado que a visita ao arquivo é tão necessária.

Na difícil tarefa de garimpar fontes escritas e iconográficas disponíveis no Arquivo da Província Capuchinha agradeço a colaboração dos Frei Rogério, Frei Macapuna e Frei Joacir, que muito contribuíram com a realização desta pesquisa, sempre prontos a ajudar na localização das fontes.

Por fim dedico o meu agradecimento especial às ex-professoras e ex-alunos (as) dos tempos de escolas paroquiais capuchinhas que se dispuseram a relatar suas experiências, memórias que em muito contribuíram para uma melhor compreensão e análise das fontes e do objeto de estudo.

“A preocupação e o esforço educacional sempre foram prioritários na pastoral dos nossos missionários. Não havia paróquia sem ter[...] Escola paroquial. ” (GIANELLINI, 1993, p.46)

RESUMO

Este estudo se insere no âmbito da história das instituições educacionais brasileiras e busca analisar a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos nas escolas paroquiais no interior do Maranhão no período de 1960 a 1970. A pesquisa do tipo documental e de campo apoiada na revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa é vinculada ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. A partir da abordagem teórico-metodológica da Nova História cultural, buscou-se identificar como se deu a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão, bem como verificar como se estabeleceu a organização das escolas paroquiais criadas pelos capuchinhos lombardos, tendo como referencial teórico dentre outros autores Bourdieu (2013); Chartier, (1990); De Certeau (2014); Hunt, (2001); Castro; Castellanos; Felgueiras, (2012) e Nunes, (2005). As fontes como livros de tombo, estatutos das escolas paroquiais e relatórios anuais dos religiosos estão entre os documentos que foram selecionados para a análise de acordo com os objetivos propostos. A análise crítica das fontes foi feita a partir das representações do mundo social por meio de suas formas e motivos, no intuito de alcançar uma maior aproximação da realidade estudada a partir do entendimento de quem produziu os documentos, quais os interesses dos grupos que os forjaram e a posição de quem os proferia, possibilitando assim a construção de um conhecimento que nos permitiu estabelecer relações com a sociedade e com o pensamento da época em foco, contribuindo para a compreensão de uma parte importante da história da educação maranhense. Para tanto, foram realizadas ainda entrevistas semiestruturadas com ex-professoras e ex-alunas de escolas paroquiais do período escolhido para estudo, permitindo assim, evidenciar a existência de uma rede de escolas paroquiais capuchinhas que ofertava ao mesmo tempo o ensino primário e a catequese como instrumentos de fortalecimento do catolicismo e de combate ao protestantismo no interior do Maranhão na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos. Escolas paroquiais. Interior do Maranhão. História da Educação.

ABSTRACT

This study is part of the history of Brazilian educational institutions and seeks to analyze the pedagogical action of the Lombard Capuchins in parochial schools in the interior of Maranhão in the period from 1960 to 1970. The research of the documentary type and field, supported in the bibliographical revision with a qualitative approach is linked to the research group history and Memory of Maranhão Education (GHIMEM) and the nucleus of studies and documentation in history of education and practices Readers (NEDHEL), of the Post-Graduate program in Education of the Federal University of Maranhão. From the theoretical-methodological approach of the new cultural history, it was sought to identify the pedagogical activities of the capuchins in the interior of Maranhão, as well as to verify the organization of the parish schools created by the Capuchins, Theoretical reference among other Bourdieu authors (2013); Chartier, (1990); Certeau (2014); Hunt, (2001); Castro Castellanos Fancy, (2012) and Nunes, (2005). The sources such as Tombo books, parish schools statutes and annual reports of the religious are among the documents that were selected for the analysis, according to the proposed objectives. The critical analysis of the sources was made from the representations of the social world through its forms and motives, with the aim of achieving a closer approximation of the real from the understanding of those who produced the documents, which the interests of the groups that they forged and the position of those who gave them, thus enabling the construction of a knowledge that allowed us to establish relations with society and with the thought of the time in focus, contributing to the understanding of an important part of the history of Maranhão education. For this reason, the former and expupils of parish schools of the period chosen for study were also carried out, thus allowing to highlight the existence of a network of parochial schools capuchin that offered the same time primary education and catechesis as instruments of strengthening Catholicism and fighting Protestantism in the interior of Maranhão in the second half of the twentieth century.

Key words: Teaching of the Capuchins of Lombardy. Parochial schools. South Center of Maranhão. Education of History.

LISTA DE SIGLAS

AEIB	Associação Educadora Ítalo-Brasileira
AESFA	Associação Educadora São Francisco de Assis
AHPNSC	Arquivo Histórico da Província Nossa Senhora do Carmo
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras
OFME	Ordem dos Frades Menores Capuchinhos
UFM	Unevangelized Fields Mission
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte da área de estudo destacando municípios de Barra do Corda, Porto Franco, Amarante, Imperatriz, João Lisboa e Carolina.....	18
Figura 2 - Primeiro grupo de freis capuchinhos lombardos a vir para o Brasil final do XIX.....	41
Figura 3/4 - Registro da aprovação Missão do Maranhão e Mapa do Maranhão dividido em apostolado dos capuchinhos italianos.....	43/44
Figura 5 - Internato de São Francisco de Assis para meninos índios, fundado em Barra do Corda, 1895.....	45
Figura 6 - Frei Carlos de S. Martinho Olearo, superior da Missão Indígena do Maranhão (1894-1901).....	49
Figura 7 - Missionária protestante e professora inglesa Eva Y. Mills.....	53
Figura 8 - Escola Paroquial Capuchinha Pio XI, a primeira a ser criada pelos freis lombardos no município de Barra do Corda em 1935.....	59
Figura 9 - Turma da terceira série da Escola Paroquial Capuchinha Dom Cesário, recebendo o certificado da primeira comunhão (1963) e a professora-catequista no centro.....	61
Figura 10 - Frei Osvaldo Coronini, que na década de 1960 realizou missões ambulantes na região que abrangia os municípios de Imperatriz e João Lisboa e outras dezenas de povoados do interior do Maranhão.....	66
Figura 11 - Localização do município de Imperatriz no mapa do Maranhão.....	71
Figura 12 - Alunos (as) da Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré que funcionava ao lado da igreja do povoado de Lagoa Verde no município de Imperatriz (1963)	76
Figura 13 - Certidão do registro de mudança na nomenclatura da Associação Ítalo-Brasiliense e o atestado da Associação Educadora São Francisco de Assis como prestadora de serviços de utilidade pública (1969)	77
Figura 14 - Frei Osvaldo Coronini na festa de casamento de uma professora-catequista juntamente com outras duas moças da comunidade de Lagoa Verde, no município de Imperatriz, que também ajudavam com as ações educacionais no ensino primário (1966).....	82
Figura 15 - Imagem para divulgação das ações no ensino primário. Frei Defendente e crianças que frequentavam as escolas paroquiais.....	84
Figura 16 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Porto Franco, MA, onde em um dos anexos funcionava a Escola Paroquial com o mesmo nome, (1968)	85

Figura 17 - O cotidiano no Povoado Lagoa Verde (1959-1960), no município de Imperatriz e a construção da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, onde funcionou a escola paroquial dirigida na época por Frei Osvaldo que aparece na imagem vistoriando a obra.....	91
Figura 18 - Diário Oficial do Estado do Maranhão com a publicação do Estatuto da Escola Paroquial Frei Vitor.....	92
Figura 19 - Frei Capuchinho João José de Carpenedolo, diretor da Escola Paroquial Nossa Senhora da Conceição em Porto Franco -MA (1956-1965), em sala de aula.....	99
Figura 20 - Prédio anexo à igreja matriz do Município de João Lisboa, onde funcionava a Escola Paroquial Dom Cesário, fundada e dirigida pelo Frei Capuchinho Tomé M. Serina.....	101
Figura 21 - A professora paroquial, da Escola Nossa Senhora de Nazaré ao lado do irmão e das freiras capuchinhas brasileiras, Luiza e Evangelina que auxiliavam os freis lombardos na formação das professoras leigas (1966).....	107
Figura 22 - Formatura da turma do curso prático de enfermagem, promovido pela paróquia de João Lisboa (1960). No centro, Frei Tomé ao lado do médico Carlos Amorim e sua esposa. Entre as enfermeiras, estava a professora paroquial, a segunda da esquerda para a direita.....	110
Figura 23 - Prédio da Escola Paroquial Santo Antônio de Pádua, fundada em 1955 pelos freis capuchinhos lombardos no município de Carolina, atual ECVC-Centro de Evangelização Dom Marcelino Torrér.....	112
Figura 24 - Catedral São Pedro de Alcântara em Carolina-MA, construída pelos freis capuchinhos lombardos no final da década de 1920, localizada a cerca de trezentos metros da Escola Paroquial Santo Antonio de Pádua.....	113
Figura 25 - Alunos (as) da Escola Paroquial Dom Cesário, e uma das professoras da instituição, prontos para o desfile do sete de setembro vestidos com uniformes aprovados pelo frei capuchinho responsável pela paróquia de João Lisboa e pela escola (1960).....	117
Figura 26 - Em frente à igreja no povoado Lagoa Verde, os alunos (as) da Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré começam a se organizar para o início do desfile do sete de setembro, 1966.....	119
Figura 27 - O frei capuchinho Marcelino Sérgio Bícego, então Bispo da Prelazia de Carolina, ministrando a 1ª eucaristia a uma criança na Catedral de São Pedro, 1970. Possivelmente, um aluno da escola Paroquial Santo Antônio de Pádua.....	121

Figura 28 - Freis Capuchinhos Lombardos responsáveis pelas paróquias e desobrigas no interior do Maranhão nas décadas de 1960 e 1970. Como parte do trabalho missionário estava a abertura de escolas paroquiais nas Prelazias de São José do Grajau e de Carolina.....124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Subvenções concedidas pelo governo do Estado para a Missão do Maranhão dirigida pelos Capuchinhos Lombardos, no período de 1896 a 1898.....	46
Quadro 2 - Escolas Paroquiais Capuchinhas fundadas em municípios do interior do Maranhão, no período de 1935 a 1959.....	55
Quadro 3 - Obras missionárias e sociais desenvolvidas no território da Prelazia de São José do Grajaú, vista no mapa no período de 1950-1960.....	63
Quadro 4 – Instituições que formavam a rede de escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios localizados na área de missão dos freis lombardos no interior do Maranhão.....	68
Quadro 5 - Paróquias dirigidas pelos Capuchinhos Lombardos que receberam subvenções governamentais destinadas para as ações educacionais no período de 1957 a 1970.....	78
Quadro 6 - Índice de analfabetos no Brasil no período de 1950 a 1970.....	89
Quadro 7 - O currículo da Escola Paroquial Capuchinha nas décadas de 1960 e 1970.....	122
Quadro 8 - Profissões dos pais dos alunos (as) da Escola Paroquial Dom Cesário, 1968.....	125

Sumário

Sessão I Introdução: O interesse em estudar as escolas paroquiais capuchinhas	15
1.1 Problemática da Pesquisa.....	23
1.2 Objetivo geral:	23
1.3 Objetivos específicos:	25
1.4 Procedimentos Metodológicos.....	25
1.5 Tipologia da Pesquisa	27
1.6 As Fontes de Pesquisa.....	32
1.7 O uso e tratamento das fontes	34
1.8 A organização do trabalho	36
1.9 Relevância do trabalho.....	37
Sessão II A ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão	39
2.1 A Ordem Capuchinha: dos desdobramentos no interior do Maranhão à criação das Escolas Paroquiais	39
2.2 A abertura das primeiras escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios localizados nas Prelazias São José do Grajaú e Carolina	54
2.3 A constituição de uma rede de escolas Paroquiais Capuchinhas como instrumento de fortalecimento do catolicismo e de combate ao protestantismo	66
2.4. A manutenção das escolas paroquiais dirigidas pelos freis italianos.....	76
Sessão III A organização das escolas Paroquiais Capuchinhas nas décadas de 1960 e 1970	87
3.1 O estatuto das escolas paroquiais criadas pelos Capuchinhos Lombardos.....	87
3.2 Os sujeitos educativos da escola paroquial capuchinha: as professoras-paroquiais, uma atuação para além da sala de aula	102
3.3 Os alunos (as) da escola Paroquial Capuchinha: disciplina e imposição doutrinária para a formação do bom católico.....	115
4 Considerações finais	129
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICES	143

Sessão I

Introdução: O interesse em estudar as escolas paroquiais capuchinhas

Os estudos sobre instituições escolares religiosas têm se tornado cada vez mais significativos desde as últimas décadas do século XX, os quais vêm se destacando de forma expressiva, principalmente no âmbito da história da educação. Dentre as mais pesquisadas, a escola paroquial católica, conhecida com essa nomenclatura por funcionar no mesmo espaço da paróquia, seja no interior da igreja, seja em prédios anexos a esta, se destaca em trabalhos precedentes em seus vários aspectos. Neste sentido, estudos já realizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, num extenso recorte histórico (1891-1940)¹, apontam as escolas primárias das paróquias a partir da Proclamação da República como espaços que serviram para o fortalecimento do catolicismo, a partir de um projeto de restauração católica² estabelecido pela Igreja Romana, que buscava diante do processo de laicização do ensino, manter sua “[...] influência e o prestígio na sociedade brasileira” (QUEIROZ, 2016, p. 87).

De acordo com Sousa (2003), apesar do “rompimento³” com a igreja, o Estado não teve como atender a demanda por educação e de prover as condições necessárias para a implantação de ensino laico que garantisse um “saber positivista”; portanto, a igreja,⁴ continuou sendo a principal instituição responsável pela educação no país.

A emancipação de um Estado republicano precisava contar com instituições escolares que contribuíssem com o desenvolvimento da indústria e a difusão de um “saber positivista” legitimamente aceitável entre a população. A reforma Benjamim Constat, que tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, a formação na ciência e a gratuidade da escola primária, estava de mãos atadas diante da ineficiência do Estado. Portanto, a expansão do ensino e a organização escolar dependiam da influência e da experiência acumulada da Igreja Católica no setor educacional. (SOUSA, 2003, p.157).

¹ Sobre escolas paróquias católicas ver Heerdt (1992); Dallabrida (1993); Kreutz (2004); Strieder (2008); Vasconcelos (2009); Barros (2010); Rossi, Queiroz (2016); Rodrigues e Piola (2015).

² O projeto implementado pela Santa Sé no período republicano, conforme Queiroz (2016), tinha como objetivo “[...] estabelecer outro tipo de catolicismo no Brasil. Em vez das práticas “populares”, consideradas supersticiosas e “contaminadas” por outras crenças, a Igreja pretendia enfatizar o catolicismo romano, mais hierárquico, sóbrio e tradicional.” (*Ibid.*, 2017, p. 87).

³ Quando se diz neste trabalho que houve o rompimento do Estado com a igreja se está considerando que a partir da constituição de 1891 foi estabelecido oficialmente a separação da igreja católica e do Estado, mesmo que a “reaproximação e combinação de forças” entre estas duas instituições tenha ocorrido já a partir de 1910 segundo Sousa (2003, p.159).

⁴ Sobre a continuidade da educação nas mãos da igreja, mesmo após a Constituição de 1891 e o funcionamento de escolas paroquiais nas regiões sul e sudeste do Brasil, ver Dallabrida (2003).

Ainda sobre o início do período republicano, Heerdt (1992) afirma que com a promulgação da constituição de 1891 a igreja católica deixou de ter a proteção do Estado e de ser vista como uma agência governamental, como havia sido considerada no Brasil Império com o regime do padroado⁵ e passou a ter “[...] uma enorme liberdade, em todos os sentidos, na sua organização e atividades.” (HEERDT, 1992, p. 40). À vista disso, investiu na promoção de ações assistenciais e educacionais buscando dar bases cristãs ao ensino laico, se desenvolver e expandir como um novo modelo de igreja institucional,⁶ passando a depender a partir desse período das diretrizes da Santa Sé sendo que:

Um dos mecanismos no qual a Igreja [investiu] com todas as forças, [foi] a instrução religiosa do povo. A instrução religiosa, conforme os Documentos Episcopais, consistia na dinamização da Catequese e de escolas católicas, ou seja, as Escolas Paroquiais”. (*ibid.*, 1992, p. 69).

Dentre os autores que tratam da Escola Paroquial, Kreutz (2004) analisou a história do professor paroquial, suas funções e características no período de imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul, e ainda o currículo e o material didático utilizados nas instituições escolares teuto brasileiras. O autor concluiu que o professor e a escola paroquial católica apesar de terem sido criados por iniciativa dos imigrantes alemães nas áreas de colônia, também passaram a fazer parte do projeto de restauração do catolicismo apoiado pela Santa Sé.⁷

O estudo feito por Dallabrida (1993) sobre o catolicismo romanizado na área de colonização italiana no Vale do Itajaí, no período de 1892 a 1918 trata em parte, das escolas paroquiais católicas sob direção do clero franciscano alemão. O autor afirma que: “As escolas paroquiais eram consideradas meios estratégicos para a transmissão da doutrina católica às crianças, de forma sistemática e regular. Eram parte integrante das capelas e igrejas [...]”. (DALLABRIDA, 1993, p. 107).

Moacir Heerdt (1992) ao analisar a criação e o funcionamento dessas instituições escolares no Estado de Santa Catarina no período de 1890 a 1930 descreve o contexto em que

⁵ “O padroado português consistia na concessão de privilégios e na reivindicação de direitos, invocando à coroa sua qualidade de protetora das missões eclesiásticas[...]. Através do padroado, a monarquia promovia, transferia ou afastava clérigos; decidia e arbitrava conflitos nas respectivas jurisdições das quais ela própria fixava os limites. [...] a igreja ficava sob o controle permanente do Estado.” (AZEVEDO, 1997, p.3120).

⁶ Heerdt (1992), afirma que nessa nova etapa, a igreja católica é caracterizada por ser uma “[...] igreja institucional em lugar de uma igreja de Cristandade, ou seja, [...] passa a ser considerada como uma sociedade hierárquica perfeita, cujo funcionamento se realiza em um modelo paralelo ao Estado, devendo manter ambos, Igreja e Estado, uma relação de competição.” (HEERDT, 1992. p. 45-46).

⁷ Sobre o professor paroquial, a escola paroquial teuto-brasileira e o projeto de restauração católica no Rio Grande do Sul no século XIX ver Kreutz (2004).

as escolas paroquiais surgiram, as fases de expansão e o fim das mesmas em consequência da política de nacionalização do ensino instituída no governo de Getúlio Vargas. Como fontes o autor arrolou uma diversidade de documentos como boletins eclesiásticos, relatórios, livros de protocolo, mensagens e também jornais da época.

Em síntese nota-se, que a produção acadêmica sobre escolas paroquiais católicas vem ocorrendo em diferentes recortes temporais; no entanto, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, tais estudos têm sido realizados em menor número. No Estado do Maranhão, por exemplo, podemos citar autores que se dedicam a investigar a educação ofertada em instituições educacionais católicas⁸. No estudo feito por Diulinda Pavão Costa, *O cenário educacional na princesa da baixada (1920-1960)* a autora no capítulo dois apresenta a configuração da educação no interior do Maranhão no período estudado e aponta a Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, fundada na década de 1950 na cidade de Pinheiro, como importante estratégia de evangelização diante do ensino laico instituído a partir do período republicano. De acordo com a autora entre os objetivos da escola paroquial estava a formação moral e religiosa bem como práticas que buscavam difundir o ideário nacionalista da Era Vargas a partir de alianças entre os preceitos nacionalistas e religiosos (COSTA, 2012).

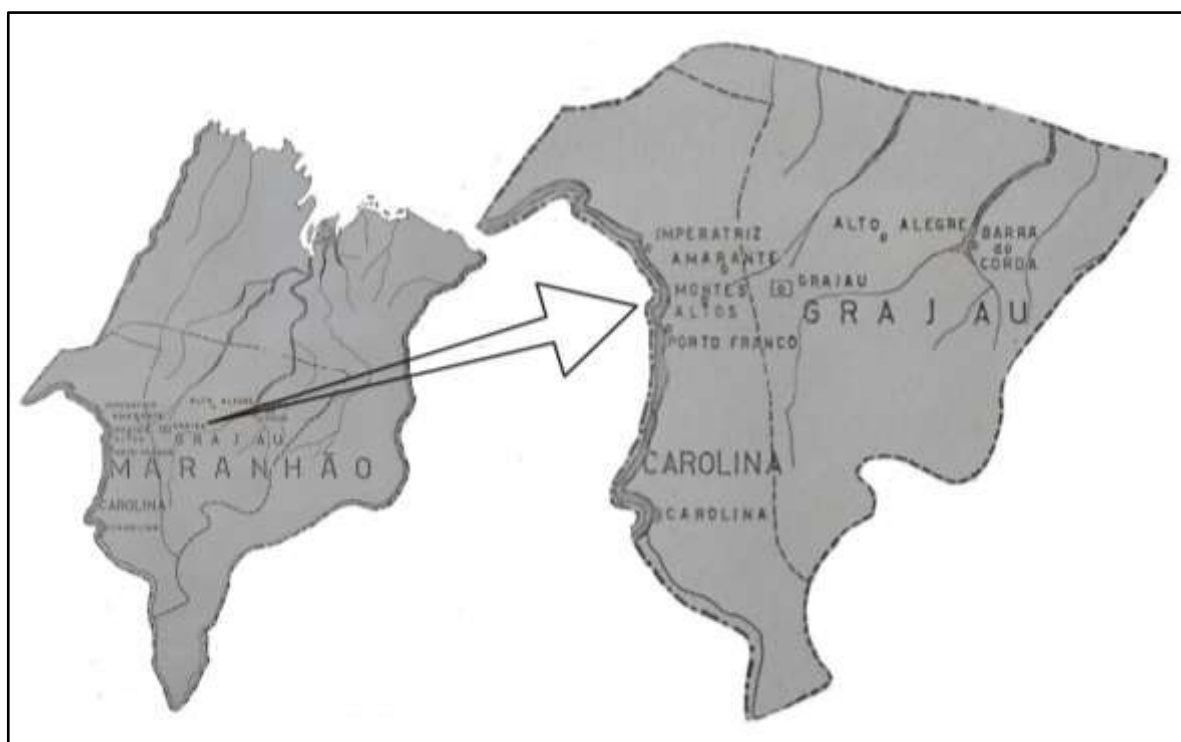
No trabalho de Alairton Luis Araujo Soares, *o Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense (1953-1963)*, dedica a última parte do primeiro capítulo a analisar a ação educativa e a representação da Escola Paroquial Nossa Senhora do Sagrado Coração, que funcionou no município maranhense de Pinheiro, na segunda metade do século XX.

Claudeilson Pinheiro Pessoa ao estudar *A obra educacional dos irmãos de Nicollet em Guimarães – MA (1955-1965)*, analisa as instituições que compuseram a obra educacional da Missão Canadense. Pessoa (2013), destaca a criação de escolas paroquiais católicas no interior do Maranhão pelos religiosos (as) onde no município de Guimarães, a escola Paroquial São José “[...] passa a ser vista como espaço estratégico para o cumprimento dos objetivos da missão[...]”. (PESSOA, 2013 p.87). A instituição religiosa foi considerada pelo autor como instrumento utilizado pela igreja católica para evangelizar e catequizar crianças garantindo a escolarização da infância com base nas regras do catolicismo.

⁸ Dentre os (as) autores (as) da área de história da educação que vêm estudando a missão capuchinha e a relação da Ordem com a educação no Maranhão destacamos ainda a Custódio (2014; 2016; 2017); a Gorete (2003; 2017); e a Cruz, Anjo e Ribeiro (2012).

No entanto, se faz necessário a realização de estudos mais amplos sobre a existência das escolas paroquiais fundadas e dirigidas pelos capuchinhos lombardos, em municípios do interior do Maranhão, dentre os quais, os municípios de Barra do Corda, Porto Franco, Amarante, João Lisboa, Imperatriz e Carolina, localidades que podem ser vistas no mapa a seguir. Os freis capuchinhos lombardos, são assim chamados por serem oriundos da Província lombarda, localizada na região norte da Itália. (ZAGONEL,2001, p.154). Assim, neste trabalho, os capuchinhos são também chamados de missionários ou religiosos.

Figura 1 – Recorte da área de estudo destacando-se os municípios do interior do Maranhão em que funcionavam escolas paroquiais capuchinhas no período de 1960 a 1970.



Fonte: Adaptado da STATISTICA dei FRATI M. CAPP. de LOMBARDIA, 1 de gennaio 1967. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

A área delimitada no mapa indica parte da Prelazia⁹ São José de Grajaú criada pela Santa Sé, em fevereiro de 1922 e contempla ainda a Prelazia de Carolina erigida em janeiro de 1958, ambas foram confiadas aos freis capuchinhos lombardos, que se faziam presentes no Maranhão desde o final do século XIX. Os municípios pontuados estão localizados nas duas áreas de missões em que, assim como no restante do país, as ações desenvolvidas pela Ordem Franciscana nos períodos citados estavam vinculadas ao projeto evangelizador elaborado pela

⁹ Prelazias são circunscrições eclesiásticas também conhecidas como áreas missionárias, criadas pela Santa Sé para atender às necessidades peculiares de um determinado lugar ou grupo de fieis conforme Azzi e Klaus (2008, p.384),

Cúria Romana que buscava, conforme Azzi e Grijp (2008) “[...] reformar o caráter devocional e leigo da crença popular, mediante a ênfase no aspecto sacramental e no poder clerical.” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 383). Além de combater o crescimento de outras religiões no território brasileiro, principalmente do protestantismo.

Assim sendo, o caráter missionário e social com vistas à evangelização estava presente em todas as atividades desenvolvidas pelos freis italianos no Maranhão, incluindo o ensino oferecido nas escolas paroquiais que se estendeu gradativamente no interior do Estado até a segunda metade do século XX. Neste sentido, parece-nos que nem mesmo a aprovação e implantação do Concílio Vaticano II¹⁰ (1959-1965), que trouxe profundas mudanças para a igreja católica, “[...] causando fissuras na ideia de uma Igreja monolítica, favorecendo o questionamento de suas estruturas internas e o diálogo com as outras Igrejas e religiões [...],”¹¹ significou mudanças imediatas nas práticas dos capuchinhos lombardos que trabalhavam nos municípios citados. Sobre o Vaticano II, Beozzo o destaca como sendo um divisor de águas nas ações da Igreja Romana.

O Concílio Vaticano II significou, para a Igreja Católica, um divisor de águas, o fim de uma época e o início de outra, pois encerrou, de certo modo, a longa fase inaugurada com o Concílio de Trento (1545-1563), fase de ruptura com o nascente mundo moderno e de confronto com as correntes espirituais, culturais e políticas que emergiam do conjunto da Renascença e, de modo particular, da Reforma Protestante. (BEOZZO, 2005, p.49)

No entanto, tudo indica que as escolas paroquiais criadas e dirigidas pelos capuchinhos lombardos continuou servindo como instrumento de fortalecimento do catolicismo como sendo a única doutrina verdadeira e no combate às outras religiões consideradas falsas que cresciam no interior do Maranhão, apesar da aceitação da liberdade religiosa por parte da igreja após o Concílio. As escolas paroquiais capuchinhas de certa forma acabavam suprimindo também a necessidade de educação pública nas áreas de missões, ou seja, nas Prelazias de São José de Grajaú e na de Carolina.

Desse modo, pode-se observar como ponto de partida no mapa o município de Barra do Corda, na região central do Maranhão, onde foram criadas as primeiras escolas paroquiais capuchinhas, na década de 1930 e Imperatriz na região Oeste, que no final da década de 1970

¹⁰ O Concílio Vaticano II foi um concílio ecumênico da Igreja Católica convocado pelo Papa João XXIII através da bula papal “*Humanae salutis*”, no dia 25 de janeiro de 1959. A série de conferências eclesiais terminou em dezembro de 1965 já sob o papado de Paulo VI. O Concílio é considerado “[...] na opinião dos especialistas, o mais importante acontecimento no campo cristão durante o século XX [...]”. (BEOZZO, 2015, p.43)

¹¹ (PORTO, p.30).

ainda contava com quatro escolas paroquiais em funcionamento. Seguindo em direção à região Sul observa-se os demais municípios, como é o caso de Carolina um dos mais importantes na época, onde segundo relatórios dos missionários em campo nesse período, dezenas de crianças recebiam formação religiosa na escola paroquial Santo Antônio de Pádua.

Tratando-se das características socioeconômicas e educacionais da área em que se encontram localizados os municípios de Barra do Corda, Porto Franco, Amarante, João Lisboa, Imperatriz e Carolina pode-se dizer que o Estado do Maranhão é dividido em mesorregiões onde estão congregados diversos municípios de uma mesma área geográfica que possuem similaridades econômicas e sociais, sendo que a área demarcada no mapa compreende partes das mesorregiões: Centro Maranhense, Oeste Maranhense e Sul Maranhense (IBGE, 2017). Nesses municípios a agricultura e a pecuária eram tidas como fortes influências na economia na segunda metade do século XX, sem falar na expansão do comércio provocada pelo aumento populacional a partir da construção da rodovia “[...] Belém-Brasília na década de 1960 [...]” (FRANKLIN, 2008, p. 113).

Todavia, a realidade social e educacional nas décadas de 1960 e 1970 nas áreas em que os capuchinhos desenvolviam ações pedagógicas, eram marcadas pela pobreza e por um alto índice de analfabetismo, fatores apontados pelos missionários como empecilho para a evangelização e para uma boa formação religiosa por meio da catequese (GIANELLINI, 1993). Ainda sobre os aspectos educacionais nas regiões citadas, Custodio (2017) afirma que, sempre ocorreu a falta de investimentos por parte do governo Estadual, e que as iniciativas educacionais dos governos municipais para a expansão do ensino primário nas cidades do interior do Estado se deram de forma tardia. Na análise de Cruz (2013), a população dessas localidades vivenciavam desde décadas anteriores, a precariedade do ensino público¹² e um número insuficiente de instituições escolares.

[...] a partir da década de 30 do XX, houve uma lenta e gradual expansão da escola primárias pública nas regiões interioranas do Estado, embora que a escola primária ainda não tenha se popularizado a contento, por não atingir como se desejava, as reais demandas. (CRUZ, 2013, p.14)

Assim, o problema com a escassez de prédios escolares e a debilidade do ensino público, parece ter sido recorrente também na segunda metade do XX, o que pode ter contribuído para a permanência das escolas paroquiais capuchinhas por um longo período de

¹² Sobre a precariedade do Ensino público no Maranhão ver Cabral (1984), Cruz (2013) e Custódio (2017; a/b).

tempo nos municípios mais distantes do interior do Maranhão, como sendo uma das poucas opções de acesso ao ensino primário.

Neste sentido, esta pesquisa tem como ponto central uma análise de em que medida a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos repercutiu no ensino das escolas paroquiais no interior do Maranhão no período de 1960 a 1970? O interesse em estudar o tema se deu pelo envolvimento com os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisas sobre Histórias das Instituições, Práticas Educativas e Sujeitos Históricos da UFMA, a partir da análise das práticas educativas da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFMC), sob a responsabilidade da professora Maria Aparecida Corrêa Custódio. Na investigação sobre Capelas-escolas: iniciativas do frade-inspetor de ensino para a expansão da escolarização no Sul do Maranhão, ao levantarmos os registros da ação pedagógica do frei capuchinho Osvaldo Coronini, no Arquivo Histórico dos Frades Capuchinhos de São Luís (MA), tivemos acesso a uma diversidade de fontes, dentre elas: os relatórios dos freis que se encontravam no campo missionário enviados para os seus superiores, os livros de tombo da Missão Indígena do Maranhão, periódicos da Ordem, os estatutos de escolas paroquiais e outros dispositivos oficiais que traziam dados sobre o funcionamento dessas instituições de ensino, principalmente no interior do Maranhão; estes documentos foram mostrando a existência de uma rede de escolas primárias abertas nas paróquias do interior do Estado e dirigidas pelos capuchinhos lombardos, despertando-nos a curiosidade e levando-nos a querer compreender, ao questionar as fontes, essa parte relevante da história da educação maranhense, porém, ainda, pouco explorada pela pesquisa acadêmica.

Assim sendo, a experiência no grupo de pesquisa e o acesso às fontes no arquivo histórico da Ordem nos influenciaram na escolha do objeto de pesquisa a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa, História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação Humana junto ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras – NEDHEL e ao grupo, História e Memória da Educação Maranhense – GHIMEM.

A escolha do período de 1960 a 1970 se deve ao quantitativo de documentos sobre as escolas paroquiais no arquivo da Ordem, à historiografia capuchinha e aos livros de estabelecimentos subvencionados pelo governo do Estado trazerem o funcionamento dessas instituições em municípios do interior do Maranhão; isto é, nos documentos encontrados os dados sobre as escolas paroquiais aparecem em maior número e de forma mais sistematizada a partir da segunda metade do século XX.

Tratando-se das escolas paroquiais capuchinhas pode-se afirmar a partir dos relatórios anuais dos missionários que atuavam nos municípios citados, que essas instituições religiosas ao oferecerem o ensino primário, se tornaram instrumentos eficazes para o crescimento do número de fiéis no interior do Maranhão, pois o saber ler era considerado uma condição indispensável para uma boa catequese e doutrinação no catolicismo romano, buscando com isso impedir o avanço do protestantismo e de outras religiões consideradas hereges,¹³ como o espiritismo, pois um bom católico, conhecedor da doutrina e praticante da fé não estaria vulnerável às investidas desses adversários.

[...] uma moderna concepção de apostolado não podia absolutamente prescindir da escola, fator precioso na orientação católica das novas gerações. A prelazia era impelida a trilhar este caminho, levada também por outras razões, como: a penetração protestante, o baixo nível de cultura no interior do Maranhão [...]. Daí o acentuado interesse, nestes últimos anos, em ampliar e organizar a cadeia de escolas existentes, adequando-a às necessidades e ao programa já traçado [...]. (NEMBRO, 1955, p.117).

Nesta perspectiva percebe-se que a criação de uma rede de escolas paroquiais nas áreas de missões capuchinhas citadas anteriormente fazia parte das ações de um programa mais abrangente que compreendia “[...] o progressivo aumento das paróquias; o avigoreamento do ensino escolar acrescido de instrução ginásial e normal [...].” (NEMBRO, 1955, p. 109).

Dessa forma, pode-se dizer, que ao contrário de outros Estados brasileiros onde as escolas paroquiais católicas foram extintas com a campanha de nacionalização do ensino (HEERDT, 1992), e considerando que nas décadas de sessenta e setenta a partir do Concílio Vaticano II a liberdade religiosa passou a ser aceita pela igreja romana, no interior do Maranhão as escolas paroquiais capuchinhas continuavam funcionando, seja oferecendo a escolarização a partir do currículo oficial, como também a formação cristã católica nas paróquias, onde os freis lombardos buscavam proporcionar para as crianças uma sólida formação religiosa por meio da catequese oferecida como disciplina nessas instituições escolares, evitando assim a perda de fies para outras religiões como o protestantismo, que nesse período tinha também como áreas de missões as mesmas localidades que faziam parte das Prelazias de São José de Grajaú e de Carolina. A ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no ensino primário se dava com o subsídio financeiro do Estado que apoiava os serviços da Ordem com o intuito de “atender” a demanda por educação nessas localidades,

¹³Conforme Bourdieu (2013), no funcionamento do campo religioso, é considerado herege, aquele que, se opõe e contesta a ordem doutrinária estabelecida, bem como “[...] suas hierarquias e seus dogmas [...] inclinados a contestar a legitimidade do monopólio eclesiástico dos instrumentos de salvação.” (BOURDIEU, p. 62-64).

tais escolas começam a desaparecer de forma gradativa somente a partir do final da década de 1970, ao que tudo indica pelo aumento no número de escolas públicas na região pesquisada.

1.1 Problemática da Pesquisa

A partir do contexto apresentado, a problemática desta investigação consiste na análise de em que medida a ação pedagógica dos capuchinos lombardos repercutiu no ensino das escolas paroquiais no interior do Maranhão no período de 1960 a 1970? Para se chegar à compreensão acerca da problemática buscamos responder às seguintes questões norteadoras: Como se deu a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão? Como se estabeleceu a organização das escolas paroquiais criadas pelos capuchinhos lombardos?

Essas questões se efetivam pela necessidade de analisar a ação pedagógica dos freis capuchinhos por meio da criação e o funcionamento de uma rede de escolas paroquiais, utilizada como estratégia de fortalecimento do catolicismo e no combate ao protestantismo e a outras religiões que penetravam no Maranhão, desde décadas anteriores e continuavam avançando entre 1960 e 1970. Portanto, pode-se afirmar que a escola paroquial, foi uma das instituições criadas pela Ordem Italiana, e subvencionada pelo Estado que não se fazia presente de forma satisfatória na grande maioria dos municípios onde a precariedade do ensino público era notória (CUSTÓRDIO, 2017).

Assim podemos dizer que, estas questões conduzem-nos para uma análise de múltiplas fontes históricas, possibilitando-nos ter uma compreensão da realidade e do período, tecendo a escrita da história a partir da difícil tarefa do historiador; porém, buscando sempre compreender essa realidade que se mostra, sem, contudo, separar as ideias contidas nos escritos, das representações e práticas dos agentes que as produziram (GONDRA, 2005).

1.2 Objetivo geral:

Analisar a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos nas escolas paroquiais no interior do Maranhão no período de 1960 a 1970 é o nosso objetivo geral, na medida em que, na constituição dessa ação pedagógica, compreendida a partir da historiografia capuchinha, da revisão bibliográfica e de documentos primários é possível ter uma aproximação da realidade da época, ao considerarmos as armaduras conceituais dos religiosos e suas representações, as

quais direcionaram as estratégias pedagógicas de imposição¹⁴ nessas instituições escolares com o fim de doutrinar crianças e adolescentes por meio da catequese e assim fortalecer o catolicismo no combate ao avanço do protestantismo no interior do Maranhão.

Assim sendo a análise da ação pedagógica dos capuchinhos nas escolas paroquiais localizadas nos municípios citados se dá a partir dos discursos dos religiosos, do lugar de onde falam, bem como das suas formulações, escolhas e recusas, das representações das vozes dos agentes da Ordem Católica; ou seja, os registros tanto dos superiores e missionários responsáveis pelas estratégias adotadas e impostas para a evangelização e catequização de novos fiéis, bem como das práticas identificadas a partir dos escritos contidos nos dispositivos que eles produziram, como também dos sujeitos que normalmente aparecem à margem da história oficial (CHARTIER, 1990). Nessa lógica, considerando ainda que: “No interior dos campos existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que os compõem.” (PEREIRA, 2015, p. 341).

Assim, na análise buscou-se ainda as estratégias pedagógicas de imposição utilizadas pelos freis lombardos, presentes nas escolas paroquiais, bem como as táticas de apropriação dos alunos (as) e professoras presentes no campo pedagógico aqui analisado. Para de Certeau (2014, pp.88-96), “[...] a tática é definida pelo movimento oriundo do campo inimigo e determinada pela ausência de poder e as estratégias, como imposição pela força ou pela sedução [...]”; ou seja, no campo pedagógico dos missionários capuchinhos no interior do Maranhão, buscou-se entendê-las refletindo sobre os aspectos que as caracterizam e determinam socialmente, a partir de um novo olhar para a história da educação maranhense, tendo como perspectiva a Nova História Cultural.

¹⁴ Estratégias impostas eram práticas que tinham a finalidade de fazer valer no cotidiano das escolas paroquiais capuchinhas as ideias e projetos dos freis lombardos com o fim de catequizar e fortalecer o catolicismo, sendo que a ação pedagógica nessas instituições escolares, se tornava eficaz para a formação religiosa que era imposta a partir de um lugar de poder ocupado nesse caso, pela Ordem capuchinha e pelos religiosos que se encontravam nas áreas de missões. Na visão de Certeau, que também fundamenta este trabalho, estratégia é: “[...] o cálculo ou a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio de ser e base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégia” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.

[...]. As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes, capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem.” (DE CERTEAU, 2014. pp.93-96).

1.3 Objetivos específicos:

Identificar a ação pedagógica dos Capuchinhos lombardos no interior do Maranhão é o nosso primeiro objetivo específico, na medida em que a partir dessa ação é possível se ter uma visão mais abrangente sobre a Ordem católica na sua historicidade, bem como do funcionamento de uma rede de escolas paroquiais que fazia parte do projeto socioeducativo da Organização religiosa no período escolhido para a pesquisa, procedimento indispensável para um melhor entendimento de quais eram os objetivos dessas instituições escolares criadas e dirigidas pelos freis lombardos.

Verificar a organização das escolas paroquiais criadas pelos Capuchinhos lombardos se constitui o nosso segundo objetivo específico, permitindo-nos assim observar como se deu o ensino nessas instituições, o que dizia o estatuto das escolas paroquias, o currículo adotado e as disciplinas ministradas visando à formação religiosa e o combate a outras religiões.

1.4 Procedimentos Metodológicos

A concepção de história concebida aqui como a realidade reconstituída pelo pesquisador com a ajuda da documentação disponível será sempre uma aproximação de determinada realidade social, visto que o trabalho de interpretação das fontes, apesar de serem indispensáveis, não garantem a inteligibilidade dos fatos como verdade absoluta e definitiva; tais fontes também não podem ser consideradas como “[...] testemunhos neutros do passado [...]” (BACELLAR, 2015, p. 25). Partindo deste entendimento, buscou-se não apenas descrever os acontecimentos históricos, mas por meio da contextualização e do questionamento das fontes considerar, “as representações do mundo social [que] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” (CHARTIER, 1990, p.17).

Desta forma, a pesquisa histórica de cunho documental e de campo, apoiou-se na revisão bibliográfica e em documentos localizados e analisados, sendo estes textuais e orais constituídos com base na ampliação da noção de fontes (CELLARD, 2008), tornando-se possível a partir do paradigma historiográfico adotado, considerando-as não de forma restritiva, mas “[...] na sua mais ampla acepção [...]” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 38).

Assim sendo, o conceito de documento utilizado foge da concepção defendida por uma abordagem tradicional em que muitas das fontes seriam facilmente excluídas da análise,

mas neste estudo ofereceram novas possibilidades de compreensão da realidade dada, a partir dos arquivos oficiais, ajudando a revelar e entender os distanciamentos entre os dizeres e os fazeres no campo pedagógico dos capuchinhos lombardos. Neste sentido, as fontes primárias utilizadas, os documentos “[...] que não receberam *nenhum tratamento científico* [...]” (OLIVEIRA, 2013, p.69), se tornam imprescindíveis na reconstituição do passado, como destaca Cellard (2008).

[...] o documento escrito, constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa [...]. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295)

Entretanto, ao analisar as fontes o pesquisador deve ter o cuidado para não descrever uma verdade, uma história objetiva a partir do que se mostra, mas revestir-se de um espírito de desconfiança, percebendo a importância de “[...] dar atenção às minúcias, aos detalhes, aos pormenores. ” (PERES; SOUZA, 2013, p. 46), ou ainda, como afirma de Certeau (1985), sabendo:

[...] que há uma simbiose, uma correlação entre o relato e a prática, com uma especificidade: existem, de um lado, a modalidade própria, do funcionamento do relato e, de outro, as relações com a prática, sem que esta esteja necessariamente de acordo com aquele. ” (DE CERTEAU, 1985, p. 25).

Contudo, vale destacar que os dados sobre as escolas Paroquiais Capuchinhas encontrados nos documentos selecionados para análise se mostraram limitados para uma maior percepção, tanto da instituição escolar religiosa na sua organização, quanto do contexto no qual a mesma estava inserida, de modo que se fez necessário a realização de entrevistas semiestruturadas com ex-professoras e ex-alunas¹⁵ para a coleta de depoimentos, auxiliando e enriquecendo a análise, além de possibilitar uma maior aproximação da realidade do período estudado com a obtenção de dados objetivos como o tipo de material didático utilizado nas escolas Paroquiais Capuchinhas, a disciplina imposta na sala de aula, uniforme usado, além

¹⁵ Com base nos relatórios anuais do movimento religioso e social dos missionários lombardos depositados no Arquivo Histórico da Província Nossa Senhora do Carmo – (AHPNSC) em São Luís e nos depoimentos de ex-professoras e ex-alunas coletados nas escolas paroquiais capuchinhas do interior do Maranhão nas décadas de 1960 e 1970 o ensino era misto, mas na sala de aula os meninos e meninas continuavam separados, ou seja, tinham que sentar-se em lados opostos. Já no que se refere ao quadro docente, na documentação analisada não foram identificados professores nas escolas paroquiais a não ser a presença dos freis italianos que também ministravam aulas em algumas escolas ou substituíam a falta de professoras quando havia necessidade; portanto, um espaço eminentemente ocupado por professoras-catequistas.

de dados subjetivos como as rezas e cânticos obrigatórios que tinham como finalidade o doutrinação no catolicismo, depoimentos indispensáveis para a realização da pesquisa. Nesse sentido, Cellard (2008) afirma que:

De fato, tudo que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado [...]. (CELLARD, 2008, p. 296).

Bosi (1994) defende que a memória pessoal, “[...] depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” (p.54). Todavia, ao analisar cada depoimento coletado, buscou-se a partir do entendimento da sua incompletude, parcialidade e imprecisão, tomar a memória não como conservação total do passado, mas como contraponto dos relatos coletados com as demais fontes, tendo assim melhores condições de analisar e interpretar o contexto social.

Cellard (2008), diz ainda que: “Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos.” (CELLARD, 2008, p. 299-300). Assim sendo, ao tomarmos como fontes, os depoimentos determinados pela memória individual das ex-professoras e ex-alunas que vivenciaram a experiência da escola Paroquial Capuchinha, entendemos que nos mesmos estão presentes também uma memória social, portanto coletiva do período, de modo que, a partir dos relatos foi possível traçar caminhos e estabelecer fontes lançando-lhes um novo olhar, de forma a reescrever a história preenchendo lacunas “[...] de um conjunto proposto *a priori*.” (DE CERTEAU, 20015, p.69).

1.5 Tipologia da Pesquisa

A partir da coleta e da sistematização dos documentos tomados como fontes históricas na pesquisa documental, utilizamos a pesquisa bibliográfica para fazer a revisão da literatura referente a temáticas relevantes para a recomposição do cenário histórico e contextual, no que se refere à organização política, econômica e educacional em que a ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos estava inserida. Para isto, foram reunidas obras clássicas sobre o tema e também estudos recentes, para um aprofundamento necessário para a discussão teórica

sobre as seguintes categorias: ação pedagógica e organização escolar, como também uma ampliação do conhecimento na área. Conforme pontua Oliveira (2013), a principal finalidade da pesquisa bibliográfica, na realização de estudos históricos é:

[...] levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo. O mais importante para quem faz [essa] opção[...] é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico. (OLIVEIRA, 2013, p.69).

Assim sendo, ao buscarmos analisar a ação dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão, tendo em vista ser esse um campo pedagógico, nos auxiliamos dos estudos que contemplam o conceito de campo, bem como suas definições e propriedades a partir de Bourdieu (2013), quando trata dentre outros aspectos da gênese e estrutura de um campo na obra, *A economia das trocas simbólicas*, onde o autor apresenta uma sociedade que opera com base nas relações de força manifestadas a partir de sistemas simbólicos e entre esses sistemas está a religião. Para um entendimento mais amplo da presença da Ordem Capuchinha no Maranhão na sua historicidade desde os seus primórdios no litoral maranhense, partimos de D'Abbeville (2008). O autor traz na obra *História da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* a narrativa das ações desenvolvidas pelos capuchinhos franceses no século XVII, na tentativa de cristianizar e civilizar os índios Tupinambás. Apesar de ser um período distante do que nos propusemos a estudar, a leitura da obra se mostrou essencial para percebermos quais eram as representações de educação religiosa e de missão dos religiosos nos possibilitando fazer a comparação com as representações dos missionários italianos no período escolhido para este estudo.

Iriarte (1985) contribuiu com seu estudo *História Franciscana* para que pudéssemos entender melhor a origem da Ordem Capuchinha e suas práticas a partir dos ideais de São Francisco de Assis; Monza (2016), ao abordar como historiador capuchinho, *O Massacre de Alto Alegre*, apresenta o cenário da revolta indígena que culminou no assassinato de parte dos religiosos e famílias que viviam na Colônia São José da Providencia, contribuindo assim para que pudéssemos identificar, a partir de uma ótica mais crítica nas entrelinhas da escrita do frei historiador, a versão da Ordem para as causas do encerramento da missão indígena no interior do Maranhão no final do século XIX e início do XX; Gianellini (1993) ao apresentar os cem anos de história dos frades capuchinhos no norte e nordeste do Brasil em, *Saíram para semear*, contribuiu para termos uma maior clareza das fases da missão dirigida pelos religiosos no Maranhão a partir de 1895, bem como dos avanços e frustrações das ações de

evangelização no interior do Estado na segunda metade do século XX; Zagonel (2001), ao escrever *Capuchinhos no Brasil*, nos dá uma visão mais ampla das áreas de atuação e das práticas dos missionários italianos em vários estados brasileiros o que nos permitiu fazer comparações com as ações desenvolvidas no interior do Maranhão. Nos baseamos ainda em Azzi e Klaus ao trazerem *a história da igreja no Brasil na terceira época – 1930-1964*, para que pudéssemos compreender as diretrizes e posicionamentos da Igreja Católica Romana no período escolhido para o estudo.

No que diz respeito à organização e a finalidade das escolas paroquiais católicas, utilizamos Dallabrida (1993; 2011), que trata da organização, da finalidade e funcionamento das escolas paroquiais ao abordar, *o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do médio Vale do Itajaí Açu (1892-1918)* e ao discutir sobre a laicização do Estado brasileiro e as estratégias da Igreja Católica diante da perda da condição de religião oficial e o papel das escolas paroquiais na obra, *História e Memória da Educação no Brasil no século XX*. Ainda sobre escolas paroquiais utilizamos Kreutz (2004) ao abordar a função do professor paroquial na obra, *Professor Paroquial Magistério e imigração alemã* e Sousa (2003), em seu artigo denominado *As escolas paroquiais*, onde analisa o funcionamento dessa instituição escolar no período inaugural da República brasileira até 1930; e a sobre instituição utilizamos Nosella e Buffa (2009) ao abordarem a importância da pesquisa sobre instituições em *Instituições escolares por que e como pesquisar*.

Na pesquisa documental ao realizarmos o levantamento das fontes no Arquivo particular da Província Capuchinha localizado no Convento do Carmo (São Luís), nos deparamos com um vasto acervo referente à missão dos Capuchinhos Lombardos no Maranhão, instituída no final do século XIX e sobre as ações desenvolvidas no campo sócio educacional a partir da primeira metade do século XX. Entretanto, um dos primeiros obstáculos encontrados na leitura, classificação e seleção das fontes foi constatar que a maior parte da documentação estava escrita na língua vernácula dos missionários, ou seja, em italiano, pois os primeiros religiosos da Ordem Católica e os demais grupos como já dito, vieram da região da Lombardia, (Norte da Itália) para trabalhar na Missão do Maranhão e ao registrarem suas ações diárias e escreverem relatórios e cartas para os seus superiores, raramente utilizavam o português, algo que se modificaria anos mais tarde, talvez por se sentirem mais seguros no uso do novo idioma. Assim, para a leitura dos documentos do início da missão, contamos com o auxílio de um ex religioso da Ordem e optávamos pela tradução, ou não dos escritos, algo que se mostrou dispendioso e limitou a escolha das fontes, que poderiam nos ajudar a ter uma maior clareza dos objetivos iniciais da missão, o que

certamente nos auxiliaria a ter uma visão mais ampla das atividades dos missionários e com isso nos possibilitar uma análise mais profunda de como se deu a ação pedagógica dos capuchinos lombardos também no período prelazial¹⁶ da missão (1922-1975), no qual está inserido o nosso recorte histórico.

Contudo, no que se refere às décadas de 1960 e 1970, durante cerca de um ano e meio, em que dividimos o tempo entre cursar as disciplinas no PPGE-UFMA, estudos no NEDHEL e a continuação com as buscas no Arquivo Histórico da Ordem, aos poucos fomos encontrando nas pastas com a documentação dos municípios do interior do Maranhão, outras fontes e os relatórios anuais do movimento religioso e social enviados pelos missionários lombardos, apesar de serem bem objetivos. Nesses documentos nos deparamos com registros específicos sobre o funcionamento das escolas paroquiais capuchinhas nos municípios de Barra do Corda, Porto Franco, Amarante, João Lisboa, Imperatriz e Carolina localizados nos territórios das Prelazias de São José de Grajaú e de Carolina.

Oliveira (2013), aponta que a pesquisa documental apesar de ser bastante semelhante à pesquisa bibliográfica “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam *nenhum tratamento científico*, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, [...] fotografias, entre outros materiais de divulgação. ” (OLIVEIRA, 2013, p.70). Assim, optamos pelo uso dos seguintes conjuntos de documentos: livro de tombo da Missão do Maranhão, relatórios anuais dos religiosos, estatuto das Escolas Paroquiais, pedidos de subvenções ao governo do Estado, listas de alunos e os depoimentos coletados com ex-professoras e ex-alunas dessas instituições escolares no período em foco.

A análise e reflexão dos conteúdos da documentação selecionada possibilitou ampliar o entendimento do objeto de estudo segundo as informações, exigindo um árduo trabalho de investigação a partir das etapas e procedimentos escolhidos e uma maior atenção e cuidado aos dados originais, os quais foram revelando aos fatos a serem analisados, características próprias do trabalho do pesquisador (GONDRA, 2005).

O trabalho do pesquisador começa a partir [do que já foi] produzido, opera novos recortes, alocamentos e redistribuição dos documentos a partir de ações que visam estabelecer “suas fontes” e criar a configuração de um espaço específico de investigação, a partir de uma redefinição epistemológica que inclui o trabalho com os conceitos e o tratamento e a interpretação documental. (GONDRA, 2005, p.33).

¹⁶ Com o fim do período considerado de fixação e expansão da Missão dos Capuchinhos Lombardos no Maranhão, chamado também de período missionário (1895-1922), inicia-se o período onde são criadas pela Santa Sé as prelazias, circunscrições eclesiais. O período prelazial é “[...] caracterizado pelo esforço de concentração dos Missionários e de maior organização das obras missionárias, e de criação de novas formas de apostolado. (ZAGONEL, 2001. p.158).

A pesquisa documental se mostrou imprescindível para a reconstrução da realidade por meio da escrita, realidade essa delimitada e concebida a partir das representações e práticas dos sujeitos no período, tendo como paradigma historiográfico a Nova História Cultural, que segundo Chartier (1990) “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p.17).

Neste sentido, a partir da necessidade de identificar a ação pedagógica dos freis lombardos nas escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão, e considerando a importância para o enriquecimento da análise das fontes selecionadas no arquivo da Ordem, decidimos iniciar a pesquisa de campo com a busca por ex-professoras e ex-alunas dessa instituição escolar. Sobre a pesquisa de campo Minayo (1994) pontua que “[...] o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento[...].

Foi assim que durante três meses, de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, sempre apoiada no levantamento feito junto as listas de alunos (as) matriculados e nas folhas de pagamento do corpo docente dessas instituições religiosas, encontradas no Arquivo Histórico da Província Nossa Senhora do Carmo, que nos dirigimos até as paróquias atuais e com novas informações obtidas, conseguimos encontrar em famílias da época que ainda residiam nos municípios de Imperatriz, João Lisboa e Porto Franco, três ex-professoras e duas ex-alunas de escolas paroquiais capuchinhas que aceitaram participar da pesquisa.

Desse modo, com o intuito de nos tornar o mais próximo possível dos sujeitos, sem contudo, perder a neutralidade necessária ao pesquisador que de acordo com Oliveira (2013), “[...] pressupõe que o autor evite ao máximo a subjetividade, ou seja, deve manter-se distante de suas emoções durante a construção do conhecimento[...].” (OLIVEIRA, 2013, p.35), que no primeiro contato explicamos, as nossas intenções, os motivos da visita, bem como prestamos os esclarecimentos sobre a pesquisa que estava sendo realizada e ainda a importância para o estudo da participação de quem fez parte do contexto sócio educacional do período histórico escolhido. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁷ foi feito um cronograma para os próximos encontros que ocorreram de uma a duas vezes por semana com

¹⁷ O TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, é o documento pelo qual os participantes da pesquisa são esclarecidos em relação ao objeto de estudo, como se dará a sua participação (de forma voluntária), quem conduzirá a coleta dos dados, o tipo de material a ser utilizado para a coleta como roteiro de perguntas, gravador e ainda sobre a garantia de privacidade e anonimato dos envolvidos, bem como sobre o retorno da pesquisadora após a transcrição da entrevista para que as ex-professoras e ex-alunas pudessem ler e assinar o que haviam declarando, juntamente com a autorização para que os dados coletados pudessem ser publicados.

cada uma das entrevistadas que vivenciaram, seja lecionando ou estudando nas Escolas Paroquiais: Nossa Senhora de Nazaré, Dom Cesário e Nossa Senhora da Conceição localizadas nos municípios acima citados. Procedimentos tomados com o objetivo de ganhar a confiança das entrevistadas, o que segundo (POUPART, 2010) é indispensável para o êxito da entrevista.

De uma forma geral, considera-se que não basta convencer uma pessoa a participar da pesquisa, e nem criar um contexto que lhe permita estar à vontade na situação de entrevista. É ainda preciso que ela se sinta suficientemente confiante para aceitar “verdadeiramente falar”[...]. (p.232).

Assim, as gravações das entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estabelecido o que possibilitou maior liberdade à manifestação das respondentes. Tais procedimentos e a opção pela entrevista semiestruturada foram estabelecidos, ainda com base em Jean Poupert, ao afirmar que entre os princípios fundamentais para se obter a colaboração do entrevistado estão o da confiança e da colaboração.

Um primeiro princípio, tido como fundamental na arte de bem fazer falar os outros, refere-se à importância de obter a colaboração do entrevistado. Para que a entrevista seja válida, entendida no sentido de produção de um discurso que seja o mais verdadeiro e o mais aprofundado possível, considera-se essencial que o entrevistado aceite verdadeiramente cooperar, jogar o jogo, não apenas consentindo na entrevista, mas também dizendo o que pensa, no decorrer da mesma. (POUPART, 2010, p. 228).

1.6 As Fontes de Pesquisa

Durante a pesquisa de campo para a escrita de um artigo científico¹⁸ sobre o capuchinho frei Osvaldo Coronini, ao entrevistarmos a ex-professora primária e catequista, Almerinda Pereira Nunes (84 anos), que trabalhou em uma escola dirigida pela Ordem Capuchinha nas décadas de 1960 e 1970, nos narrou fatos que evidenciavam o funcionamento de escolas paroquiais em municípios do interior do Maranhão. A partir de então, buscamos novas fontes que apontassem para a existência dessas instituições religiosas, tão nítidas e reais na memória da ex-professora; uma vez que, “[...] as fontes documentais, [são] matéria-prima dos historiadores. [...] na difícil arte da investigação histórica. (PINSCK, 2015, p.25).

Por intermédio da professora Maria Aparecida Corrêa Custódio, que já pesquisava sobre a Ordem Capuchinha no Maranhão, tivemos o primeiro acesso ao arquivo particular

¹⁸ Sobre o artigo ver Frei Osvaldo Coronini e a expansão da escolarização no Maranhão. Revista Internacional dHumanitats, São Paulo/Barcelona, CEMOrOc-FeUSP, n. 40, p. 69-80, mai./ago. 2017.

dessa instituição localizada na capital do Estado (São Luís). Após uma semana de garimpagem das fontes encontramos poucos dados sobre as escolas paroquiais nos relatórios dos freis capuchinhos e das ações sociais desenvolvidas no campo missionário, localizando, novos documentos mais tarde: o estatuto das escolas paroquiais capuchinhas, pedidos de subvenções ao governo do Estado para o funcionamento das escolas, listas de alunos (as) matriculados (as), dentre outros que foram sendo selecionados para a análise de acordo com os objetivos propostos.

Desse modo foi necessário percorrer um longo caminho para encontrarmos dados mais consistentes. Um exaustivo trabalho de pesquisa, sempre tendo o cuidado de obedecer às regras impostas pela instituição, como o horário de funcionamento do convento e a vestimenta adequada para seu acesso por se tratar de uma Ordem Católica masculina, confirma o que diz Cellard (2008, pp.297-298) sobre o acesso à documentação que se encontra nos arquivos privados. “Ela pode, [...] ser de acesso bastante difícil. Trata-se aqui, principalmente, de documentos de organizações políticas, sindicatos, Igrejas, comunidades religiosas [...]”. No entanto, nos mantivemos firmes diante de uma atividade que demandou paciência na descoberta e no reconhecimento dos dispositivos, sempre à luz dos questionamentos iniciais fazendo as leituras e a transcrição das informações encontradas e fotografando documentos; um trabalho cansativo, porém gratificante por nos aproximar tanto do objeto de estudo, quanto do contexto social do período no intuito de mantermos um olhar crítico para a documentação que é indispensável numa pesquisa científica.

Não se trata apenas de fazer falar esses “imensos setores adormecidos da documentação” e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. Da mesma forma não se pode chamar de “pesquisa” ao estudo que adota pura e simplesmente as classificações do ontem [...]. (CERTEAU, 2015, p.72).

Para dar voz à documentação selecionada é de suma importância de acordo com Cellard (2008), que o pesquisador compreenda o contexto social do período estudado nas etapas da pesquisa documental.

Uma boa compreensão do contexto é, pois, crucial, em todas as etapas de uma pesquisa documental [...] esse conhecimento deve também ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer, quando chegar o momento de formular interpretações e explicações. Parece-nos evidente que, para produzir uma análise por menos que seja rica e crível, o pesquisador deve possuir um conhecimento íntimo da sociedade, cujos depoimentos ele interpreta. (CELLARD, 2008. p. 300).

Para tanto, foi necessário ainda fazer uso de alguns periódicos da Ordem como, *Annali Francescani* (1926), *A Voz de São Francisco* (1951) e *Interessantes Reminiscências De um massacre* (1957), produzidos pela tipografia franciscana e de entrevistas semiestruturadas com ex-professoras e ex-alunas da escola paroquial capuchinha (1960-1970), que nos ajudaram a entender em sentido mais amplo o contexto da Missão dos lombardos no Maranhão, de modo que, as fontes consultadas e utilizadas serviram não para a comprovação e confirmação de fatos históricos acabados, mas como dispositivos que trazem em si as representações sociais de quem as escreveu, revelando as práticas que são orientadas por tais representações, pois as mesmas devem ser consideradas “ como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas” (CHARTIER, 1990, p.18).

1.7 O uso e tratamento das fontes

Ao optar pela análise da ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos nas escolas paroquiais tivemos a oportunidade de conhecer melhor a organização e o funcionamento dessas instituições que foram criadas nos principais municípios do interior do Maranhão. Neste sentido, as fontes evidenciaram que as escolas paroquiais católicas fizeram parte do processo de escolarização no interior do Maranhão, oferecendo ao mesmo tempo o ensino primário a crianças carentes e aos filhos (as) de famílias abastardas que não tinham acesso à educação pública no período, bem como servindo de instrumento no combate a outras religiões, mesmo diante de um contexto de mudanças na igreja católica trazidas pelas diretrizes do Concílio Vaticano II. Um contexto sócio educacional e religioso possível de ser interpretado a partir das representações dos sujeitos presentes nos escritos dos diversos dispositivos, por meio das quais, segundo Chatier (1990) suas práticas são comandadas.

Assim sendo, o uso e tratamento das fontes se sustentou na História Cultural, na medida em que sendo [...]”uma abordagem nova e interdisciplinar da história,” (BURKE, 2010, p. 36), nos ajudou a ter uma maior aproximação do objeto de estudo com base numa realidade social, entendendo que a mesma foi construída a partir de múltiplas relações sociais e culturais de modo que os costumes, hábitos e as armaduras conceituais que norteavam o pensar coletivo da época apontavam para a esfera das representações.

Deste modo, a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos nas escolas paroquiais no interior do Maranhão vai ao encontro desta nova modalidade da história, considerando a

possibilidade de criticar as fontes, o porquê de as mesmas existirem e se o propósito dessa existência “[...] era convencer o público a realizar alguma ação.” (BURKE, 2008, p.33).

Partindo desta compreensão de história, para nos auxiliar na análise das fontes, elegemos autores como Chatier (1990), que traz a noção de representação como sendo “a pedra angular” deste paradigma historiográfico. Portanto, a história cultural é o fundamento teórico-metodológico mais adequado diante da realidade social que se pretendia decifrar, revelando a possibilidade de interpretação das fontes de modo a considerar que as representações e as práticas dos sujeitos estavam relacionadas à sociedade da época e não poderiam ser interpretadas de maneira dissociada.

Chartier (1990) pontua ainda, que a noção de representação permite:

[...] articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos: seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instancias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHATIER, 1990, p. 23).

Neste sentido, ao historicizar as fontes se fez necessário ler nas entrelinhas e desconfiar dos registros na busca por uma melhor compreensão do passado, problematizando-as e compreendendo-as como uma representação do real, o que exigiu a clareza do dispositivo, bem como do discurso e da posição de quem o escreveu. Entendendo assim, que as representações que se tem das práticas, sejam individuais ou coletivas e das experiências vivenciadas em dada sociedade, estão vinculadas à produção de bens culturais, aos modos de pensar e agir e englobam “[...] todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida [...]”. (BARROS, 2005, p.135); ou seja, “todas as práticas, sejam elas econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo.” (HUNT, 2001, p.25).

Acerca das práticas culturais, vale destacar que as mesmas são “[...] complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação.” (CHATIER, 1990, p. 28); portanto por meio dos usos e dos costumes de uma sociedade, determinados pelas suas representações sociais, é possível ao pesquisador observar, compreender e analisar as características de tal sociedade, bem como reconhecer a identidade social dos sujeitos produtores e consumidores de cultura que dela fizeram parte.

Conforme Barros (2005), podem ser consideradas como práticas culturais:

[...] não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros. (BARROS, 2005, p.131).

Desse modo, tanto as representações como as práticas foram usadas com o fim de revelar as minúcias e as particularidades do objeto, possibilitando compreendê-las na ação pedagógica, bem como na organização das escolas Paroquiais Capuchinhas. Para isto, as diferentes fontes documentais apresentadas foram tomadas como objetos culturais sendo os mesmos considerados resultado da relação interativa entre “esses dois polos” que se complementam e se produzem fazendo circular os sujeitos produtores e receptores de cultura, “[...] que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. (*Ibid.*, 2005, p. 131).

Assim, adotamos como procedimento, o mapeamento das fontes feito a partir de quadros temáticos, buscando a desconstrução da estrutura do documento e, em seguida realizamos um novo agrupamento a partir das categorias, (ação pedagógica, organização escolar e escola paroquial), da identificação do período; das práticas e representações contidas nos dispositivos; do lugar social dos sujeitos que escreveram e a quem se dirigiam. Desse modo foi possível entender a escola paroquial como instituição escolar inserida em uma determinada conjuntura sociocultural e política; espaço educacional onde as práticas tinham como finalidade a catequização e o controle das mentes e dos corpos via escolarização, marcando visivelmente e para sempre a existência tanto das professoras, alunos(os) como da comunidade na qual estava inserida; ensino religioso que focalizava a garantia da doutrinação católica com a finalidade de impedir a expansão de outras religiões.

1.8 A organização do trabalho

O trabalho se divide em três seções:

Na Seção I: *O interesse em estudar as escolas paroquiais capuchinhas*, são apresentados estudos sobre esse tipo de instituição religiosa, destacando-se a motivação e a relevância em pesquisar o tema no Maranhão. Por conseguinte, ressalta-se a problemática da pesquisa, os objetivos, geral e específicos e o tipo de pesquisa usado, fundamentando-se o conceito de

documento adotado e como se deu o uso e tratamento das fontes. Por fim, demonstra-se, a opção pela Nova História Cultural como fundamento teórico-metodológico para subsidiar a análise.

Na sessão II: *A ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos no interior do Maranhão*, buscou-se evidenciar como se deu a atuação dos religiosos italianos na área educacional, considerando o território da missão Capuchinha ou campo missionário principalmente a partir do período de criação das prelazias São José do Grajaú e Carolina, como um espaço simbólico e dinâmico em que as ações pedagógicas promovidas pela Ordem, dentre as quais o ensino e a catequização nas primeiras escolas paroquiais, tinham a função de doutrinação no catolicismo e o combate ao protestantismo e a outras religiões. Para tanto, apresenta-se os desdobramentos da Ordem Capuchinha no interior do Maranhão, da frustração da missão indígena com o massacre de Alto Alegre até a criação no período prelazial de uma rede de escolas paroquiais destinadas aos filhos dos féis católicos.

Na sessão III: *A organização das escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão no período de 1960 a 1970*, denota-se o momento em que a atuação dos Capuchinhos Lombardos se intensifica na área da educação, período em que ocorre o aumento do número dessas instituições escolares e de alunos (as) matriculados e a oferta do ensino primário se mostra uma das prioridades nas ações sociais e humanas da Ordem. No entanto, apesar das diretrizes definidas no Concílio Vaticano II, que trouxe profundas mudanças para a igreja e diante das modificações sociopolíticas no país com a ditadura militar a rede de escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão continuou ofertando o ensino primário nos municípios onde a educação pública se mostrava precária e insuficiente para atender a demanda objetivando-se a formação religiosa e o impedimento do avanço de outras religiões.

1.9 Relevância do trabalho

A partir deste estudo esperamos contribuir com atividades futuras de pesquisas que tenham como objetivo investigar as instituições escolares religiosas, no âmbito da pesquisa historiográfica na área da educação do Brasil e de modo específico da história educacional maranhense, no esforço de conhecer as práticas e as representações que nortearam a pedagogia católica; especificamente, a ofertada pela Ordem Capuchinha, bem como sua concepção e objetivos de ensino na segunda metade do século XX. Apoiado em outros estudos sobre a escola paroquial católica e na documentação analisada foi possível identificar a ação pedagógica dos freis italianos em uma rede de escolas paroquiais, bem como mapear as

instituições que funcionaram nos municípios maranhenses citados. Nesta perspectiva, procuramos escrever sobre as escolas paroquiais capuchinhas, evidenciando o significado dessas instituições diante da carência do ensino público e como instrumento de combate ao avanço de outras religiões no período escolhido para a pesquisa. Entendemos que a partir deste estudo, uma lacuna na história da educação poderá ser melhor esclarecida, sem que haja a pretensão de esgotar o tema, pois a inteligibilidade alcançada pelo pesquisador é sempre uma aproximação do real. Assim, a expectativa é de contribuir, diante da carência de pesquisas e de debates sobre o funcionamento de escolas paroquiais católicas no Maranhão com a possibilidade de ampliação dessa parte da história da educação maranhense até agora pouco conhecida.

Sessão II

2. A ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão

Esta sessão tem o objetivo de historicizar a ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos que se deu inicialmente por meio da fundação da Missão do Maranhão (1894), percorrendo de forma sucinta os fatos relevantes da tentativa de catequização e “civilização”¹⁹ dos índios, ocorridos a partir do início do período republicano para em seguida tentar desvelar como se deu a ação pedagógica dos freis italianos nas escolas Paroquiais Capuchinhas em municípios do interior do Estado no período de 1960 a 1970. Entender como foram criadas e qual a finalidade dessas escolas primárias católicas que funcionavam no mesmo espaço que as paróquias faz-se necessário na medida em que a ação desenvolvida nessas instituições escolares com a criação da prelazia de São José de Grajaú (1922) e da Prelazia de Carolina (1958) se tornou no período, o principal meio de acesso ao ensino primário no interior do Maranhão, diante da oferta insuficiente de escolas públicas para atender a demanda por educação formal.

Neste sentido, a ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos nas escolas paroquiais estava relacionada principalmente à necessidade de catequizar a comunidade garantindo uma formação religiosa consistente evitando assim a perda de fiéis. Uma ação pedagógica metódica, sistemática e intencional (DÍAZ-BARRIGA, 1995) capaz de inculcar desde cedo nos alunos (as) as crenças e doutrinas católicas.

2.1 A Ordem Capuchinha: dos desdobramentos no interior do Maranhão à criação das Escolas Paroquiais

No Brasil, o período compreendido entre o final do século XIX até a segunda metade do XX, foi marcado pela vinda de congregações católicas europeias que vivenciavam um processo acelerado de secularização dos seus Estados de origem e como consequência disso enfrentavam o fechamento dos mesmos para as ações desenvolvidas por essas congregações

¹⁹ Neste estudo sempre que utilizamos o termo “civilização” em relação aos índios, o mesmo aparece entre aspas por considerarmos que os indígenas não precisavam ser civilizados, apenas possuíam uma cultura diferente da cultura europeia tida como modelo na época.

(QUEIROZ, 2016). Sobre a motivação para a vinda de um elevado número²⁰ de congregações deve-se considerar ainda a romanização do catolicismo²¹ brasileiro promovida pelo Vaticano e o desejo tanto do governo republicano quanto da Santa Sé de fundarem missões indígenas, principalmente no Norte do país, incluindo assim o Maranhão e, de forma mais específica, a região amazônica do Estado, com o objetivo de continuar com as ações de “civilização” e catequização dos índios

Neste sentido, diferente das repúblicas europeias, o governo brasileiro apesar de estar dentro de uma nova configuração de sociedade e de ter um discurso que preconizava a ordem, o progresso e o estabelecimento de uma outra “[...] forma de geração de renda, baseada na industrialização[...]

(SILVA, 2015, p.19), levando o mesmo a adotar medidas, ideias, hábitos e condutas bem diferentes das implementadas no Brasil Império, continuou necessitando da igreja para promover a colonização e ainda na utilização de conhecimentos pedagógicos adquiridos pelas congregações europeias, já que as mesmas tinham experiência na área educacional em seus países de origem. Foi nesse contexto, que se deu também a vinda para o Maranhão da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos²², sendo que os religiosos eram conhecidos ainda como Capuchinhos Lombardos.

Assim, os primeiros treze capuchinhos chefiados pelo frei Carlos de S. Mattinho Oleario vistos na imagem a seguir, chegaram ao Maranhão em agosto de 1893, depois de um

²⁰ De acordo com o levantamento feito pelo “[...] projeto temático “Congregações católicas, educação e Estado Nacional no Brasil (1840-1950) ” aproximadamente 500 congregações católicas atuaram e atuam no Brasil. (QUEIROZ, 2016, p.85).

²¹ A Igreja Romana queria substituir o catolicismo no Brasil considerado uma mistura de práticas populares e supersticiosas com outras crenças que não eram previstas na doutrina católica por um catolicismo romano; ou seja, mais tradicional e hierárquico tendo o Papa como figura central (AZZI & GRIJP, 2008).

²² A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos surgiu no século XVI como um novo movimento de reforma do ideal franciscano; religiosos descontentes com as adaptações feitas até então com o fim de atualizar a regra deixada por São Francisco de Assis à realidade da época, passam a lutar por uma maior observância dos escritos conforme os elementos que haviam sido determinados pelo superior e mestre espiritual. Segundo Lazaro Iriarte, o movimento de reforma iniciou-se a partir de 1525 com um jovem chamado Mateus de Basco [...] de pouca cultura e têmpera de pregador popular, [que] pertencia ao grupo dos que na província das Marcas [Itália] reclamavam a liberdade de observar a Regra [de São Francisco] ao p   da letra. Os pontos fundamentais eram: o compromisso de viver de acordo com o Evangelho, a pobreza absoluta do grupo, o estado permanente de missão penitencial, saindo pelo mundo sem provisões de nenhuma espécie; os meios de vida eram o trabalho e a esmola. ” (IRIARTE, 1985. p.240). Sobre a origem do nome “capuchinhos” dado à Ordem católica, o autor, afirma que “[...] quando os reformadores apareceram, pela primeira vez, nas ruas de Camerino com o novo hábito e barba longa, os jovens os tomaram por eremitas errantes e os seguiram gritando: *Scapuccini!* Romiti! Romiti! O povo começou a chamá-los por esse apelido, devido ao longo [capuz piramidal] adotado[...]

(IRIARTE, 1985. p.245). Ainda conforme Iriarte, Mateus de Basco juntamente com outros dois jovens, Ludovico e Rafael de Fossombrone são considerados os primeiros reformadores da Ordem Capuchinha, os dois últimos, conseguiram em 1528 a autoriza  o do Papa Clemente VII que expediu a bula *Religionis zelus*, fundando assim oficialmente a nova fraternidade, que passa a existir juridicamente (*ibid.*, p.243). Tudo indica que as características dos primeiros religiosos reformadores ainda eram encontradas nos capuchinhos lomabrdos e tenha sido o motivo pelo qual a Ordem foi escolhida para fundar a Missão indígena no Norte do Brasil no final do século XIX, região considerada de difícil acesso como era o caso na época dos municípios de Barra do Corda e Grajaú no interior do Maranhão.

período de preparação inicial e de adaptação às tradições, à língua e aos novos costumes no Estado de Pernambuco (GIANELLINI, 1993). Entre o grupo de missionários lombardos estavam Frei Rinaldo da Paullo, Padre Zacarias da Malegno, Frei Salvatore d'Albino, Padre Vittore da Bergamo, Padre Gianpietro e Padre Roberto da Catellanza, sendo que os religiosos tinham como motivação para a vinda ao Brasil, a incumbência que receberam da Santa Sé e do Geral da Ordem na época, Frei Bernardo de Andermatti, de abrir uma missão indígena na região da Amazônia e no Nordeste do país. (CASTILHO, 2004).

Figura 2 - Primeiro grupo de capuchinhos lombardos que veio para o Norte do Brasil no final do século XIX.



Fonte: (SACRIFICIO per AMORE, 1926, p.37). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Portanto, pode-se afirmar que mesmo diante de um novo cenário social, político e econômico onde no Brasil ocorriam mudanças profundas com a Proclamação da República, como por exemplo, a liberdade religiosa e a laicidade do ensino, o governo republicano continuou se apoiando nos serviços ofertados pela Igreja Católica para dar conta da demanda em áreas que deveriam ser parte das suas obrigações e não estavam sendo cumpridas, como por exemplo, a oferta do ensino público primário e “civilização” dos índios. Conforme Silva (2015), uma das preocupações do governo brasileiro era definir as bases estruturais da sociedade e para isso seria necessário disseminar o ensino. Ainda segundo a autora, no Maranhão a situação não era diferente dos demais Estados brasileiros, senão uma das mais graves, apresentando assim um alto índice de analfabetismo, ignorado antes diante de uma

economia agrário-exportadora e que passou a ser considerado um empecilho diante das novas perspectivas e de um discurso de “ordem e progresso”.

A [nova] forma de produção necessitava preparar pessoas (dando-lhes pelo menos o mínimo de instrução formal) para manusear as ferramentas de trabalho. [...] no Maranhão aproximadamente 85 % da população não era escolarizada, o Estado pretendia, dentre suas reformas, disseminar o ensino, capacitando a população para assumir os novos postos de trabalhos advindos da industrialização. ” (SILVA, 2016, p.19).

Desse modo, no que se refere à “civilização” dos índios, o objetivo do governo republicano, ao utilizar a experiência da igreja também nessa área, era dar continuidade à aproximação com os considerados “selvagens” e promover o povoamento do território brasileiro iniciado no período imperial (AMAOROSO,2014). Com isso, as ações desenvolvidas por Ordens e Congregações católicas voltadas para esse fim continuaram sendo financiadas pelos cofres públicos.

Assim, ao virem para o Brasil no final do século XIX e início do XX os freis Capuchinhos Lombardos no período compreendido entre 1895 a 1901²³, dedicaram-se especialmente às atividades no interior do Maranhão relacionadas à Missão Indígena, que na época se estendeu ainda aos Estados do Piauí e Pará. “A missão Capuchinha do Norte do Brasil, ou Missão do Maranhão” (MONZA,2016) foi aprovada pelo superior geral da Ordem e pela Santa Sé em 1894 com o estabelecimento de duas estações, uma na capital São Luís (Convento do Carmo) e outra na cidade de Barra do Corda, localizada na região central do Maranhão. Barra do Corda teria sido fundada pelo cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchoa em 1835 (BRANDES, 1994) e elevada à categoria de vila pela Lei provincial nº 342 em 31 de maio de 1854 (COSTA,1948), sendo que as atividades missionárias vão recomençar a partir dessa agora cidade, no mês de junho de 1895²⁴.

A missão Capuchinha do[...] Maranhão como ficou conhecida, foi instituída, por decreto canônico, a 12 de maio de 1894, em São Luís, apenas cinco anos após a proclamação da República, atendendo a necessidades pastorais da Igreja e à estratégia do governo de civilizar as tribos de regiões pouco povoadas do sertão maranhense. (MONZA, 2016, p.16).

²³ Antes dos missionários lombardos, a presença da Ordem Capuchinha é registrada no Maranhão durante o período colonial, quando quatro capuchinhos franceses, Ivo d’Evreux, padre Arsênio de Paris, padre Ambrósio de Amiens e o padre Claude D’Abbeville (D’ABBEVILLE, 2008. p. 40) fizeram parte da expedição militar sob a direção de Daniel de la Touche e também no Brasil império como agentes indigenistas do governo pagos para abrir caminho aos colonizadores no programa colonial de civilização dos índios. No entanto, como responsável direta por uma missão, e não apenas pelo envio de religiosos, a Ordem Capuchinha passa a atuar somente a partir de 1895 com a instituição da Missão do Maranhão.

²⁴ Conforme descrito por frei Carlos de S. Martinho Olearo no Relatório enviado para o Padre geral da Ordem em Milão em junho de 1895.

Portanto, após o período de exploração e fixação, a missão se manteve ganhando força e expandindo-se com ações que tinham como meta a retomada da cristianização dos índios na mesma região onde no período imperial trabalhou o capuchinho José de Loro como agente indigenista (AMOROSO, 2014).

Figura 3 - Aprovação da Missão do Maranhão (1894)²⁵

Figura 4 - O Maranhão dividido em áreas de apostolado dos capuchinhos lombardos²⁶

²⁵ Transcrição da Carta escrita pelo então Superior da Ordem Capuchinha, Frei Bernardo de Andermat (1894), e enviada ao Frei Carlos de S. Martinho Olearo, confirmando a aprovação da Missão Maranhense e ressaltando a importância do relatório recebido sobre a área propícia para a instalação da missão.

“Aprovação da Missão Maranhense

Finalmente depois de oito meses de silêncio recebemos o seu relatório datado de 18 de agosto pelo qual conhecemos o que ainda ninguém nos tinha comunicado e você acaba de nos comunicar suas minuciosas informações escritas ao Provincial. Nos foi dito que você tinha passado pelo Maranhão, mas não sabíamos o lugar de sua residência; se estava na cidade ou fora. Em fevereiro V.Ex. Bispo nos manifestou o desejo de estabelecer os Capuchinhos em Barra do Corda e em Tury-assú no Maranhão. Em março o Provincial nos colocou simplesmente o quesito se deveríamos por agora ter o solene lugar de São João; mas pela falta total de notícias não poderemos resolvê-lo. Em abril o mesmo Provincial nos pediu a obediência da volta de frei Daniel, copiando um pedaço da carta de V.P. Eis todas as notícias que havíamos antes do seu relatório. Agora deixamos de considerar a V.P. se esse procedimento para com o Superior Geral seja em frente às Obrigações impostas pelas Ordenações Capitulares e pelo Estatuto das Missões; para cada simples Missionário e muito mais para os que estão a frente e disso de nos mandar diretamente seus relatórios, o que era um dever mais estrito em caso das circunstâncias. No futuro, portanto nos informe diretamente de tudo, não por meio do Provincial, como fariam os prisioneiros e os súditos. Agora, portanto por meio do Provincial mandamos ao Senhor a obediência de Superior e manifesta antes de tudo agradecemos V.E pela confiança que põe nos Capuchinhos e pela benignidade de conceder a eles o uso das casas da quais o Senhor nos fala. Isso é conforme o nosso estado, porque nós não podemos ter nenhuma propriedade e o contrato entre S.E e os Capuchinhos não pode ter em consciência outra força de uma simples convenção amigável até quando de uma parte e da outra continuem a subsistir as condições estabelecidas. Confessamos depois com a presente as oportunas faculdades para fazer a dita convenção. As primeiras provas feitas aqui em seu ministério são para o senhor e para seus companheiros somente uma prova para conhecer as necessidades do povo que são antes de tudo de ter Missionários exemplares, verdadeiros filhos de São Francisco, repletos do espírito de Deus. Por isso conseguirão esse desejo se irão cultivar e crescer um espírito tal, sendo fieis a seus deveres do Estatuto das Missões. Damos ordem que seja mandada a Coleção dos *Analecta* [revista capuchinha de Roma] e três cópias do Cerimonial. E decoração a bendizemos juntamente com seus companheiros, rezando o Senhor que os dirija, sustente com a sua graça e faça prosperar os trabalhos apostólicos.

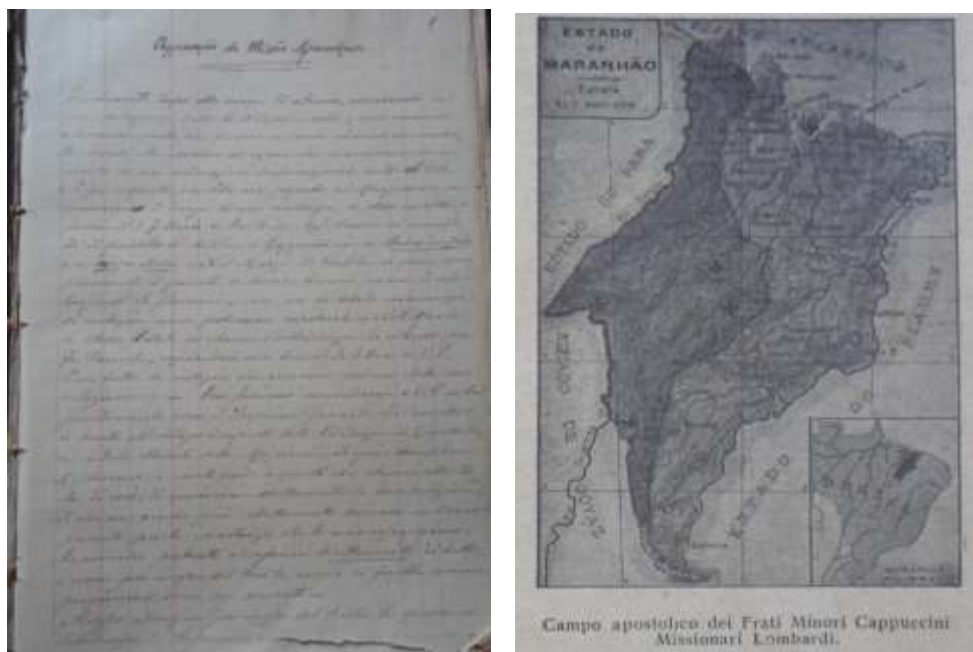
De sua Paternidade Muito Reverenda

Af.mo no Senhor

Frei Bernardo de Andermat

Superior Geral.” (LIVRO DE TOMBO DA MISSÃO DO MARANHÃO, 1893-1897, pp.1-2).

²⁶ Annali Francescani (1926, n.6-7, p.175). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.



Em relatório enviado para Roma e Milão destinado ao Padre geral da Ordem (1895), frei Carlos de São Martinho fala com entusiasmo da expectativa de investir novamente junto aos povos Guajajaras e Canelas espalhados em vinte aldeias nas proximidades da cidade de Barra do Corda.

[...] Barra do Corda é a segunda estação que dista quinhentos quilômetros da capital descendo pelo rio Mearim até sua entrada no rio Corda. É uma cidade nova e o nosso P. José de Loro viu e ajudou os índios, trazendo em Barra da colônia Dois Braços agora desaparecida. Quando eu parti de Pernambuco[...] apresentava o desejo que se restabelecesse a missão de Barra do Corda, o ano passado eu visitei estes lugares e pude dizer a V. R.ma: “Barra do Corda é onde se investe para o bem imenso que se pode fazer a muito extensa freguesia e para atuar a tão desejada missão aos índios. [...] almas das quais 5.000 ou mais são índios, divididos em três tribos principais: Canelas, Mateiros e Guajajaras, dispersos em ao mesmo 20 pequenas aldeias[...]” (RELATÓRIO PARA ROMA E MILÃO, 1895, p.6)

O relato no dispositivo oficial confirma o que foi dito antes. O principal objetivo da missão era recomeçar na região central do Maranhão. Foi a maior quantidade de aldeias localizadas nas proximidades da cidade escolhida para sede, onde no mesmo ano os religiosos deram início as ações pedagógicas direcionadas às crianças retiradas das aldeias com a abertura do Instituto de São Francisco de Assis para meninos índios.

Cumprir dizer que nesse primeiro empreendimento missionário a Ordem Capuchinha não contava apenas com o apoio da Igreja, mas foi amparada com subvenções concedidas pelo Governo do Estado. Assim sendo, a Missão Indígena era mantida com recursos oriundos da Santa Sé, da Diocese do Maranhão e com doações enviadas ao Brasil por fiéis europeus

(NEMBRO, 1955). Mas, no que diz respeito ao sucesso inicial da missão é importante ressaltar que os recursos concedidos pelo governo do Estado aos Capuchinhos Lombardos na época foram fundamentais para que as estratégias pedagógicas de imposição (DE CHERTEOU, 2014) e a tentativa de cristianização dos índios fossem desenvolvidas.

Em correspondência para o então governador Alfredo da Cunha Martins (1896), o superior da Missão do Maranhão frei Carlos Olearo, esclarece que iniciou a educação de “[...] 16 menores índios, para ensinar-lhes os rudimentos das letras, prepara-los para alguns offícios como de Tippographia, alfaiate, carpintaria etc. e principalmente destinando-os aos trabalhos agrícolas [...]”²⁷ e solicita a ajuda financeira, passando a receber verbas anuais como demonstrado no quadro 1. Com a subvenção foi possível manter em funcionamento, por exemplo, o internato de São Francisco de Assis no município de Barra do Corda (1895), primeiro empreendimento educacional fundado no interior do Maranhão pelos religiosos italianos.

Figura 5 - Internato de São Francisco de Assis para meninos índios fundado em Barra do Corda, (1895).



Fonte: Annali Francescani (1926). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Não obstante às críticas de anticlericais e positivistas maranhenses²⁸ residentes na capital do Estado e em municípios localizados nas proximidades da área da missão indígena

²⁷ (LIVRO DE TOMBO DA MISSÃO, 1893-1897, p. 60-61). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

²⁸ No município de Barra do corda o jornal O Norte que começou a circular em 1888 é apontado por Monza (2016) como sendo um dos responsáveis por criticar as ações desenvolvidas pela Ordem Capuchinha e se posicionar contra a missão indígena e contra o trabalho dos religiosos no interior do Maranhão. O jornal O

(MONZA, 2016), os governadores que sucederam Alfredo da Cunha Martins, com mandatos exercidos no período de 1896 a 1898, também autorizaram repasses de recursos públicos para a Ordem, o que certamente foi indispensável para uma melhor organização da estrutura necessária para a expansão das ações. Desse modo, pode-se dizer que mesmo tendo o laicismo como princípio político, após a proclamação da república, assim como em outros Estados brasileiros (HEERDT, 1998; KREUTZ 2004; DALLABRIDA, 2011) o governo do Maranhão continuou apoiando a Igreja Católica, nesse caso, mais diretamente, a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.

Quadro 1: Subvenções concedidas pelo governo do Estado para a Missão do Maranhão dirigida pelos Capuchinha Lombardos no período de 1896 a 1898.

Governador	Ano	Valor da subvenção aos capuchinhos lombardos
Alfredo da Cunha Martins	1896	Autorização de subvenção anual no valor de <i>“Quatro contos de reis”</i> .
Casimiro Dias Vieira Júnior	1897	“Entregar em <i>prestações, a quantia de seis contos de reis</i> (6:000\$000) consignados no vigente orçamento como subsídio para cristianização dos índios. ”
João G. Torreão da Costa	1898	“ <i>Prestação mensal de quinhentos mil reais</i> a quantia consignada na tabela nº 10 letras D do orçamento vigente, como auxílio para a civilização dos índios. ”

Fonte: Ofícios dos Governadores comunicando a liberação de recursos, enviados ao superior da Ordem Frei Carlos de S. Olearo. (*Grifos meus*). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Assim com uma autonomia que a igreja católica não havia experimentado no Brasil Império por causa da interferência do governo que seguia a política do Padroado português onde os “[...] padres eram funcionários públicos [...]”(QUEIROZ,2016, 87), na missão iniciada no final do século XIX, conforme os documentos analisados, os capuchinhos criaram dois internatos para crianças índias com idade até quatorze anos de idade e a Colônia Indígena de São José da Providencia em Alto Alegre, povoado próximo a Barra do Corda, para receber e catequisar os índios adultos (ZAGONEL ,2001).

Desse modo no período compreendido de 1894 a 1901 a expectativa dos superiores da Ordem Católica era que essa viesse a ser uma das missões religiosas mais bem-sucedidas de

Norte era dirigido na época por Isaac Martins dos Reis e tinha como redator chefe Frederico Figueira, e entre os que escreviam para o jornal estavam, segundo Brandes (1994), “[...] Lino Leal, Francisco Câmara, José Florêncio Moreira, a poetisa Mariana Luz, Alfredo de Assis Castro e João Bento Morreria Ferraz. ” (BRANDES, 1994, p.371-372).

cristianização e civilização de índios na região Amazônica do Brasil. Frei Carlos é considerado na historiografia da Ordem um dos maiores entusiastas dos empreendimentos missionários e educacionais dessa época (GIANELLINI, 1993), o qual defendia que somente com o abandono da cultura indígena os “selvagens” e desalmados, como eram chamados os índios, poderiam passar a viver em sociedade²⁹ e nessa perspectiva o religioso pois em prática os objetivos a serem alcançados. As fontes analisadas revelaram ser essa a representação de índio do religioso o que iria determinar as práticas adotadas (CHATIER, 1990).

As ações pedagógicas que foram impostas aos indígenas são constantemente exaltadas na historiografia da Ordem como ocorre no livro sobre o episódio conhecido como “massacre”³⁰ de Alto Alegre (abordado mais adiante), escrito pelo frei Bartolomeu de Monza (1909), ao discorrer sobre os ideais do superior, o autor diz que:

[...] [o] reverendo padre Carlo não esquecia que o fim principal da Missão era a catequese dos índios ou selvagens. Tirá-los de seus bárbaros costumes, fazê-los crentes civiliza-los, conduzindo-os à prática de seus deveres perante Deus e os homens, eis o ideal do padre Carlo. (MONZA, 2016, p.46).

Nota-se quanto a esse ponto, a partir dos relatos nos livros de tombo consultados, que ao se deparar com os povos indígenas da região citada, parece não existir por parte dos Capuchinhos Lombardos nenhuma intenção de respeitar ou preservar a cultura dos povos indígenas já estabelecida. Com isso, apesar dos esforços de frei Carlos para levar adiante a missão, suas esperanças foram frustradas no “massacre” de Alto Alegre, onde tudo indica que o sucesso até então considerado pelos religiosos e pelo governo (observado nos documentos analisados) perante a atuação pedagógica dos religiosos italianos com práticas adotadas no processo de civilização e catequização, tanto na área urbana (Barra do Corda), quanto na área rural (Alto Alegre) podem ser apontadas como os principais causas para a revolta dos índios contra a mudança em seus costumes e hábitos a que foram submetidos.

Assim, em 13 de março de 1901, seis anos e nove meses após o início da Missão do Maranhão, os índios Guajajaras, Canelas e Tupinambás se uniram e atacaram o aldeamento,

²⁹ Nas narrativas missionárias presentes nos livros de tombo da Missão Indígena do Maranhão (1894-1901) estão registradas as ideias e práticas do superior da Missão na atuação junto aos índios em Barra do Corda, Grajaú e Alto Alegre.

³⁰ Neste trabalho o termo massacre aparece entre aspas por consideramos, segundo a análise das fontes que a ação dos indígenas em março de 1901, foi resultado das estratégias de imposição dos freis capuchinhos adotadas no processo de catequização tanto nos internatos indígenas que recebiam as crianças que eram retiradas das aldeias que ficavam próximas ao município de Barra do Corda, quanto na Colônia Agrícola de São José da Providência localizada no povoado de Alto Alegre.

assassinando quatro Capuchinhos Lombardos: Frei Rinaldo Panigada da Paullo, Frei Zaccaria Casari da Malengno, Frei Vittore Baizine da Bergamo e o leigo Frei Salvatore d'Albino, além de sete freiras italianas³¹ que eram responsáveis pelo internato feminino (LIVRO DE TOMBO DA MISSÃO 1897-1909). Conforme divulgado na época pelos jornais de maior circulação no Maranhão, dentre os quais o jornal Pacotilha, vinte e três dias após o ocorrido com o ataque ao aldeamento, as famílias não indígenas que também residiam na Colônia São José da Providência e em vilas próximas foram assassinadas, somando mais de duzentas pessoas mortas. Na ocasião, os índios levaram do internato feminino que existia na colônia todas as meninas índias que haviam sido retiradas das aldeias (MONZA, 2016).

Sobre o morticínio do Alto Alegre (Barra do Corda) [...]. Os índios exasperados [...], [exterminaram] a todos os cristãos e circunvizinhanças, em número de cerca de 200, entre os quais os missionários que ali se achavam há anos trabalhando para convertê-los e civilizá-los. Em número superior a 200, diz o boletim, os índios conservam-se em atitude ameaçadora [...]" (Jornal PACOTILHA, 4 de abril de 1901).

O ocorrido ocasionou a perda do auxílio financeiro do governo do Estado, abalou o entusiasmo inicial pela evangelização dos índios e uma grave crise de saúde no Superior Regular da Ordem no Maranhão. Conforme Gianellini (1993), "[...] o fundador e Superior Regular tombou em estado de choque emocional, do qual nunca mais se recuperou totalmente." (*Ibid.*, 1993, p.43). Portanto, após a revolta dos índios, os Capuchinhos Lombardos passaram a colaborar mais com o clero diocesano, principalmente na realização de missões populares que tinham como objetivo a realização de sacramentos como batismos, casamentos, celebrações de missas e visitas religiosas (ZAGONEL, 2001).

Diante do exposto nota-se que em relação à ação pedagógica dos freis lombardos a análise das fontes consultadas não revelou a existência de escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios do interior do Estado escolhidos para a pesquisa sendo que a ação dos religiosos do primeiro grupo a vir ao Brasil após a proclamação da República dirigido por frei Carlos priorizava de fato os indígenas.

³¹ As freiras Terciárias Capuchinhas, oriundas de Genova na Itália: Irmã Agnese Colombo, Irmã Eleonora Fassone, Irmã Maria Dagnino, Irmã Benedetta Isetta, Irmã Eufemia Macchello, Irmã Natalina Parodi, Irmã Anna Maria, chegaram a Barra do Corda em junho de 1899 para ajudar a Ordem masculina na Missão Indígena do Maranhão, mas durante a revolta dos índios todas as religiosas foram assassinadas. (LIVRO DE TOMBO DA MISSÃO – 1893-1897). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Figura 6 - Frei Carlos de S. Martinho Olearo, superior da Missão Indígena do Maranhão (1894-1901).



Fonte: Gianellini, (1993).

No entanto, pareceu-nos imprescindível discorrer sobre os desdobramentos da Ordem Capuchinha desde o período inicial da Missão do Maranhão para demonstrar que a ação pedagógica e a fundação de instituições escolares sempre foram partes integrantes das atividades dos freis italianos que manifestavam “preocupação³²” quanto à necessidade de investir no ensino com o fim de promover a catequização na doutrina da Igreja Romana (GIANELLINI, 1993), objetivo esse frustrado com os adultos e crianças dos povos indígenas, mas que se concretizou a partir de 1910³³ com os filhos e filhas dos fiéis católicos

³² Nota-se pelas fontes analisadas, que a “preocupação” dos capuchinhos lombardos inicialmente com os índios e a partir de 1910 com as pequenas comunidades formadas por famílias sertanejas e nos demais municípios localizados no território da missão, não era necessariamente promover a escolarização e assim elevar o índice de alfabetizados no interior do Maranhão, prova disso é que inicialmente as crianças de famílias de outras religiões não eram aceitas nas escolas paroquiais (SMITH, 1986). Neste sentido, se torna evidente que ao promover a escolarização até o ponto em que, saber ler e escrever fosse suficiente para que as crianças e adolescentes recebessem uma sólida catequização, sempre foi o objetivo a ser alcançado também no período da missão após o “massacre” de Alto Alegre, promovendo assim o fortalecimento do catolicismo.

³³ A Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas foi fundada pelo Frei João Pedro de Sexto São João, integrante da Missão Indígena do Norte do Brasil, em 18 de dezembro de 1904. Sob a custódia dos freis capuchinhos lombardos, as religiosas brasileiras passaram a colaborar com a educação no Instituto Feminino da Colônia Indígena do Prata, no Estado do Pará. Entretanto, em 1910, as irmãs foram levadas para a cidade de Barra do Corda para assumirem o Educandário São José da Providência que foi inaugurado em 12 de maio do referido ano (CASTILHO, 2004). No entanto, apesar de ter sido criada para ajudar a Ordem masculina com as instituições escolares, em 1924 a Congregação das capuchinhas brasileiras se tornou autônoma e passou a tomar suas próprias decisões e assumir sua própria missão. Apesar disso, é necessário reconhecer neste contexto que ao identificar a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão, os religiosos italianos, mesmo após a autonomia das capuchinhas brasileiras continuaram recebendo a colaboração da Congregação feminina na área educacional, principalmente na formação de professoras-catequistas para trabalharem nas escolas paroquiais.

quando aos poucos as atividades missionárias tendo como foco o ensino foram sendo restabelecidas.

Entre os novos objetivos a serem alcançados estava a oferta do ensino formal em instituições escolares próprias e com a colaboração das Irmãs Missionárias Capuchinhas, principalmente na área de formação e educação religiosa, além das missões populares (desobrigas) e a implantação de igrejas. A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos passou a desenvolver suas ações através de um programa amplo em que estava previsto o aumento do número de paróquias e o “[...]avigoramento do ensino escolar acrescido de instrução ginasial e normal; [...] e intensificada propaganda católica a penetrar capilarmente nas várias camadas da população.” (NEMBRO, 1955, p.109).

Neste sentido, a abertura de novas instituições educativas e em maior número, de escolas paroquiais, marca um novo período missionário da Ordem católica no Maranhão que após o fim trágico da missão indígena, atendendo novamente às determinações da Santa Sé e da igreja católica no Brasil, passou a contribuir para o fortalecimento do catolicismo romanizado no interior do Estado, tendo como um dos principais instrumentos o ensino, visando a catequização e a formação do bom cristão católico (ZAGONEL, 2001).

Assim sendo, os lombardos se voltaram também para o combate a outras religiões, de forma mais acirrada ao protestantismo que avançava no Maranhão tendo como alvo os mesmos municípios de atuação dos freis católicos. Os primeiros missionários estrangeiros a chegarem na região foram o canadense Perrin Smith que substituiu o protestante João Batista Pinheiro no trabalho de evangelização itinerante no município de Barra do Corda e povoados adjacentes a partir de 1914 e o casal de missionários ingleses da denominação batista reformada David e Eva Mills (SILVA,1994), que iniciaram em 1928 ações que consistiam em visitas e pregações para a população realizadas em pequenas cidades e povoados como Imperatriz e ainda longas viagens a povoados ribeirinhos localizados às margens do rio Tocantins.

Nessa direção, Silva (1994) observa que a partir da década de 1920 a vinda de missionários protestantes de países americanos e europeus para o interior do Maranhão passou a ser financiada por organizações cristãs internacionais³⁴ que treinavam evangelistas e também viam o Norte e o Nordeste do Brasil como espaços a serem alcançados.

³⁴ Dentre as Organizações protestantes que enviaram missionários ao Brasil nesse período, estava a “[...] Evangelical Chistian Mission of Brazil conhecida como Missão Cristã Evangélica do Brasil – MICEB. (STONER, 2007, p.9). E ainda a Worldwide Evangelization Crusade – WEC. (SILVA, 1994, p. 18)

Pelos anos de 1927 e 1928, chegaram da Inglaterra e dos Estados Unidos vários missionários, enviados pela Unevangelized Fields Mission (UFM) para trabalhar entre os índios e [...] na assistência à Igreja nas viagens de evangelização pelo campo. [E em cidades] [...]dominadas pelos frades capuchinhos, que olhavam como se eles fossem os donos, desde o começo do século. ” (SILVA,1994, p. 19).

Pode-se dizer, que a chegada de um número cada vez maior de missionários protestantes, a partir do período citado, trouxe aos capuchinhos que já ocupavam tais regiões desde o final do século XIX, grande insatisfação e levou os mesmos a investirem na educação de forma mais intensa na tentativa de impedir a expansão do trabalho dos batistas, anglicanos, e presbiterianos que se uniam em cruzadas evangelísticas e começaram a utilizar a estratégia de abrir instituições escolares em povoados e municípios do interior do Maranhão com o fim de evangelizar. Charles Stoner, em seu estudo para o doutorado sobre a perspectiva em educação teológica no Norte do Brasil, afirma que o período que abrange os anos de 1943 a 1955 é considerado de grande expansão da missão protestante.

Mais de 40 missionários da UFM estavam trabalhando no Norte do Brasil[...]. a Missão descobriu áreas novas e importantes para seu ministério[...]. Os colégios internatos, para filhos de brasileiros foram iniciados e o trabalho entre os ribeirinhos foi intensificado. Foram organizadas igrejas associadas à UFM[...]. (STONER, 2007, p.18).

Diante do que os Capuchinhos Lombardos consideravam um dos maiores problemas a serem enfrentados (o protestantismo), soma-se outro que se sobressai nos relatórios dos missionários analisados, os altos índices de analfabetismo nos municípios e povoados do interior do Maranhão o que dificultava a realização da catequese vista como estratégia indispensável no combate a outras religiões.

Assim podemos dizer que a necessidade de investir na educação passou a ser prioridade pois os capuchinhos viam na ação pedagógica em instituições próprias uma forma de evitar a perda de fies diante dos reforços estrangeiros, tanto enviando novos missionários, quanto de verbas para a abertura de instituições escolares que vinham sendo recebidos constantemente pelos protestantes (SILVA, 1994).

Neste sentido, Cruz (2013) confirma que nas décadas de 1940 e 1950, apesar dos municípios do interior do Estado terem sido contemplados no processo de ampliação e modernização do sistema de ensino primário no Maranhão, o acesso à educação continuava insuficiente diante da demanda, sendo que “[...]. Apesar de todo esforço com a ampliação do acesso escolar no interior maranhense, consta que o mal do analfabetismo não foi vencido

[...], se considerarmos que em 1958 o Maranhão ainda apresentava um índice de analfabetismo superior a 70%. (CRUZ, 2013, p. 13).

Portanto para evitar a perda de fies e a expansão de seitas “hereges”³⁵, que trariam grande mal e prejuízo à população maranhense, a prioridade era abrir instituições escolares onde fosse identificado um foco de ação de outras religiões, como pode ser visto no relatório escrito pelo frei Adolfo M. de Sexto São João ao Padre Geral da Ordem (1955), onde fala da motivação para a abertura de novas instituições escolares católicas na cidade Barra do Corda e do remanejamento de religiosos diante da situação considerada insustentável, caso não receba mais recursos e sacerdotes.

Tivemos que abrir um ginásio também em Barra para evitar que os protestantes se nos adiantasse. Já abriram eles um internato e externato³⁶, quase gratuitos, para onde acorrem os meninos que as irmãs não querem receber, porque têm mais de 10 anos. Para evitar a ruína completa da mocidade de Barra abrimos a escola paroquial e o ginásio que é da Prelazia. O governo cedeu o prédio ao lado da nova Matriz, sede até agora do grupo escolar [...]. Fui obrigado a fazer um grave sacrifício, mandando Frei Lamberto para Barra. Destinei Frei Pacífico a Messejana, ficando Guaramirara só com Frei Roberto... Que nosso Senhor tenha dó e compaixão de nós, pois a situação é insustentável, se não vierem novos elementos da Província[...]. O Prelado escreveu a C. dos Rel. mostrando a situação da Prelazia que precisa de Padres, mas não sei se recebeu resposta.³⁷

Neste sentido, observa-se que lançar “[...] a semente da verdade bíblica” (MILLS, 2017, p. 10) era também o objetivo das missões protestantes. Semente essa que contrariava a doutrina católica ensinada pelos freis capuchinhos lombardos, que passaram a combater a ação dos seus concorrentes, muitas vezes diretamente tentando impedir a realização dos cultos e trabalhos realizados “[...] ao ar livre e nas residências[...]” (MILLS, 1994, p. 51). No entanto com a ajuda das organizações cristãs internacionais, os missionários protestantes deram início à fundação de internatos que ofereciam o ensino primário para os filhos das famílias evangélicas e para as demais crianças e adolescentes da comunidade nos municípios maranhenses de Barra do Corda, Balsas e Carolina (*ibid.*, 2017), tendo como uma das professoras a inglesa Eva Mills. Desse modo, conforme enfatizado nos relatórios e

³⁵No caso específico dos protestantes ou luteranos, eram considerados pelos capuchinhos “hereges” porque contestavam parte da doutrina da igreja católica como as indulgências, a mediação da igreja com seu magistério, a veneração aos santos e o primado papal, entre outros dogmas. (MARTINA, 1995, p.128-129).

³⁶As instituições escolares citadas pelo Frei Adolfo de Sexto São João eram o internato protestante Maranata que foi aberto em Barra do Corda no ano de 1952 e a Escola Normal Regional Maranata fundada em 1954. “[...] a Missão resolveu transferir D. Eva Mills do Internato Amazônia de Breves (Pará) para iniciar o Internato Maranata, em Barra do Corda[...]. Em pouco tempo, o Internato Maranata estava com todas as suas vagas preenchidas com adolescentes e jovens vindo da maioria das igrejas da região.” (SILVA, 1994, p. 39).

³⁷Parte do ofício escrito pelo Frei Adolfo M. de Sexto São João, Custodio da Província Capuchinha do Maranhão (1955), encaminhado ao Padre Geral da Ordem. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

correspondências missionárias analisadas, as crescentes investidas do protestantismo fez com que os lombardos se preocupassem em expandir os empreendimentos na área educacional.

Figura 7 - Missionária e professora primária, inglesa Eva Y. Mills que trabalhou no interior do Maranhão nas décadas de 1920 a 1940



Fonte: Mill, (2017).

Chama-nos a atenção nesse ponto que as estratégias de imposição tanto do catolicismo quanto do protestantismo, apesar das diferenças doutrinárias, eram praticamente as mesmas; porém fruto das representações de salvação da alma e de fé construídas a partir de concepções e princípios determinados pelas respectivas armaduras conceituais da época. Conforme Chartier (1990), as práticas que são determinadas pelas representações sociais “[...] visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo[...]” (CHARTIER, 1990, p.23).

Sendo assim, pensamos que para os Capuchinhos Lombardos todas as crenças que se opunham à ortodoxia católica deveriam ser consideradas obras demoníacas e precisavam ser abolidas. Conforme pontuam Azzi e Grijp (2008), em contextos desse tipo “[...] Ao invés de uma atitude dialogal, a crença do adversário [passa] a ser incorporada dentro do universo da única fé aceita, considerada como pura expressão negativa, a ser erradicada em nome da harmonia da verdade.” (AZZI; GRIJP, 2008, p.153).

Portanto foi nesse contexto de embates e disputas por fies que os freis lombardos passaram a investir mais nas ações sociais e humanas e assim deram início à abertura das primeiras escolas paroquiais capuchinhas, que irão se constituir nas décadas de 1960 e 1970

no que podemos chamar de uma rede de escolas paroquiais nos municípios localizados na área de missão da Ordem católica, dentre os quais Barra do Corda, Grajaú, Porto Franco, Amarante, João Lisboa, Imperatriz e Carolina foram escolhidos para a realização deste estudo.

2.2 A abertura das primeiras escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios localizados nas Prelazias São José do Grajaú e Carolina

Diante do contexto apresentado, não restam dúvidas de que a partir da década de 1920 em diante os investimentos no ensino formal e na catequese infantil passaram a ser considerados pelos capuchinhos italianos preocupações básicas e fundamentais tendo em vista os novos objetivos a serem alcançados pelo Ordem; ou seja, a implantação de igrejas católicas no interior do Maranhão, a formação religiosa desde cedo, além do combate a outras religiões.

O desenvolvimento das ações sociais e humanas, com destaque para a ação pedagógica e, conseqüentemente, a abertura de escolas primárias nas paróquias, eram estratégias consideradas eficientes e práticas que deveriam ser desenvolvidas já que o problema mais grave a ser enfrentado era a interiorização das ações dos missionários protestantes como se pode ver no relato atribuído ao frei Emiliano José Lonati, que dirigia a área de missão capuchinha no período de 1928 a 1945.

Problemas morais são a cachaça, festas e bailes, sempre causa de perturbações e inconvenientes. Todavia não é problema tão grave como o [...] protestantismo, que nestes últimos tempos têm se assanhado bastante especialmente nas sedes e que requererá uma ação enérgica por parte do Prelado e párocos. O aumento dos sacerdotes, a intensificação do apostolado, as desobrigas mais frequentes e a vigilância in loco dos Vigários e cooperadores, reduzirá sem dúvida o perigo. [...] Consoladora também se apresenta a assistência social nas várias paróquias. Pequenos ambulatórios para tratamento de doentes, distribuição de remédios, gêneros alimentícios e vestuários se encontram em todas as paróquias. Assim também escolas de costura, bordados e cozinha para moças pobres. Em Carolina está em construção um grande prédio “O Pão de Santo Antonio” que centralizará todas as obras sociais da paróquia, com escolas primárias, ginásio, escolas de trabalho doméstico e ambulatório, para assistência às classes pobres³⁸. ”

A partir de uma ótica mais crítica, nas entrelinhas dos dados até agora apresentados, pode-se vislumbrar que, investir nas áreas sociais e humanas especialmente no ensino primário, não significava para os Capuchinhos Lombardos uma ação que iria necessariamente contribuir com o fim do analfabetismo no interior do Maranhão que apresentava um índice de mais de 70% de analfabetos, mas sim possibilitar para os filhos dos fies católicos de famílias

³⁸ Precedentes que levaram à criação da Prelazia de Carolina, (1958, p. 1-2). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

menos favorecidas uma formação mínima³⁹, capaz de assegurar uma sólida formação religiosa por meio da inculcação doutrinária, indispensável para evitar a perda de fies, ou seja, saber ler e escrever ao ponto de “[...] entender o catecismo, uma reza[...]”⁴⁰ ou a celebração da missa.

Assim sendo, o alvo principal eram as crianças que deveriam ser iluminadas desde cedo “[...] pelas verdades eternas. ” (NEMBRO, 1955, p.90). Por isso, a recomendação por parte dos superiores era que todas as paróquias abrissem uma escola primária, sendo que a mesma deveria se sobressair às demais instituições e de modo especial às protestantes que estavam sendo fundadas nos mesmos locais, como estratégia de evangelização (SILVA, 1997). Com isso, observa-se que o principal critério para abertura de uma escola Paroquial Capuchinha aparentemente não eram os altos índices de analfabetos e de iletrados do interior do Estado, mas a erradicação dos focos de protestantismo, pois as instituições escolares nas paróquias, eram tidas como meios eficientes e práticos para o fortalecimento da fé católica.

[...] atualmente, a organização escolar da Prelazia consta de [...] 14 escolas paroquiais. O desenvolvimento do ensino não só primários, senão também ginásial [...]; enfim, obras sociais e assistenciais sabiamente programadas segundo a necessidade dos lugares, mas de tal extensão que possa abranger tôda a Prelazia (NEMBRO, 1955, p.120-126).

Assim, com base nos relatórios analisados, as primeiras escolas Paroquiais Capuchinhas abertas nos municípios escolhidos para a pesquisa, foram as de Barra do Corda⁴¹ e Carolina e nos anos seguintes em municípios como Porto Franco e João Lisboa.

Quadro 2 – Escolas Paroquiais Capuchinhas fundadas em municípios do interior do Maranhão, no período de 1935 a 1959.

Município	Escola paroquial	Fundação	Ensino oferecido
Barra do Corda	Escola Paroquial Pio XI	1935	- Jardim de Infância - 1ª a 4ª série
	Escola Paroquial Frei Vitor	?	- Jardim de Infância - 1ª a 4ª série
	Escola Paroquial Frei Zacarias	?	- Jardim de Infância - 1ª a 4ª série

³⁹ Nos municípios em que foram fundados Colégios e educandários católicos como o São José da Providência em Barra do Corda (1910-1968) eram destinados à formação dos filhos das famílias abastadas e elites regionais “[...]que deveriam adquirir uma sólida educação para prosseguir seus estudos em níveis mais avançados[...]” (CUSTÓDIO, 2015, p. 8), sendo que nessas instituições eram cobradas mensalidades; já as escolas paroquiais capuchinhas atendiam com poucas exceções os filhos das famílias pobres para receberem instrução suficiente para a catequização.

⁴⁰ Relatório de Atividades Missionárias, 1966, p.3). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

⁴¹ Apesar da historiografia da Ordem Capuchinha apontar também para o município de Grajau, como sendo um dos primeiros a receber investimentos na área educacional, nos documentos analisados não foram encontradas referências às escolas paroquiais em funcionamento nesse período na Paróquia.

	Escola Paroquial Frei Reinaldo		- Jardim de Infância - 1ª a 4ª série
Carolina	Escola Paroquial São José da Providência	1935	- Jardim de Infância - 1ª a 4ª série
	Escola Paroquial Santo Antônio de Pádua	1955	- Jardim de Infância - 1ª a 4ª série - Ensino noturno para adultos
Porto Franco	Escola Paroquial São Francisco de Assis	1956	- Jardim de Infância - 1ª a 4ª série
João Lisboa	Escola Paroquial Dom Cesário	1959	-Jardim de Infância - 1ª a 4ª série - Preparação do exame de admissão ao ginásio

Fontes: Secretaria Geral de Estado do Maranhão, (1933); Nembro, (1955); Relatórios dos missionários ao superior da Missão do Maranhão (1955-1959).

Essas instituições escolares confessionais funcionavam quase sempre no mesmo prédio da igreja ou em um anexo; na sua maioria com uma boa estrutura física, além de um quadro de professoras-catequistas oriundas de escolas normais dirigidas pela Congregação das Irmãs Capuchinhas, que mesmo tendo se emancipado da tutela dos freis italianos, frequentemente colaboravam com a missão dos lombardos na área educacional, (CUSTÓRDIO, 2015).

Entre os principais objetivos em abrir escolas primárias nas paróquias estava evitar a “intromissão protestante⁴²” e atrair a comunidade para as escolas católicas vistas como única alternativa diante da oferta concorrente. Nesse sentido, ao considerar os dados apresentados pelo Instituto de Geografia e Estatística (1959) para o município de Carolina na década de 1950, percebe-se que as estratégias de evangelização e de formação religiosa utilizadas pelos capuchinhos lombardos se mostravam eficazes, já que “[...]. Dos 21. 404 habitantes, 20. 608 [eram] católicos romanos[...]. Declararam-se protestantes, 224 homens e 234 mulheres[...].” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p.114). Com um percentual de 96, 2% da população de fies católicos não é difícil compreender os embates que se travavam não só em Carolina como também nos demais municípios da área de missão capuchinha com predominância do catolicismo, diante da chegada de um número cada vez maior de missionários protestantes com objetivos evangelísticos; porém com uma crença que contrariava os dogmas da Igreja Católica.

No entanto, deve-se considerar ainda que a expansão das escolas capuchinhas supria a demanda por uma educação pública nos municípios do interior, e ao investir na área

⁴² Termo constantemente utilizado nos relatórios dos freis capuchinhos ao se referirem sobre à ação protestante no interior do Maranhão no período citado.

educacional os capuchinhos lombardos contavam com as subvenções do governo do Estado que na época adotava uma política educacional de incentivo ao ensino particular (COSTA, 1948). A exemplo disso, é que no orçamento previsto para o ano de 1937, já contava a quantia de 600\$000 mil reis destinados para a “[...] Escola Paroquial São José, em Carolina⁴³”. Sobre a subvenção de estabelecimentos de ensino nas décadas de 1940 e 1950, Costa (1948), afirma que o Maranhão permanecia com um quadro deficitário de escolas pública. Segundo o autor, no governo de Sebastião Archer (1947-1951) foi incentivado constantemente a abertura de estabelecimentos de ensino particular como forma de extensão do ensino primário e entre os fatores apresentados como “impedimento” para que o governo do Maranhão dessa conta sozinha desse nível de ensino, estava a “vastidão do território maranhense”.

Na certeza de que o Estado não pode realizar sozinho a obra integral de educação do povo, quer pela complexidade do problema como pela vastidão do território maranhense, o Chefe do executivo, está incentivando o ensino particular, auxiliando-o eficientemente com subvenções anuais.

O desenvolvimento em extensão do ensino primário que Sua Excia. sr. Sebastião Archer da Silva, executa com subvenções aos estabelecimentos de ensino particular, independente da criação de novas escolas estaduais é, por outro lado, intensamente desenvolvido com o valioso auxílio do Governo Federal na campanha de alfabetização de adultos em escolas noturnas, distribuídas por toda a imensa extensão do território do Estado. (COSTA, 1948, p. 204-205)

Com o auxílio oriundo dos cofres públicos os empreendimentos educacionais dos capuchinhos aumentaram as escolas das paróquias ofereciam o jardim de infância e os quatro primeiros anos do ensino primário em conjunto com uma educação moral e religiosa fundamentada na doutrina da Igreja Romana. No município de Barra do Corda, a primeira escola paroquial aberta no ano de 1935, foi a Escola Paroquial Pio XI. A escola primária que funcionava no salão paroquial em 1947 e 1948, passou por uma reforma deixando o prédio mais “moderno e eficiente” (NEMBRO, 1955). Após a reforma, a escola que era dirigida pelo frei Adriano de Zanica, passou a exigir dos seus alunos mais atenção no cumprimento dos horários estabelecidos para cada aula.

Nas fontes analisadas não foi possível identificar se o ensino na Escola Paroquial Pio XI era pago ou gratuito; no entanto, com base em outros documentos selecionados como declarações, ofícios e conforme os depoimentos de ex-professoras e ex-alunas de escolas paroquiais, os pais pagavam uma taxa para ajudar no sustento dessas instituições dirigidas pelos freis italianos. Assim, pode-se presumir que na escola Pio XI, a manutenção se dava da

⁴³ Secretaria Geral do Estado. Livro de Registro de Estabelecimento de Ensino Subvencionados (1933-1941, p. 16). nº. 286/03. APEM.

mesma maneira que nos demais municípios do interior do Estado, ou seja, contando com as subvenções do Estado, com a ajuda dos pais e dos fies católicos.

Chamamos atenção[...].

Para os alunos da Escola Pio XI

1 Lições de música teórica e prática para iniciados: das 15 às 18 nas II, IV, VI feiras

2 Exercícios militares na 1ª e 3ª VI feira do mês: das 8 às 11 horas

3 Exercícios de Pontaria e Tiro na 2ª V feira do mês: das 8 às 11 horas

4 Exercícios de Ginástica na 4ª V feira do mês das 8 às 11 horas

O vigário – Frei Adriano ⁴⁴

No entanto, parece-nos que a perspectiva mais adequada ao contexto de ampliação do currículo e do prédio da escola paroquial era mesmo a preocupação com a fundação de novas instituições educacionais protestantes no município no período como a “[...] escola bíblica[...] aberta no subúrbio de Barra do Corda pelo missionário canadense George Thomas” (MILLS, 2017, 15), confirmando o que se acenou anteriormente, sobre os empreendimentos educacionais a serem parte integrante do projeto de fortalecimento do catolicismo diante do avanço de outras religiões.

Nos resultados trazidos pelo censo de 1950 sobre os aspectos culturais e educacionais de Barra do Corda, a ação protestante também é reconhecida na ajuda com a educação e com a disponibilidade de missionários estrangeiros que por meio da “[...] Cruzada de Evangelização Mundial do Culto protestante [mantem] uma escola que, dia a dia, vai alcançando os seus benéficos propósitos[...]”. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 73).

⁴⁴ Aviso sobre o horário das atividades para os alunos da Escola Paroquial Pio XI (1947-1948). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo. (Estante B- Fila II- Nº46).

Figura 8 - Escola Paroquial Capuchinha Pio XI a primeira a ser criada pelos freis lombardos no município de Barra do Corda (1935).



Fonte: Brandes, (1994).

Em outros municípios, como em Carolina, na Escola Paroquial Santo Antônio de Pádua era ofertada também a alfabetização para adultos no período noturno. A escola contava com um quadro docente formado somente por mulheres, sendo dez professoras normalistas e sete professoras que cursavam o terceiro ano normal⁴⁵ que eram pagas com a ajuda do governo estadual.

A Escola Dom Cesário fundada em 1959 no Município de João Lisboa, segundo depoimento de uma ex-professora⁴⁶ além das matérias do currículo oficial previstas na legislação educacional da época, como Português, Matemática, História e Geografia o ensino de religião parecia ser o que ganhava maior atenção. Na instituição educacional que tinha como diretor o Frei Capuchinho Tomé N. de Costa Serina, os alunos (as) tinham aulas de iniciação cristã na catequese e a preparação para os sacramentos da primeira comunhão e a crisma.

Ele [frei Tomé] exigia que tivesse as aulas de religião, que falasse de Deus que era o criador e a criação e a gente obedecesse, mais sobre obediência de Deus, na convivência no mundo para que tivesse êxito, e fosse bem formados, pra não ser uma pessoa mal educada na sociedade e era isso que a gente tinha que passar pra eles, era como se fosse uma catequese. Outra professora da igreja trabalhava a catequese pra primeira comunhão também na escola paroquial, era todas as crianças de pequena a grandes. Tinha primeira eucaristia, tinha a professora de crisma. Ele [frei Tomé] entrava lá na escola e perguntava quem era que tinha feito a primeira

⁴⁵ Relatório da obra Paroquial de Assistência Educacional-Social de Carolina. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo

⁴⁶ Foram entrevistadas três ex-professoras que trabalharam nas décadas de 1950, 1960 e 1970 em três escolas paroquiais capuchinhas e duas ex-alunas que estudaram na década de 1960.

eucaristia, quem era que não tinha, quem precisaria se preparar melhor aí tinha o dia e ele falava para os alunos (as) que quisessem para puder fazer a primeira comunhão. Ia quem queria conhecer Deus melhor, nosso Pai criador, para a gente ser gente melhor e amar a Deus melhor, saber amar a mãe de Jesus aí ...”eu não fiz! Outro eu não fiz! ” Tinha vez que já moça...naquele tempo era pouca criança que tinha a quarta série, era assim tudo grande, mas quando começava era quase tudo adolescente se preparando para admissão ou ginásio⁴⁷.

Nessa direção, podemos observar que a escola Paroquial Capuchinha representava mais do que uma parte integrante das capelas e igrejas (DALLABRIDA, 2003), a instituição escolar para além de uma extensão da estrutura física constituía parte indissociável da missão de evangelizar e cumpria esse papel com uma estratégia pedagógica de imposição que tinha como finalidade, alcançar a doutrinação católica dos alunos (as), inculcada por meio do ensino repetitivo, método muito parecido com o catequético descrito por Castellanos, (2018) ao analisar como se deu a inclusão do catecismo de Fleury para a formação moral e religiosa das crianças, nas instituições de ensino primário no Maranhão oitocentista.

[...] além da exposição oral, os alunos não só deveriam apresentar conhecimentos de leitura [...] como também mostrariam as avaliações dos princípios morais e religiosos baseados nas orações, nas ladainhas, nos cânticos e no resumo das doutrinas e diversos trechos das escrituras sagradas aprendidas[...]. (CASTELLANOS, 2018, p. 126).

Nota-se que, esses saberes, esses disciplinamentos estavam presentes no espaço da escola Paroquial Capuchinha, observados nas práticas descritas nos dispositivos analisados e com base nos depoimentos de ex-alunas que vivenciaram uma educação baseada não só nas disciplinas do currículo oficial da época, mas também numa educação moral e religiosa com orações e cânticos que deveriam ser aprendidos diariamente na sala de aula.

“[...] depois que entrasse [na sala de aula] não sentava, ficava em pé primeiro para fazer a oração, [...]. Ela [professora] sempre gostava de rezar o anjo do Senhor, o anjo da guarda. Santo anjo do Senhor meu zeloso e guardador se a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, guarda, governa e ilumina, amém. E depois tinha o pai nosso, aí [a turma] sentava.”⁴⁸

A partir do depoimento da ex-aluna, que fazia parte da turma da terceira série primária da Escola Paroquial Dom Cesário, (vista na figura a seguir) pode-se dizer que na escola paroquial criada pelos freis lombardos no interior do Maranhão a disciplina do corpo e da mente deveria ser eficaz e contemplar os princípios da educação cristã pretendida pela Igreja

⁴⁷ Depoimento de ex-professora que trabalhou na Escola Paroquial Dom Cesário. (João Lisboa, 2018).

⁴⁸ Depoimento de ex-aluna da Escola Paroquial Capuchinha Dom Cesário, (JOÃO LISBOA, 2018).

Romana (princípios que serão abordados mais a frente), onde por meio da cultura escolar própria da escola Paroquial Capuchinha, buscava-se construir representações que garantissem a consolidação de uma mentalidade e práticas religiosas condizentes com a fé católica.

Desse modo, tendo como referência Julia (2001), entende-se que a ação pedagógica na sala de aula da escola capuchinha era determinante para se alcançar uma sólida formação religiosa. Conforme afirma o referido autor, ao analisar a cultura escolar de uma instituição de ensino confessional, o objetivo é sempre o de alcançar o “[...] remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção da consciência.” (JULIA, 2001, p.22).

Figura 9 - Turma da terceira série da Escola Paroquial Capuchinha Dom Cesário recebendo o certificado da primeira comunhão (1963) e a professora-catequista no centro.



Fonte: Arquivo particular da ex-aluna da escola paroquial, a 5ª na segunda fila da direita para a esquerda.

Vale ressaltar que o período de fundação das Escolas Paroquiais Capuchinhas, assim como o recorte histórico escolhido para a pesquisa, transcorreram no “[...] período prelazial da igreja católica no Maranhão (1922-1975)” (GIANELLINI, 1993, p.45); ou seja, o período de criação de áreas missionárias que tinham como finalidade dentro do projeto evangelizador organizado pela Cúria Romana:

[...] enquadrar o tradicional catolicismo luso-brasileiro dentro do modelo eclesial tridentino, com seu enfoque ultramontano. O projeto visava reformar o caráter devocional e leigo da crença popular, mediante a ênfase no aspecto sacramental e no

poder clerical. Era também sua meta colocar a Igreja do Brasil sob a estrita dependência da Santa Sé. (AZZI; GRIJP, 2008, p.383).

Neste sentido, a criação da Prelazia de São José do Grajaú, a primeira circunscrição eclesiástica do Estado, constituída “[...] por 127 mil quilômetros quadrados com 120 mil almas[...]”. (AZZI; GRIJP, 2008, p.385), abrangendo as paróquias de Grajaú, Barra do Corda, Carolina, Imperatriz e Tury-Açu foi desmembrada da Diocese de São Luís e entregue à Ordem dos Capuchinhos Lombardos. Conforme Pacheco (1969), o primeiro capuchinho lombardo a administrar a prelazia foi o Frei Roberto de Castellanza.

Criada a Prelazia de S. José do Grajaú, a 10 de fevereiro de 1922, o Excmo. Sr. Nuncio Apostolico D. Henrique Gasparri, a 21 de julho de 1923 designava o Revmo. Pe. Frei Roberto de Castellanza, O. F.M. C., para seu Administrador Apostolico. A 18 de dezembro de 1924, o Sto. Padre PIO XI nomeava S. Revma. Bispo titular de Câmaco e Prelado de Grajaú. Assim, a 3 de maio de 1925, na Catedral Metropolitana do Maranhão, D. Roberto Julio Colombo recebia a unção episcopal das mãos do Sr. D. Octaviano Pereira de Albuquerque, sendo consagrantes D. João Irineu Jofily e D. Severino Vieira de Mello. A 10 do mesmo mês celebrava o novo Bispo o seu primeiro pontifical, na igreja do Carmo, e pouco após se dirigia para seus labores apostólicos no sertão maranhense. (PACHÊCO, 1969, p. 559-560).

Desse modo, levando em consideração a trajetória dos lombardos no Maranhão, após o massacre de Alto Alegre (episódio sobre o qual discorreremos no início desta sessão) os religiosos permaneceram trabalhando nos municípios do interior em colaboração com o clero diocesano na realização de desobrigas e das Missões populares, mas somente com a criação da prelazia de São José do Grajaú foi possível intensificar as ações de combate ao protestantismo e a abertura de escolas paroquiais (GIANELLINI, 1993).

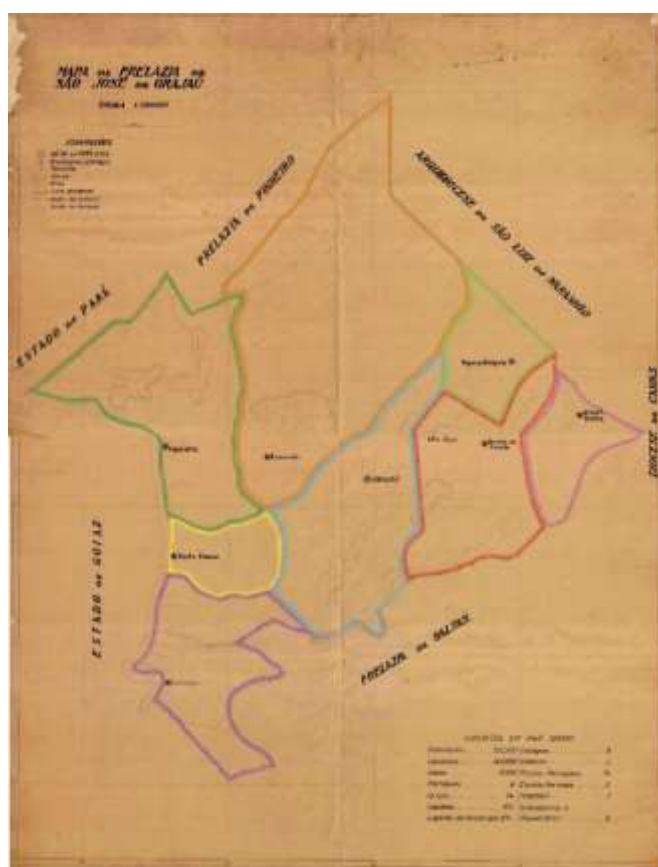
Ainda sobre a estratégia da Santa Sé de criar prelazias no território brasileiro, Azzi e Grijp, (2008) pontuam que o estabelecimento de uma circunscrição eclesiástica trazia uma série de vantagens para os religiosos das Ordens católicas oriundas da Europa como os capuchinhos. Segundo os autores, entres os benefícios para os missionários estavam a definição exata da abrangência do território onde as ações missionárias seriam desenvolvidas, a criação de um espaço onde cada organização religiosa poderia exercer as atividades com mais liberdade e sem as eventuais interferências dos bispos das respectivas regiões e a “[...] preocupação com o combate aos diversos grupos protestantes[...]”. (AZZI; GRIJP, 2008, p.390).

Sendo assim, após a criação da Prelazia de São José que tinha personalidade jurídica, percebe-se que as atividades missionárias e sociais realizadas pelos freis lombardos passaram a receber subsídios financeiros das diversas esferas governamentais no Brasil, recursos

econômicos diretamente da Santa Sé e auxílio proveniente de campanhas missionárias promovidas anualmente em seus países de origem (*ibid.*, 2008, p.391), de forma que nas décadas de 1950 e 1960, conforme mostra o quadro a seguir, na prelazia já existia uma rede de quatorze escolas paroquiais, dentre outras ações sociais de caráter missionário utilizadas como estratégias de evangelização e com o fim de impedir o progresso de outras religiões no território da prelazia.

Quadro 3 - Obras missionárias e sociais desenvolvidas no território da Prelazia de São José do Grajaú, (1950-1960).

Obras missionárias e sociais	
Paróquias	8
Igrejas	14
Capelas	102
Lugares de desobrigas	614
Colégios	5
Ginásios	2
Escolas Paroquiais	14
Escolas Normais	2
Hospitais	1
ambulatórios e dispensários	8



Fonte: Mapa da Prelazia de São José de Grajaú. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

No que diz respeito à ação pedagógica nos municípios localizados na área da prelazia, de forma mais específica Carolina, Porto Franco, Imperatriz, João Lisboa, Amarante, Grajaú e Barra do Corda, demarcados no mapa acima, os Capuchinhos Lombardos que tinham como referenciais as diretrizes do Concílio Latino-Americano (1899)⁴⁹, as quais eram referência

⁴⁹ Concílio Plenário convocado em 25 de dezembro de 1898 pelo Papa Leão XIII com a carta apostólica *Cum Diuturnum*. O Concílio Plenário Latino-Americano foi realizado em Roma no período compreendido entre maio e julho de 1899, onde pela primeira vez foram reunidos num Concílio particular o episcopado de toda a

para a educação cristã nas várias Republicas da América Latina, favorecendo assim a romanização do catolicismo e também as orientações previstas na Encíclica *Divini Illius Magistri* (1929) que tratava de forma específica a educação cristã da juventude. Dispositivos oficiais que deixavam claro que a educação fazia parte da “missão divina da Igreja”; por tanto o ensino religioso passou a ser considerado uma das estratégias mais importantes a serem adotadas e previstas pela Santa Sé para a evangelização e o fortalecimento do catolicismo diante de um contexto de ideais republicanos, claramente contrários aos da Igreja Romana em países como o Brasil.

Nessa perspectiva, percebe-se que a educação cristã católica era considerada também pelos Capuchinhos Lombardos no interior do Maranhão a única capaz de assegurar “o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade” e, notadamente passou a ser utilizada até a segunda metade do século XX como estratégia de enfrentamento às demais religiões. Portanto, o ensino religioso constantemente exaltado e tido como único válido, tinha como objetivo “alcançar o fim sublime” sendo que a escolarização oferecida nas escolas paroquiais era vista como meio para se atingir a catequização e a conversão ao catolicismo desde cedo, concepção essa claramente revelada nas representações e práticas dos missionários italianos e na Encíclica *Divini Illius Magistri* como mostra o trecho a seguir.

[...] **b) Essência, importância e excelência da Educação Cristã**

É, portanto, da máxima importância não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexa íntima e necessariamente toda a obra da educação. Na verdade, consistindo a educação essencialmente na formação do homem como ele deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criado, é claro que, assim como não se pode dar verdadeira educação sem que esta seja ordenada para o fim último [...], assim, não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã.

Daqui ressalta, com evidência, a importância suprema da educação cristã, não só para cada um dos indivíduos, mas também para as famílias e para toda a sociedade humana, visto que a perfeição desta, resulta necessariamente da perfeição dos elementos que a compõem.

Dos princípios indicados aparece, de modo semelhante, clara e manifesta, a excelência (que bem pode dizer-se insuperável) da obra da educação cristã, como aquela que tem em vista, em última análise, assegurar o Sumo Bem, Deus, às almas dos educandos, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana.[...], cooperando com Deus para o aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade, enquanto a educação imprime nos espíritos a primeira, a mais poderosa e duradoura direção na vida, segundo a sentença muito conhecida do Sábio: « o jovem mesmo ao envelhecer, não se afastará do caminho trilhado na sua juventude »[...] ⁵⁰.

América Latina para que fossem discutidas questões como as relações do Estado com a Igreja Católica e suas concepções, bem como “[...] a vida interna da igreja e suas problemáticas.” (SILVA, 2008, p. 109-110).
⁵⁰ (DIVINI ILLIUS MAGISTRI, 1929, p1).

No intuito de manterem-se vigilantes em relação às estratégias e ao assédio dos seus opositores na fé percebe-se que além do ensino oferecido desde cedo nas primeiras escolas Paroquiais Capuchinhas que tinham como objetivo a instrução moral e religiosa por meio da imposição de práticas e crenças religiosas (BOURDIEU, 2013), o aumento de sacerdotes, bem como a intensificação do apostolado seria necessário. Nesse período as desobrigas também foram intensificadas como meio de estabelecer a vigilância nos povoados e municípios da Prelazia de São José do Grajaú com o objetivo de reduzir o crescente “perigo” protestante.

As obras sociais nas paróquias existentes estão tomando um, ritmo intenso, ao lado das formas de apostolados direto, executadas com modernos critérios de acordo com a orientação da santa Sé. Há que considerar ainda a infiltração protestante e espírita, que se afirma com facilidade, especialmente naqueles lugares que o Vigário só raramente pode visitar⁵¹.

Entre os freis capuchinos que nas décadas de 1950 e 1960 eram responsáveis pelas celebrações de missas, casamentos, batismos e outros sacramentos nas missões ambulantes no interior do Maranhão estavam o frei Rogério Beltrami e o frei Osvaldo Coronini, visto este último na foto a seguir. Devido à falta de estradas para o acesso à maioria das localidades, os missionários viajavam sempre a cavalo onde passavam meses em desobrigas chegando a percorrer centenas de quilômetros o para atendimento da comunidade “[...] mediante a evangelização mais profunda, na situação de sociedade predominantemente rural e muito dispersa[...]” (ZAGONEL, 2001, p. 157). Frei Osvaldo Coronini foi ainda inspetor de ensino do município de Imperatriz na década de 1960, sendo que nesse período fundou escolas primárias em capelas de povoados do interior do Estado (CUSTÓDIO & CARVALHO, 2017) e a escola paroquial Nossa Senhora de Nazaré.

⁵¹ (PRECEDENTES QUE LEVARAM A CRIAÇÃO DA PRELAZIA DE CAROLINA, 1958, p. 1-2). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Figura 10 - Frei Osvaldo Coronini.



Fonte: Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

2.3 A constituição de uma rede de escolas Paroquiais Capuchinhas como instrumento de fortalecimento do catolicismo e de combate ao protestantismo

A abertura de escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão se deu em resposta à necessidade da catequização e em obediência às determinações da Igreja Romana, que por meio de documentos episcopais, orientavam e exigiam dos seus missionários um posicionamento em defesa da doutrina católica diante de uma educação secular e humanista defendida pelos ideais republicanos; porém censurada pela Santa Sé “[...] porque negava o sobrenatural [e] a convicção de que somente à igreja foram entregues os oráculos da verdade divina e a autoridade para ensinar[...]”, (EBY, 1978, p.551).

No entanto, como se evidenciou, além da educação primária pública que na área da Prelazia de São José do Grajaú se encontrava insuficiente para atender a demanda (CRUZ, 2013), o progresso do protestantismo nos municípios localizados na área de missão capuchinha levou os religiosos italianos a “[...] disputar palmo a palmo a hegemonia do território [maranhense]. Assim sendo, a presença de adeptos do protestantismo [...] em determinada região passava a despertar logo a atenção, passando a constituir uma meta para a reconquista católica. ”. (AZZI; GRIJP, 2008, p. 390), sendo que, diferentemente de outros Estados brasileiros onde as escolas paroquiais já haviam sido extintas (DALLBRIDA, 2003), no Maranhão os freis

lombardos continuaram a utilizar essas intuições escolares como estratégias de imposição no processo da reconquista católica.

Assim, podemos dizer que apesar do Concílio Plenário Latino Americano e a Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* terem sido publicados nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930) e o recorte histórico escolhido para a nossa pesquisa iniciar em 1960, percebe-se que foram esses documentos que nortearam a estruturação das escolas paroquiais fundadas pelos Capuchinhos Lombardos no interior do Maranhão, já que os religiosos continuavam vendo nesse tipo de instituição escolar uma das estratégias mais eficazes diante do cenário que se apresentava na época. Nesse sentido, considera-se com base nos documentos encontrados no Arquivo da Província Capuchinha que os religiosos passaram a pôr em prática ações que culminaram na constituição de uma rede de escolas paroquiais de forma a atender o decreto IX do Concílio Plenário, intitulado “ A educação católica da Juventude”, que tem como um dos pontos fundamentais a recomendação para a abertura de escolas paroquiais onde fosse oferecido à juventude educação formal e orientação na fé católica.

[...] hay que procurar com todo empeño establecer escuelas católicas primarias, em que la doctrina religiosa ocupe el primer lugar em la educación y formación. Juzgamos que el médio más eficaz para hacer frente a la praga mortal del indiferentismo y a la corrupción de costumbres que provienen de una mala educación, consiste em que, em cada diócesi, y junto a cada Iglesia parroquial, em cuanto sea posible, se establezcan escuelas primarias, em las escuelas la juventude católica se eduque, tanto em las letras y em las artes liberales, como em la religión y las buenas costumbres.[...] Advertimos igualmente a todos los fieles, el gravíssimo deber que les incumbe, de ayudar a sus Ordinarios para la fundacion y conservacion de las fundacion de las escuelas primarias o parroquiales⁵².

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, alicerçados na mesma convicção da Cúria Romana do final do século XIX e dos momentos seguintes da Primeira República, os freis lombardos acataram as recomendações presentes nos documentos oficiais já citados, indo além do que esperavam os seus superiores, pois se empenharam em oferecer o ensino primário no período escolhido para a pesquisa em uma rede de escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios do interior do Maranhão e ainda em escolas primárias rurais nas capelas implantadas nos novos povoados que iam se formando (CUSTÓDIO; CARVALHO, 2017).

Com base nos relatórios analisados, pode-se dizer ainda que mesmo tendo iniciado a abertura de escolas paroquiais nas décadas de 1920 e 1930, foi somente a partir da década de

⁵² Concilio Plenário Latino Americano – (Título IX. De la educación católica de la Juventud, 676, p.377 -386).

1950 que se constituiu de forma mais organizada a rede de escolas com a elaboração de um estatuto próprio, um registro no Conselho de Educação do Estado, a formação de professoras-catequistas e maiores investimentos na estrutura física. Conforme mostra o quadro a seguir, a rede de escolas paroquiais dirigida pelos capuchinhos na área de missões entregue aos religiosos italianos era formada por dezenove instituições que nas décadas de 1960 e 1970 chegaram a atender anualmente um total de mais de dois mil e quinhentos alunos (as) na alfabetização e nas quatro primeiras séries do ensino primário.

Quadro 4 - Instituições que formavam a rede de escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios localizados na área de missão dos freis lombardos no interior do Maranhão.

Município e povoados	Nome da escola	Ano de funcionamento	Número de alunos (as) matriculados	M	F	Misto
Carolina	Escola Paroquial São José	1935				X
	Escola Paroquial de Sto. Antônio de Pádua	1955	?			X
Porto Franco	Escola Paroquial São Francisco de Assis	1956	?	X		
Barra do Corda	Escola Paroquia Pio XI	1958	150 alunos	X		
	Escola Paroquial Frei Vitor	1959	?			X
	Escola Paroquial Frei Zacarias	1959	?			X
	Escola Paroquial Frei Reinaldo	1972	218 alunos (as)			X
Montes Altos	Escola Paroquial (?)	1963	27 alunos (as)			
Amarante	Escola paroquial S. Francisco de Assis	1964	80 alunos			X
Imperatriz	Escola Paroquial São Francisco	1966	252 alunos (as)			X
	Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré - Lagoa Verde	1966	90 alunos (as)			X
	Escola Noturna Paroquial - Coquelândia	1971	30 aluno(as)			X
	Escola Noturna Paroquial - São Felix	1971	35 Alunos(as)			X
	Escola Paroquial Dr. Bayma	1975	400 alunos (as)			X
	Escola Paroquial Frei Tomaz	1976	300 aluno (as)			X
	Escola Paroquial São Paulo	1977	600 alunos (as)			
João Lisboa	Escola Paroquial Dom Cesário	1966	343 alunos (as)			X
Mucufba	Escola Paroquial/não cita o nome da escola	1966	52 alunos (as)			X

Tanque	Escola paroquial/não cita o nome da escola	1966	45 aluno (as)			X
--------	---	------	---------------	--	--	---

Fonte: Quadro elaborado a partir dos relatórios das ações humanas e sociais enviados para a secretaria nacional de prelações da CNBB - (1935-1975). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Em alguns dos municípios escolhidos, como Imperatriz por exemplo, observa-se que a rede de escolas Paroquiais Capuchinhas na segunda metade do século XX, continuou não apenas funcionando, mas aparece em maior quantidade e com um número bem maior de alunos (as) matriculados, se comparado com as demais localidades em destaque no quadro. No entanto, o aumento na quantidade de instituições primárias nas paróquias pode estar relacionado com o surto demográfico no município, provocado pela imigração de nordestinos entre 1949 e 1957 e pela construção da rodovia Belém-Brasília (FRANKLIN, 2008), atraindo para a região de Imperatriz um grande número de famílias oriundas de outros Estados.

A derrubada das matas virgens, em direção ao Pará, ocupava centenas de homens, distribuídos em vários pontos do pique demarcado. A cidade [Imperatriz] recebia diariamente dezenas de pessoas, de diversos pontos do país, na quase totalidade nordestinos. Muitos chegavam com a família. A cidade não possuía casas nem sequer alojamentos para abrigá-los. Alguns se acomodavam debaixo das mangueiras existentes na Rua 15 de Novembro. (FRANKLIN, 2008, p. 116).

Ainda sobre o aumento repentino da população na região, Barros (2012) afirma que: “Do Nordeste chegavam caminhões cheinhos, tropas de jumentos também. Vinham todos sujos de poeira, trazendo mil e um cacarecos: baús, meninos, cabaças, papagaios [...]. (BARROS, 2012, p.86). Nesse sentido, se compararmos os dados populacionais do Intuito Brasileiro de Geografia e Estatística de 1950 para o município com os dados que Sanches (2003) apresenta nas décadas seguintes, se torna mais claro o que os referidos autores afirmam. Segundo o IBGE, Imperatriz tinha no período citado um total de 5.015 habitantes, já na década de 1960, Sanches (2003) afirma que esse número passou para 39. 169 moradores e no início da década de 1970 a população era de 80.722 moradores (SANCHES, 2003, p. 166-169).

Tudo indica que o aumento da população, que refletiu na demanda por educação não só em Imperatriz, mas nas demais cidades e povoados da região, exigiu maiores esforços dos religiosos em manter as ações missionárias e ocasionou a abertura de novas escolas paroquiais, mesmo diante da expansão da oferta de ensino público que teve início ainda na década de 1950. Sobre o assunto, Custódio (2017), afirma que apesar da política educacional nos municípios do interior do Maranhão buscarem acompanhar “a polícia nacional de

expansão do ensino e combate ao analfabetismo” [...] a incipiência [era] notória: criavam-se “escolas ambulantes”, instaladas onde fosse julgado necessário, sendo que poderiam ser deslocadas a qualquer momento, pois funcionavam com tempo determinado; contratavam-se “professoras leigas” (CUSTÓDIO, 2017, p.4). Nesse período, conforme as informações do censo de 1950 o índice de analfabetismo no Brasil era em torno de 69%, já no Maranhão a porcentagem de analfabetos chegava a 78% (MOTA, 2006).

Ainda sobre o aumento da população e o reflexo no ensino primário no interior do Estado, Sanches (2003), diz que no ano de 1963 Imperatriz já possuía “[...] 9. 603 estudantes, a maior população escolar entre os dez municípios da chamada Zona do Tocantins e Alto Parnaíba [...]. Na década de 1970 o curso primário era oferecido em 51 escolas” (*ibid.*, p.167-172). Entretanto, mesmo com uma quantidade maior de instituições públicas destinadas a esse nível de ensino, nota-se que as escolas Paroquiais Capuchinhas continuaram a desempenhar seu papel na formação religiosa por meio de uma rede de instituições organizadas, nos municípios localizados na área de missões, de forma mais específica em Imperatriz.

Assim, em alguns dos municípios e povoados as escolas paroquiais passaram a funcionar também no período noturno oferecendo a alfabetização e o ensino primário para adultos como é o caso de Carolina, e nos povoados de Coquelândia e São Feliz que faziam parte do município de Imperatriz identificado no mapa seguinte. Nesse sentido, fica evidente que apesar das profundas mudanças ocorridas na Igreja Católica com a realização do Concílio Vaticano II, em vez da igualdade religiosa prevista nas diretrizes do Concílio, as ações dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão continuaram ainda tendo como foco o combate ao protestantismo na década de 1960 apresentando pequenas mudanças na prática dos religiosos somente a partir da década de 1970, assunto que será melhor abordado na sessão III.

Figura 11 - Localização do município de Imperatriz no mapa do Maranhão.



Fonte: <https://mapasapp.com/brasil/maranhao/imperatriz-ma>

Desse modo, o crescente aumento da população a partir do final da década de 1950 pelos motivos já apontados também atingiram outros “[...] municípios sertanejos[...]” como é o caso de Carolina, Porto Franco, Montes Altos e Amarante [que] não escaparam da invasão das terras, embora com intensidade menor do que as terras do municípios de Imperatriz e João Lisboa[...]”⁵³. A vasta extensão da Prelazia de São José do Grajaú e o surto demográfico, que representava ainda o aumento de missionários protestantes na região, são apontados como os principais motivos por Dom Emiliano José Lonati, que na época era o responsável pela administração da área de missão capuchinha no Maranhão, a solicitar para o Superior da Ordem a criação de uma segunda prelazia que ocuparia uma área a ser desmembrada da Prelazia de São José. Atendido pelo superior e pela Santa Sé, a Prelazia de Carolina foi instituída em 18 de janeiro de 1958.

Nasceu assim a idéia de uma Prelazia na zona do Tocantins[...]. A idéia foi motivada por três razões[...]. A terceira razão, que é também a principal, é o crescente aumento da população da Prelazia nestes últimos anos, a necessidade de intensificar o ministério, em vista também do aumentado perigo do protestantismo e do espiritismo, o que preocupava sobremaneira o Prelado de Grajaú, solicitando mais religiosos na zona do Tocantins. (PRECEDENTES QUE LEVARAM A CRIAÇÃO DA PRELAZIA DE CAROLINA, 1958, p.1).

⁵³(PRIMEIRO PLANO PASTORAL DA PRELAZIA DE CAROLINA, 1958, p.3). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Na área da nova prelazia as ações de evangelização e de combate ao protestantismo continuaram a ser realizadas de forma ainda mais intensa diante do novo cenário social que se formou. A área abrangia os municípios de Itinga, Açailândia, Cidelândia, Mucuiba, Montes Altos, João Lisboa, Imperatriz, Amarante, Porto Franco e Carolina que também passaram a fazer parte da prelazia de Carolina, conforme os documentos analisados no Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo. Em todos os municípios citados passaram a funcionar escolas paroquiais.

Diante do novo cenário que se apresentava, a motivação para investir desde cedo nas crianças e adolescentes ofertando a instrução moral e religiosa, estava baseada na perspectiva de que os ex-aluno (as) das escolas paroquiais, quando adultos, permaneceriam firmes na doutrina católica, por isso, como pode ser visto no trecho a seguir do relatório enviado pelo frei Emiliano Lonati ao Geral da Ordem Capuchinha (1958), as altas taxas de analfabetismo no interior do Maranhão eram preocupantes pois dificultavam as ações previstas no processo de evangelização, o que certamente levou à criação da rede de escolas paroquiais como meio de impedir o que se consideravam o desvio na fé e a perda da salvação da alma, conforme alertavam os dois documentos episcopais antes citados. “O analfabetismo é quase universal. Os mais instruídos sabem ler com dificuldades. É difícil encontrar uma pessoa que tenha feito o primário. Como ensinar o Catecismo se ninguém sabe ler? Como organizar o culto dominical? Uma reza [...]?”⁵⁴.

Nesse sentido, as mudanças no contexto sócio educacional nos municípios da área de missão exigiu o aumento do número de escolas paroquiais tendo em vista a necessidade de alfabetizar para catequizar, pois a educação diante das mudanças já observadas, continuava sendo parte integrante da ação dos Capuchinhos Lombardos no interior do Maranhão.

No entanto, essa não é uma estratégia recente, sabe-se que a Igreja Católica em diferentes períodos da história (EBY, 1978; HILSDORF, 2012), utilizou-se das escolas paroquiais para que o ensino religioso continuasse sendo ofertado com o objetivo de moldar “[...] o homem não somente para o mundo, mas também para Deus”, (HEERDT, 1992, p.159). Nessa direção se torna evidente que a experiência da Igreja com o funcionamento de escolas que ofertavam o ensino elementar não teve início no Brasil, a partir da ação dos padres jesuítas alemães no Rio Grande do Sul (KREUTZ, 2004), ou por outras congregações

⁵⁴ (RELATÓRIO DE ATIVIDADES MISSIONÁRIAS, 1966, p.3). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

religiosas que atuaram em Santa Catarina (HEERDT, 1992) ou no Maranhão com os Capuchinhos Lombardos. Pode-se dizer que o ensino nesse tipo de instituição escolar tem sido uma das práticas da Igreja desde períodos bem anteriores aos séculos XIX e XX.

Nesta perspectiva, de acordo com Heerdt (1992), se torna evidente que a educação em escolas paroquiais como instrumento de expansão e fortalecimento da fé vem sendo utilizada pela Igreja Romana desde a sua origem. O autor afirma que “[...] esse fenômeno [escolas paroquiais] não se constitui um fato novo [...], na Carta Pastoral de 1900, sobre as Escolas Paroquiais, Dom José de Camargo Barros afirma que elas [escolas] são oriundas na Igreja Primitiva. ” (HEERDT, 1992, p. 100). Nessa direção, podemos recorrer ainda a Hilsdorf (2012) que aponta a existência da recomendação de abertura de escolas paroquiais desde o século VI.

[...] o concílio de Vaison (529) determinou o atendimento às populações do campo, prescrevendo que os padres abrissem escolas para as crianças e os jovens das suas paróquias rurais e lhes ensinassem a ler os textos sagrados, a contar e a cantar os Salmos (HILSDORF, 2012, p.12).

Sendo assim, a partir dos autores que abordam a criação e o funcionamento de escolas paroquiais é possível não apenas diferenciar a rede de escolas Paroquiais Capuchinhas do interior do Maranhão das demais instituições confessionais quanto à localização, como também apontar quais eram os seus pressupostos de ensino, sendo que uma das características específicas que define uma escola desse tipo, se dá quanto a sua localização; ou seja, para ser considerada paroquial deveria funcionar em pavimentos anexos a igrejas ou catedrais ou no próprio prédio em que eram realizadas as missas e outras celebrações [...] a ponto de não haver fronteiras entre a comunidade escolar e a comunidade paroquial. ” (STRIEDER, 2008, p.123). No que se refere aos pressupostos de ensino parece-nos que mesmo em contextos bem diferentes permanecem praticamente os mesmos de séculos passados.

Nos municípios do interior do Maranhão na segunda metade do século XX nota-se que, apesar dos alunos aprenderem a ler, escrever e as quatro operações da matemática, o maior interesse da Ordem capuchinha em abrir escolas paroquiais não era a alfabetização em si e a instrução; mas esse era o meio pelo qual se dava a catequização e formação religiosa. Toda a ação pedagógica estava voltada para a formação do verdadeiro cristão católico, aquele que buscava a perfeição de uma vida com Deus, rejeitando as demais religiões consideradas hereges e abraçando a doutrina desde cedo. Conforme Strieder (2008, p. 125) “O próprio

ensino religioso se dava no seu interior, com *status* de matéria tão importante quanto outras, ou até mais [...]”.

Portanto seja na sua origem, na idade média ou em pleno século XX, o que tudo indica é que os objetivos da igreja ao criar escolas paroquiais são os mesmos: a formação religiosa e a expansão e consolidação da fé, sendo que no Brasil e nos municípios do interior do Maranhão, observa-se é que esta estratégia foi utilizada principalmente nos períodos em que a igreja se sentia ameaçada pelo avanço de outras religiões ou pela educação secular contrária às tradições católicas. Sobre a crescente matrícula em instituições escolares católicas no decorrer século XX Eby (1978) pontua que a “[...] proporção de crianças católicas frequentando escolas elementares e secundárias da Igreja tem aumentado continuamente todos os anos[...] (EBY, 1978, p.552).

Seguindo este entendimento, podemos dizer que, no Estado do Maranhão não foi diferente. Sabe-se que inúmeras Ordens se encarregaram da missão de evangelização buscando a formação religiosa de crianças por meio do ensino, sendo que uma das que mais se destacaram foi a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, conforme os documentos analisados. Os religiosos, buscavam cumprir a risca o que previa a filosofia da educação católica no período; filosofia essa já amplamente discutida.

Assim na Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré, vista na imagem seguinte, que fazia parte da rede de escolas primárias dirigidas pelos freis lombardos, além do ensino que contemplava as disciplinas do currículo oficial da década de 1960, a formação religiosa era oferecida diariamente para crianças e adolescentes com idade de sete a quatorze anos, sendo que no povoado Lagoa Verde no município de Imperatriz, essa era a única escola primária da comunidade. Conforme o depoimento da ex-professora-catequista, as aulas aconteciam em uma classe mista que foi organizada pelo Frei Osvaldo Coronini no espaço lateral da igreja que também foi construída pelos religiosos italianos.

A minha mesa ficava na frente e as carteiras na fila, a dos meninos e das meninas. Ele [Frei Osvaldo] mandou fazer as carteirinhas, depois ele trouxe umas de Belém, maravilhosa! A gente colocava um lado de menino e outro de menina...arrumando nas carteiras duplas[...], Frei Osvaldo trouxe uma mesa de Belém, lacrado...coisa mais especial. Tinha quadro, giz, tudo que era necessário...caderno, o frei trazia muito caderno, lápis...ele ia lá por a Itália e trazia essas coisas. Tinha os catecismos ilustrados e ele tinha as lições tudo pronta... a gente orava o terço e eles [capuchinhos] traziam mais catecismo. A mesa ficava na frente e as carteiras na fila, a dos meninos e das meninas⁵⁵.

⁵⁵ Depoimento da ex-professora da Escola Paroquial Capuchinha Nossa Senhora de Nazaré, (2018).

Ao recordar da época em que trabalhava na escola paroquial, a professora leiga aposentada possibilita não só a interação com a memória coletiva do período histórico, já que esta se desenvolve a partir dos laços de convivência, familiares, escolares e profissionais (BOSE, 1994), mas como testemunha da escola Paroquial Capuchinha no interior do Maranhão, “[...] os fatos afloram lembrando a memória[...]” (BOSE, 1994,p.412) que selecionou situações como a organização da sala de aula, a ação pedagógica, o ensino do catecismo e a oração do terço, demonstrando ainda que a ação dos freis lombardos era essencial para o funcionamento da escola paroquial seja providenciando a mobília ou conseguindo ajuda de outros Estados e até dos féis católicos da Itália para a compra do material didático. Assim, o esforço em manter funcionando as instituições de ensino primário nas paróquias tinha como objetivo fazer com que o ensino religioso fosse realizado dentro do que previa as diretrizes para a educação católica da época, ocupando diariamente um lugar privilegiado no cotidiano da sala de aula.

Portanto, pode-se dizer que ao contribuir com a escolarização das famílias menos favorecidas diante dos altos índices de analfabetismo no interior do Maranhão, “[...] se apresentando como não arbitrária e não vinculada a nenhuma classe social, ” [a escola paroquial capuchinha passava a exercer] livre de qualquer suspeita, suas funções de reprodução e legitimação[...]. ” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2016, p.73), dos valores e da doutrina católica, diante do avanço do protestantismo e de outras religiões que viam o interior do Estado também como campo missionário.

Figura 12 - Turma de alunos (as) e a professora-catequista da Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré no município de Imperatriz (1966).



Fonte: acervo particular da ex-professora, (2018). Igreja Nossa de Nazaré onde funcionava a escola paroquial

2.4. A manutenção das escolas paroquiais dirigidas pelos freis italianos

Apesar da rede de escolas paroquiais capuchinhas ter se expandido por causa do aumento da população e do crescimento do protestantismo nas áreas de missões entregues para os freis italianos, a manutenção das escolas paroquiais no interior do Maranhão constituía uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Ordem franciscana, por isso os superiores da Organização religiosa no estado procuraram meios próprios para sustentar as instituições escolares que ofereciam a alfabetização e o ensino primário como a criação de associações beneficentes sem fins lucrativos que pudessem receber legalmente, além de doações voluntárias, recursos oriundos dos cofres públicos.

Assim, as escolas paroquiais dirigidas pelos freis lombardos eram de responsabilidade da Associação Educadora Italo-Brasiliense que foi criada em 1912, contudo teve a sua nomenclatura alterada em janeiro de 1937 quando passou a ser chamada de Associação Educadora São Francisco de Assis. Com estatuto registrado no Cartório de Registros Especiais de Títulos e Documentos e das pessoas jurídicas da comarca de São Luís do Maranhão, a diretoria da associação que tinha a sede no Convento do Carmo localizado na capital do Estado elaborava planos de trabalhos para as áreas pelas quais era responsável, sendo que os mesmos deveriam ser seguidos e observados por todas as paróquias.

Portanto, a Associação Educadora São Francisco de Assis era uma sociedade civil de fins religiosos que tinha por objetivos “[...] propagar a doutrina cristã, promover todos os autos do culto católico romano, fundar e manter institutos de ensino religioso e literário, de caridade e de arte e ofícios⁵⁶.” Como instituição com personalidade jurídica, a associação estava apta a receber doações e as subvenções governamentais mantendo com os recursos adquiridos no Estado do Maranhão obras como as escolas paroquiais, colégios, ginásios, postos médicos e a União do Pão de Santo Antônio que distribuía roupas e alimentos para as pessoas desvalidas. Entende-se que a criação da associação foi um dos meios encontrados pela Ordem dos Capuchinhos para manter as atividades sociais diante das dificuldades financeiras que se apresentavam como um dos maiores empecilhos para a realização da missão de evangelização.

Em relação às obras educacionais, observou-se que os religiosos procuravam constantemente adquirir recursos junto aos governos para a construção de prédios escolares e para o pagamento dos salários das professoras-catequistas das escolas paroquiais existentes nas áreas das duas prelazias confiadas aos freis lombardos no interior do Maranhão. Assim os recursos adquiridos eram repassados para a associação educadora que fazia a distribuição para os vigários que também eram os diretores das escolas primárias de suas respectivas paróquias.

Figura 13 - À esquerda, a certidão do registro de mudança na nomenclatura da Associação Ítalo-Brasiliense para Associação São Francisco de Assis (1937), e à direita o atestado da associação como prestadora de serviços de utilidade pública (1969).



Fonte: Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

⁵⁶ (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, (1937, p.1). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Nessa perspectiva, percebe-se que a partir de meados da década de 1950, os Capuchinhos Lombardos procuraram obter com maior frequência recursos junto ao governo federal e nos estados e municípios, sendo que no Maranhão as solicitações de subvenções eram atendidas por meio do Fundo do Ensino Primário e da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Apesar de não termos conseguido identificar todas as paróquias que receberam recursos específicos para serem aplicados nos projetos educacionais desenvolvidos pela Ordem franciscana e no ensino primário que era oferecido na rede de escolas paroquiais, no quadro abaixo apresentamos alguns dados referentes às subvenções recebidas para as paróquias que estavam localizadas nos municípios de Carolina e João Lisboa, e como os auxílios financeiros oriundos do cofres públicos foram utilizadas, segundo evidenciaram as fontes.

Quadro 5 - Paróquias dirigidas pelos Capuchinhos Lombardos que receberam subvenções governamentais destinadas para as ações educacionais no período de 1957 a 1970.

Localização da Paróquia	Religioso que assinou o recibo da subvenção	Ano	Governo	Valor da subvenção	Destino do auxílio
Carolina	?	1957	Presidente Juscelino Kubitschek	Cr\$ 8.100,00	Obras Educacionais e Assistenciais da Paróquia de Carolina
	Frei Raimundo Maria	1959	Presidente Juscelino Kubitschek	Cr\$ 57.000,00	Obras Educacionais e Assistenciais da Paróquia de Carolina
	Bispo Prelado Dom Cesário Minali	1960	Governador José de Matos Carvalho	Cr\$ 333.334,00	Construção de escola em Carolina
	Frei Hermenegildo Maria	1967	Governador José Sarney	Cr\$ 1.000,00	Obras Educacionais e assistenciais da Paróquia de Carolina
João Lisboa	Frei Paulino	1969	Governador José Sarney	Cr\$ 450,00	Pagamento de salário de três professoras leigas da Escola Paroquial Dom Cesário
	Frei Tomé M. de Costa Serina	1969	Governador José Sarney	Cr\$ 3.840,00	Pagamento de salários de quatro professoras da Escola Paroquial Dom Cesário
	Frei Tomé M. de Costa Serina	1969	Governador José Sarney	Cr\$ 450,00	Pagamento de salários de professoras
	Frei Tomé M. de Costa Serina	1970	Governador José Sarney	Cr\$ 1.100,00	Pagamento de salários de duas professoras da Escola Paroquial Dom Cesário

Fonte: Plano de aplicação no Ensino Primário Escola Paroquial Dom Cesário (1969); Recibos de subvenções recebidas (1957-1970); Relatórios financeiros dos religiosos em campo para os seus superiores. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

As paróquias dos municípios de Carolina e de João Lisboa estão entre as que mais receberam recursos governamentais no período pesquisado, sendo que ambas se destacaram tanto pelo número de alunos atendidos e pelo maior número de escolas paroquiais em funcionamento como é o caso de Carolina, como também pelo tempo de funcionamento dessas instituições de ensino que se estendeu até o final da década de 1970.

Nos municípios localizados no território das duas prelazias antes mencionadas, observou-se que além dos pedidos de subvenções, alguns dos religiosos chegaram a ocupar cargos importantes na educação pública, como o já citado Frei Osvaldo Coronini que foi inspetor do ensino primário de fevereiro de 1966 a março de 1972 nos municípios de Imperatriz e João Lisboa. Assim, ao mesmo tempo em que exercia a função de vigário cooperador da Paróquia de Santa Tereza localizada em Imperatriz, era encarregado das desobrigas na região, e ainda responsável pela fiscalização de todas as escolas públicas primárias e pela indicação e o pagamento das professoras que trabalhavam nas escolas paroquiais capuchinhas subvencionadas⁵⁷ que funcionavam na área urbana e na zona rural.

PORTARIA Nº 7/67

O prefeito Municipal de Imperatriz Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, etc.

Resolve;

Nomear Frei Osvaldo Maria de Sovero, [Osvaldo Coronini] para exercer as funções de Inspetor de ensino, a partir de 15 de fevereiro, deste ano.

Dê-se ciência publique-se e cumpra-se.

O gabinete do Prefeito Municipal de Imperatriz, 16 de fevereiro de 1967.

Eurípedes Bernardino Bezerra

Prefeito Municipal⁵⁸.

Chama-nos a atenção que um dos critérios para a seleção das professoras era que as mesmas fossem católicas praticantes, pois ao serem admitidas passavam a receber formações necessárias para serem boas catequistas, sendo que em alguns casos chegavam a fazer também o curso de enfermagem, tudo para que pudessem se tornar boas cooperadoras na missão de salvar almas e evitar que o protestantismo ganhasse mais espaço no interior do

⁵⁷ Na documentação analisada das escolas paroquiais que funcionavam no município de Imperatriz não foram encontrados recibos de recebimentos de subvenções. No entanto, existem inúmeras solicitações escritas pelo frei Osvaldo para que a subvenção municipal fosse repassada ou cobrando o pagamento do que aparentemente estava atrasado, principalmente para o pagamento das professoras das escolas paroquiais, ou das que trabalhavam nas escolas primárias que funcionavam nas capelas dos povoados mais distantes, como por exemplo no povoado de Coquelândia, sendo que essas instituições escolares foram fundadas pelo frei capuchinho no período em que exercia a função de inspetor de ensino dos municípios citados.

⁵⁸ Portaria de nomeação do frei capuchinho Osvaldo Coronini como inspetor de ensino do município de Imperatriz. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Maranhão. Entre os religiosos responsáveis pela qualificação das professoras-catequistas estava o próprio frei Osvaldo Coronini.

Pode-se dizer, pelos discursos presentes nos dispositivos oficiais assinados pelo frei Osvaldo, enquanto inspetor de ensino, que durante os seis anos que exerceu o cargo público, as “necessidades espirituais do povo” deveriam ser atendidas; ou seja, o exercício do cargo deveria favorecer um ensino religioso que pudesse garantir uma sólida formação na doutrina católica desde cedo, sendo que a escola era tida como o espaço ideal para que esse objetivo fosse alcançado, demonstrando conforme pontua Nogueira e Nogueira (2016), ao analisar o pensamento de Bourdieu sobre a escola, que:

[...] a escola não [é] uma instância neutra que [transmite] uma forma de conhecimento intrinsecamente superior às outras formas de conhecimento, e que [avalia] os alunos com base em critérios universalistas; mas pelo contrário, ela é concebida como uma instituição a serviço da reprodução [da fé católica]. (NOGUEIRA&NOGUEIRA, 2016, p.71).

Desse modo, percebe-se que as representações de sociedade e de educação dos freis italianos determinavam suas práticas, seja enquanto missionários, seja enquanto funcionários públicos. Em outras palavras, os homens religiosos eram indissociáveis dos homens educadores, com práticas sempre voltadas para a expansão do catolicismo buscando a adesão de novos fiéis e suprimindo as necessidades da manutenção das escolas que fundavam com o objetivo de catequizar; prova disso é que no caso do frei Osvaldo, o mesmo em carta ao prefeito de Imperatriz⁵⁹ pediu exoneração do cargo por não concordar com as iniciativas do chefe do executivo local, que assumindo o mandato passou a indicar também professoras protestantes para lecionar e para assumirem a direção de escolas primárias, ao mesmo tempo em que “[...] antigas professoras recrutadas por Frei Osvaldo [...]” (CUSTÓDIO; CARVALHO, 2017, p.4) eram exoneradas dos seus cargos.

Assim, ao perder o poder de fazer a indicação de professoras primárias e ainda a possível abertura de uma “nova escola em oposição” à escola católica que funcionava no povoado de Coquelândia no município citado e, por não aceitar o que considerava imposições políticas e “de pessoas que visavam o bem particular,” o frei lombardo deixou o cargo público, que a nosso ver muito contribuía para a manutenção das escolas paroquiais, seja com a influência que exercia para solicitar subvenções, seja com o encaminhamento de professoras-catequistas, principalmente para as escolas que ficavam localizadas na zona rural.

⁵⁹ A carta com o pedido de exoneração do cargo de Inspetor de Ensino, escrita pelo Frei Osvaldo Coronini foi encaminhada ao então prefeito de Imperatriz, Renato Cortes Moreira (1970-1973).

Ilmo. Sr Prefeito Municipal

Renato Cortez Moreira:

Depois de 6 anos que trabalho neste município como Inspetor Municipal de Ensino Primário (conforme portarias: nº38/66 e nº7/67), venho pedir a V. Excia. a exoneração do cargo. A minha convicção pessoal e religiosa não me permite aceitar imposições de pessoas, que visam somente o bem particular e partidário, a prejuízo do bem comum e da educação do nosso povo.

Atenciosamente

Frei Osvaldo⁶⁰.

É necessário destacar ainda que a reação do frei capuchinho diante das imposições políticas e a possível abertura de uma escola primária para concorrer com a escola paroquial católica, tendo na direção uma protestante, era a atitude a ser esperada do religioso, já que as escolas paroquiais eram consideradas pelos missionários, segundo Dallabrida (1993), parte integrantes das igrejas. Portanto, trabalhar para “destruir uma escola paroquial” era trabalhar contra a igreja e contra Deus.

As escolas paroquiais eram consideradas meios estratégicos para a transmissão da doutrina católica às crianças, de forma sistemática e regular. Eram consideradas parte integrante das capelas e igrejas, por isso não tinham nome próprio, mas se identificavam pelo nome destas. [...]. Neste sentido, qualquer iniciativa para desestabilizá-la era entendida como pecaminosa[...]. [Pois] as escolas paroquiais eram obras religiosas em honra de Deus e amor ao próximo[...]. (DALLABRIDA, 1993, p.107-108).

Desse modo, os aspectos ressaltados demonstram que, no contexto das relações estabelecidas com os governos em busca de manutenção para as escolas paroquiais na área de missões, ora os freis capuchinhos estabeleciam estratégias, quando ocupavam uma posição de poder a partir da qual era possível desenvolver ações “[...] que, graças ao postulado de um lugar [...] elabora[va]m lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (DE CERTEAU, 2014, p.96), ora se encontravam diante da realidade do fraco, ou seja, tendo que jogar [...]com o terreno que lhe [era] imposto” (*ibide*, p.94) e buscar devolver, táticas que eram ações calculadas próprias da ausência de poder.

Assim sendo, nesses momentos, os religiosos buscavam na comunidade um maior envolvimento e cooperação para que o ensino primário continuasse sendo oferecido nas escolas católicas, assim as moças “de família” e filhas de fiéis católicos se tornavam alvos a serem buscados com o intuito de continuarem seus estudos tanto no ensino secular como no religioso. Sendo que muitas dessas jovens ganhavam bolsa de estudos nas escolas normais

⁶⁰ Pedido de exoneração, (1972). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

católicas, como a Escola Santa Terezinha no município de Imperatriz, que era dirigida pelas Irmãs Missionárias capuchinhas colaboradoras da missão dos religiosos italianos (CUSTÓDIO; CARVALHO, 2017). Em outros casos os estudos, eram pagos com doações vindas da Itália, sendo que o retorno esperado era sempre a colaboração direta na obra missionária, objetivo que geralmente era alcançado (como na imagem a seguir) onde Frei Osvaldo Coronini se encontra ao lado de três moças sendo da comunidade que receberam auxílio para estudar, sendo que duas delas se tornaram professoras-catequistas de escolas paroquiais.

Figura 14 - Em sentido horário: Juraci dos Santos Gomes, Frei Osvaldo Coronini, a catequista Elvira Pereira e a professora paroquial Almerinda Pereira Nunes ao lado de outra jovem moradora da comunidade de Lagoa Verde (1966).



Fonte: Acervo particular da ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes, (2018).

Outra maneira encontrada pelos freis lombardos para a manutenção das escolas paroquias era o pedido de ajuda financeira aos fies católicos do país de origem, no caso a Itália. Os auxílios solicitados eram atendidos de diversas formas, envio de alimentos como leite em pó para ser usado pelos alunos na merenda escolar, envio de material didático ou depósitos feitos nas contas bancárias dos próprios religiosos que utilizavam os recursos nas necessidades que iam se apresentando no cotidiano das escolas e da comunidade. Os freis lombardos aproveitavam também as poucas viagens de retorno a seu país para divulgar o

trabalho desenvolvido como missionários, em algumas dessas ocasiões presentes eram enviados para as professoras que mais se destacavam.

[...] ele não era brasileiro, era italiano, mais ele gostava tanto do sete de setembro. Eu fazia [todo ano], ele dizia pra tia dele que era viva.... Ele quando foi na Itália ela mandou até um presente pra mim um tecido que deu uma bata e uma saia de seda, aí ela disse “a perseverante professora Maria de Jesus” aí ela mandou esse presente pra mim. [...] ele foi pra Itália, [quando retornou] eu prestei contas pra ele, eu trabalhei muito, muito mesmo. Aí a tia dele, de frei Tomé ajudava muito nas coisas paroquiais, ela era rica, ela mandava as coisas da Itália por isso assim o povo ficou mal-acostumado de dar o dizimo porque ele não exigia[...] ele dava leite, tinha o clube de mães, ele trabalhava no clube de mães também⁶¹.

Entre as estratégias utilizadas estava ainda o envio de cartões postais para divulgação das ações desenvolvidas de forma que as imagens escolhidas pudessem sensibilizar os fiéis e os fizessem colaboradores das obras sociais nas prelazias. O Frei Defendente Rivadosse que era missionário católico no município de Carolina, onde na década de 1960 funcionava a Escola Paroquial Santo Antônio de Pádua e a Escola Paroquial São Pedro de Alcântara⁶², escolheu essa estratégia como umas das maneiras de buscar novos recursos. Assim, as mensagens em italiano, nos versos dos cartões postais sempre motivavam os fiéis estrangeiros a escreverem para os religiosos que se encontravam no Brasil, que buscassem conhecer mais o trabalho missionário, como indica a mensagem que se encontrava no verso da imagem seguinte: “Se ti è piacitura con Cristo e i fratelli e ne volesse sapere di più scrivime a⁶³,” em seguida constava o endereço da paróquia na qual o missionário capuchinhos se encontrava.

⁶¹ Depoimento de ex-professora da Escola Paroquial Dom Cesário, Maria de Jesus Martins Barros (2018).

⁶² Apesar dos depoimentos de ex-professoras e de ex-aluna da escola paroquial, na documentação analisada não apareceram dados sobre a Escola Paroquial São Pedro de Alcântara que teria funcionado em Carolina nas décadas de 1960 e 1970.

⁶³ “Se você gosta de Cristo e dos irmãos e gostaria de saber mais, escreva para eles”(?). Mensagem no verso do Cartão postal sobre o trabalho desenvolvido pelo Frei Defendente na paróquia de Carolina. Arquivo particular de ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes.

Figura 15 – Imagem para divulgação das ações no ensino primário. No centro Frei Defendente e crianças que frequentavam as escolas paroquiais de Carolina - MA.



Fonte: Arquivo particular de ex-professora paroquial, (2018).

Nessa perspectiva, nota-se que as doações e subvenções governamentais acabavam sendo destinadas para as paróquias localizadas nos municípios em que os missionários protestantes insistiam em evangelizar por meio do ensino já que esses também pareciam optar pelas localidades mais distantes e onde havia ocorrido o aumento da população com a construção da Rodovia Belém-Brasília. O avanço do protestantismo, torna-se o principal critério para a abertura de novas escolas paroquiais capuchinhas. A exemplo disso, temos o caso do município de Porto Franco que aparece no relato do Frei João José Carpenedolo enviado para a localidade com o objetivo de impedir que o número de católicos continuasse a diminuir.

Como consequência da não assistência por parte do Padre, crianças recém-nascidas morriam sem o batismo, não pouco eram os casais unidos só pelo contrato civil, as crianças não estudavam o Catecismo, os doentes sempre morriam sem o Sacramento, e o povo não tinha o costume de assistir à MISSA DOMINICAL, enquanto o protestantismo, aqui radicado há tantos anos fazia, furor com a sua propaganda malsã, distribuindo gratuitamente folhetos, realizando cultos, dando instrução primária, pelo que já contava entre suas fileiras para mais de 100 adeptos. Desta maneira uma população de 1.470 almas, na sua quase totalidade católica, jazia entregue ao abandono e exposta aos perigos de cair nos erros mais absurdos dos fanáticos protestantes⁶⁴.

⁶⁴ (RELATÓRIO SOBRE A PARÓQUIA DE PORTO FRANCO, 1955, p.1).

Ao falar dos frutos da assistência religiosa que havia iniciado desde a sua chegada definitiva na Paróquia de Porto Franco em agosto de 1953, o frei capuchinho João José Carpenedolo que ocupou o cargo de vigário cooperador, pontua entre as ações realizadas, além da celebração de três missas aos domingos, a instituição da Associação Obras Sociais da Paróquia, a fundação da Biblioteca Pública Gonçalves Dias e planejava abrir “com certa urgência” a escola paroquial, esperando com isso alcançar melhores resultados no combate ao protestantismo em Porto Franco. No relatório enviado ao superior da Ordem, o frei destaca ainda que após a sua chegada aumentou o número de crianças frequentando o catecismo e que os protestantes começavam a diminuir e a abertura de uma escola paroquial traria de volta os filhos dos católicos que frequentavam a escola primária protestante que já funcionava no município.

[...]Cerca de 100 crianças frequentam o Catecismo. [...] O protestantismo, aqui representado pela seita dos batistas, está presentemente passando numa fase de declínio pois o seu número de adeptos estão reduzidos a menos de sessenta. Com a abertura da escola Paroquial no ano vindouro, a escola Batista perderá quase todos os seus alunos, pois é com constrangimento que os pais católicos enviam para lá os seus filhos⁶⁵.

Figura 16 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Porto Franco - MA, onde em um dos anexos funcionava a Escola Paroquial com o mesmo nome, (1968).



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=434274&view=detalhes>

⁶⁵ (RELATÓRIO SOBRE A PARÓQUIA DE PORTO FRANCO, 1955, p.2).

Assim sendo, mesmo quando a Prelazia de São José do Grajaú (1922) e a Prelazia de Carolina (1958) passaram “[...] a ser consideradas como um instrumento prático e eficaz para levar avante[...] a recristianização do [Maranhão]”, (AZZI; GRIJP, 2008, p.385) e do incentivo dos governos estaduais e municipais ao ensino particular diante da demanda por educação, destinando subvenções anuais para as escolas paroquiais, (FERNANDES, 2003; CRUZ, 2013; CUSTÓDIO, 2017) ao que tudo indica, a captação de recursos, seja oriundo da Santa Sé, dos fiéis católicos do seu país de origem ou ainda dos auxílios vindos dos cofres públicos que garantiam além da escolarização a manutenção da influência da Igreja Romana na população dos municípios do interior do Estado começaram a ficar escassos.

Prova disso é que ao enviar para os seus superiores os relatórios anuais sobre o desenvolvimento das obras sociais nas paróquias, os missionários em campo se queixavam com frequência da diminuição de recursos. Ao que parece, a partir das décadas de 1960 e 1970 a situação se agravou, como mostra o relatório financeiro escrito pelo Dario Fornasiero, responsável pela Paróquia da Nova Imperatriz, onde o religioso demonstrava preocupação com a continuidade das obras sociais.

[...] Relatório Financeiro

- a) Saldo no fim do mês de Dezembro [de 1975] no livro da Paróquia [de Imperatriz], que abrange Obras Sociais e tudo: Cr\$ 287,00. Porém está tudo pago e não devemos nada a ninguém.
- b) Outro dinheiro não existe em parte nenhuma.
- c) Nenhum auxílio de ninguém, afora a caridade dos médicos amigos e o pagamento das professoras por parte da prefeitura⁶⁶.

Contudo, pode-se dizer que as escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão alcançaram nas décadas de 1960 e 1970 uma considerável base administrativa, resultado de terem sido constituídas ao longo dos anos “[...] como uma forma privilegiada de propagar os ensinamentos da religião” (HEERDT, 1992, p. 169). Apesar disso, tudo indica que a partir de meados da década de 1970 com o contínuo aumento da população na região e das reformas educacionais (Lei n. 4.024/61; Lei n. 5.692/71), aos poucos o número de escolas primárias públicas foi aumentando na região (SANCHES, 2013; CUSTÓDIO, 2017), em que estavam localizadas as áreas de missões dos Capuchinhos Lombardos, o que ocasionou de forma gradativa a diminuição do número de escolas Paroquiais Capuchinhas.

⁶⁶ (RELATÓRIO ANUAL DOS RELIGIOSOS, 1975, p.2). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Sessão III

3. A organização das escolas Paroquiais Capuchinhas nas décadas de 1960 e 1970

Nesta sessão registramos como estavam organizadas as escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão, buscando relação com as mudanças ocorridas no Brasil e nesse Estado em consequência das novas configurações sociopolíticas e educacionais do país provocadas pela instauração da Ditadura Militar (1964) e no cenário religioso, com as novas diretrizes definidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Assim, privilegiaremos nesta análise a organização das escolas paroquiais, bem como seus sujeitos educativos, destacando a função das professoras-catequistas e quem eram os alunos (as) das escolas paroquiais.

3.1 O estatuto das escolas paroquiais criadas pelos Capuchinhos Lombardos

Antes de tratar propriamente do estatuto das escolas Paroquiais Capuchinhas, se faz necessário situar a educação brasileira e maranhense no contexto político-social e histórico que emerge com a ditadura militar e com a legislação educacional vigente nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX. Nessa perspectiva, conforme pontua Ianni (1979), a década de 1960 se inicia ainda dentro do Programa de Metas⁶⁷ ou Plano de Ação implementado no Governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), que tinha a pretensão de trazer um maior desenvolvimento econômico e social para o Brasil, a partir da elaboração e execução de planos, programas e projetos que fossem ao encontro de problemas nacionais como a necessidade de acelerar a industrialização, posto que:

Em primeiro lugar, a estrutura industrial brasileira diversificou-se bastante e adquiriu uma configuração mais integrada. Em segundo lugar, reduziu-se, às vezes de modo acentuado, o peso específico de certos itens de importação, com relação ao conjunto dos bens disponíveis no mercado. E, em terceiro lugar, diversificou-se a estrutura das importações, segundo as novas exigências do sistema econômico. (IANNI, 1979, p. 161).

Desse modo, pode-se dizer que para atender as novas exigências da política econômica governamental, além do fortalecimento e expansão do setor privado, ocorreram também

⁶⁷ “Em breve síntese pode-se dizer que o Programa de Metas visava a transformar a estrutura econômica do País, pela criação da indústria de base e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial. (IANNI, 1979, p.150).

mudanças no setor educacional, tendo em vista que esse novo cenário havia se formado na perspectiva não mais de uma economia primária exportadora e, portanto, exigia maiores investimentos na educação e reformas no ensino, pelo menos até o ponto que atendesse a demanda por mão de obra qualificada (HOMANELLI, 2002); ou seja, diante de um ideário otimista de desenvolvimento, as políticas educacionais se voltaram para o incentivo e formação por meio de um “[...] ensino técnico-profissionalizante. [...] não só o ensino médio deveria cuidar da profissionalização, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho. “ (GHIRALDELLI, 2009, p.103).

Em vista disso, apesar da necessidade de maiores investimentos na educação pública, os autores citados fazem questão de pontuar a dualidade do sistema educacional, onde as instituições públicas deveriam atender aos anseios do mercado de trabalho. Pode-se destacar ainda nesse contexto a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61) que foi promulgada em dezembro de 1961, minimizando as responsabilidades do Estado em atender a demanda por educação, beneficiando a iniciativa privada (ROMANELLI, 2002) e favorecendo também a continuidade da atuação das ordens religiosas em todos os níveis de ensino.

Ordens religiosas, como a dos Capuchinhos Lombardos que nas décadas de 1960 e 1970, permaneceu responsável em alguns municípios do interior do Maranhão pela maior parte da oferta de ensino primário, mesmo com as inovações na legislação educacional, que previa entre outras mudanças a matrícula no ensino primário “[...] até a quarta série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade e a matrícula na quinta e sexta séries de 70% da população escolar de 12 a 14 anos. ” (ROMANELLI, 2002, p. 185).

Nessa perspectiva, o governo de Juscelino Kubistchek destinou recursos financeiros para as escolas paroquiais dirigidas pelos freis lombardos, confirmando a força que a Igreja Romana ainda tinha, não apenas para influenciar a construção da legislação educacional, mas também seus reflexos na esfera política e social no período em foco, além de ter servido de apoio para os defensores da liberdade do ensino que se colocaram contra a expansão do ensino público.

[...] os empresários do ensino, na falta de uma bandeira para lutarem pela defesa de seus estabelecimentos diante da tarefa de construção da nova legislação educacional [...], usaram como escudo a igreja Católica, afinal ela mesma era uma poderosa força enquanto organizadora de uma rede de escolas. (GHIRALDELLI, 2009, p. 91).

Ainda sobre a educação básica no Brasil, no que se refere aos altos índices do analfabetismo, Ghiraldelli afirma que o governo federal na década de 1960:

[...]dizia-se disposto a conceder auxílio financeiro federal para instituições particulares que pudessem colaborar com o ensino público na tarefa de distribuição de serviços educacionais. [Mesmo assim], o ensino primário continuou com mais de 45% de professores leigos[...]. Além disso, em 1960, JK entregou ao sucessor Jânio Quadros, um sistema de ensino tão elitista e antidemocrático quanto havia sido com Dutra e Vargas. Apenas 23% dos alunos que ingressavam no curso primário chegavam ao quarto ano, e somente 3,5 cursavam o último ano do curso médio. (GHIRALDELLI, 2009, p. 103).

Nesse sentido, assim como no contexto nacional, no Maranhão a Igreja defendia os interesses privatistas, insistindo no ensino livre e permanecendo com a convicção de que a educação era função da família e da igreja por meios de suas Ordens e Congregações religiosas responsáveis por oferecer uma educação cristã com base na doutrina católica (*ibid*, 2009).

Assim, diante dos elevados índices de analfabetos do país, em alguns estados como o Maranhão, chegavam a 78% dos habitantes, na idade escolar sem saber ler ou escrever; bem maior que os índices nacionais, (MOTTA, 2006), favorecendo a multiplicação das escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios do interior maranhense, quando em estados das regiões Sul e Sudeste essas instituições escolares já haviam sido extintas nas décadas de 1930 e 1940 (DALLABRIDA, 1993; HEERDT, 1992, KREUTZ, 2004). Contudo, é necessário pontuar que nas décadas de 1960 e 1970 no Maranhão o maior interesse dos Capuchinhos Lombardos nesse nível de ensino continuava sendo a catequização na doutrina católica e evitar o “perigo da fundação de escolas protestantes”.

Quadro 6 – Índice de analfabetos no Brasil no período de 1950 a 1970.

Analfabetos do Brasil			
Relação habitantes/analfabetos em milhões			
ano	habitantes (acima de 5 anos)		analfabetos (%)
1950	43.573.817		24.924.223 (57.2)
1960	58.877.068		27.495.590 (46.7)
1970	79.327.229		30.699.637 (31.9)

Fonte: IBGE (<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u14455.shtml>).

No que se refere aos Capuchinhos Lombardos, além de fundar escolas paroquiais para alfabetização e o ensino primário nas paróquias e capelas, atuavam também no ensino público

desde a década de 1950 como professores, inspetores do ensino e também como diretores de instituições públicas de ensino secundário. No município de Grajaú.

Apareceu a ocasião quando o Governo Federal mostrou interesse em fundar um ginásio gratuito, no extremo sul do Maranhão. Os entendimentos entre o governo e a Prelazia[...], tiveram êxito positivo pela escolha de Grajaú como sede, e do Secretário da Prelazia como diretor do[...]ginásio. [...] no dia 31 de março de 1950[...] se inaugurava o instituto de ensino secundário que recebeu o nome de “*Ginásio Gomes de Sousa*”. Nesta ocasião falaram o inspetor Jaime da Costa, Frei Adolfo de Sexto São João[...], o Diretor do Ginásio, e enfim autoridades e professores do novo estabelecimento escolar. Não só a direção, mas também diversas cátedras são da inteira competência da Prelazia, ocupadas pelos missionários[...]. (NEMBRO, 1955, p. 120).

Nesse período no Maranhão existiam 100 Grupos Escolares, 31 escolas reunidas, 246 escolas isoladas e 04 jardins de infância, sendo que no interior do Estado funcionavam apenas 13 Grupos Escolares e um número insuficiente de escolas primárias, (MOTTA, 2006; CRUZ, 2013) onde em municípios como Imperatriz, Porto Franco, Amarante e João Lisboa a precariedade do ensino público se sobressaía ainda mais com a falta de professores e um índice alto de analfabetismo, como afirmam Carvalho (2000) e Cruz (2012; 2013), o que favorecia a atuação dos freis lombardos na área de educação, seja na catequização dos filhos das famílias menos favorecidas, seja na “educação dos filhos das elites regionais” (CUSTÓDIO, 2014).

Entretanto, deve-se observar ainda que o analfabetismo no interior do Maranhão, apesar de ser considerado como uma das maiores barreiras para a catequização, não representava o principal critério para a abertura das instituições escolares capuchinhas, mas a “[...] multiplicação do número de escolas católicas estava intrinsecamente relacionada com a necessidade de [continuar conquistando] o espaço educativo, detendo assim o avanço dos protestantes[...].” (AZZI; GRIJP, 2008, p.155).

Nesse contexto, foi criado um estatuto para as escolas Paroquiais Capuchinhas reproduzido para cada nova instituição escolar, sendo que em alguns casos a única diferença de um estatuto para outro era a mudança do nome da escola paroquial, fato confirmado por uma ex-professora-catequista da escola paroquial do município de Porto Franco, quando em seu depoimento afirmou que, nas “[...] escolas paroquiais dos franciscanos, os estatutos eram os mesmos, as normas eram as mesmas, eram os mesmos estatutos que passavam pra todas as escolas[...]. Ao recordar das regras na instituição primária católica, a ex-professora da Escola Paroquial de João Lisboa também menciona um estatuto que, veio pronto da capital do Estado, quando a escola foi aberta em 1959; isto é “[...] “tinha que chegar na hora certa na

escola, horário certo, a entrada da escola, todo dia tinha que cantar o hino nacional, todo dia. [...] tinha o estatuto que veio de São Luís⁶⁸”.

Portanto, aparentemente os estatutos passaram a ser referência para o funcionamento de todas as escolas paroquiais dirigidas pelos freis lombardos somente a partir do ano de 1959⁶⁹, quando podemos considerar que de fato passou a existir uma rede formada por essas instituições. Tudo indica que o motivo principal era a maior quantidade de escolas Paroquiais Capuchinhas, nos municípios que estavam localizados no território da Prelazia de São José do Grajaú e da Prelazia de Carolina, sendo que esse período foi marcado por um número cada vez maior de “[...] famílias [...] pobres, sobretudo [nos] povoados, [que] ficavam à mercê do Estado, da vontade política dos governantes e dos poucos recursos financeiros para o financiamento do ensino público (CUSTÓDIO; CARVALHO, 2017, p.3) como, por exemplo, o povoado de Lagoa Verde, visto na imagem abaixo.

Figura 17 - O Povoado Lagoa Verde (1959-1960) no município de Imperatriz e a construção da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, onde funcionou a escola paroquial dirigida na época por Frei Osvaldo que aparece na imagem vistoriando a obra.



Fonte: Arquivo particular de ex-professora paroquial.

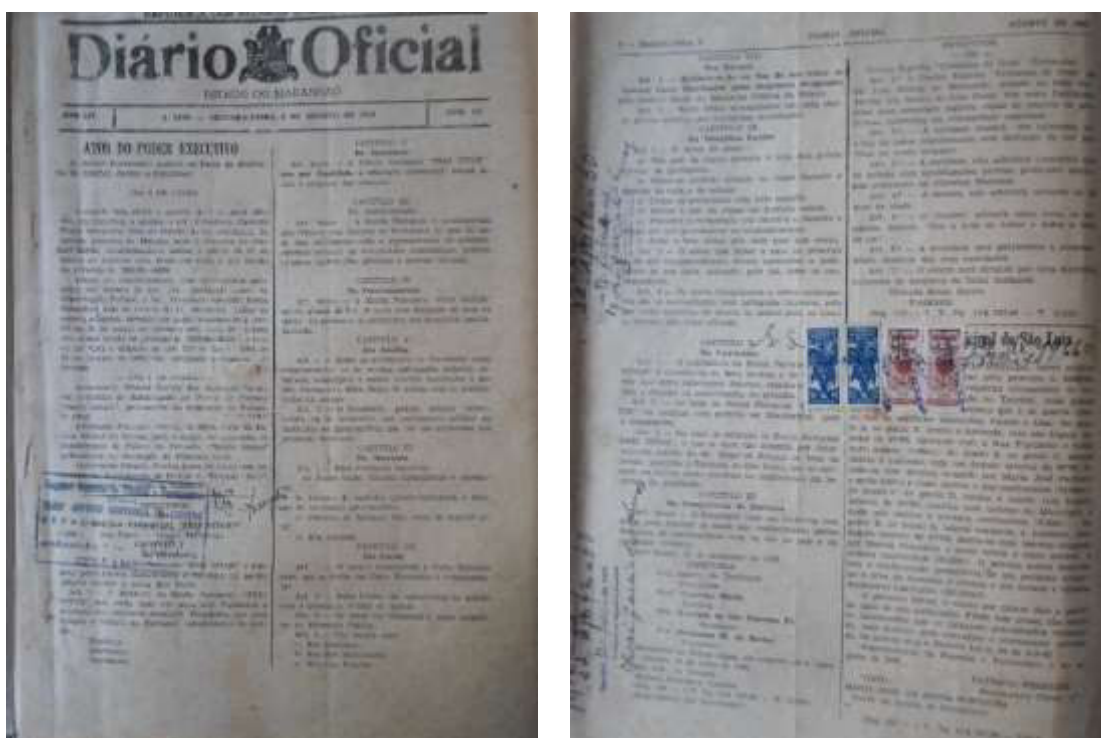
Durante os quase dois anos de pesquisa no Arquivo Histórico da Província Nossa Senhora do Carmo (AHPSSC) não foi encontrado nenhum estatuto de escola paroquial

⁶⁸ Depoimento da ex-professora da escola paroquial Dom Cesário, Maria de Jesus Martins Barros (2018).

⁶⁹ Não foi encontrado o estatuto da Escola Paroquial Pio XI citada como a primeira a funcionar na Prelazia de São José do Grajaú. Da instituição escolar, aberta ainda na década de 1930 encontramos no Arquivo da Ordem, somente as regras criadas para os alunos referente ao uso da biblioteca popular paroquial que também funcionava no município de Barra do Corda. Segundo o frei Rogério Beltrami, responsável pelo Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo, nas primeiras idas ao arquivo (2015), algumas pastas com a documentação de instituições escolares que funcionaram nos municípios de Barra do Corda e Grajaú foram encaminhadas para Roma e até o final da pesquisa não haviam retornado. Portanto, não se sabe ao certo se as escolas paroquiais que funcionavam antes de 1959 também tinham um estatuto que regulamentava o funcionamento das mesmas.

anterior ao final da década de 1950. Se esses documentos existiam, possivelmente ainda não havia tido a necessidade de tal procedimento, ou seja, redigir e registrar em cartório passando a ser publicados no Diário Oficial do Estado do Maranhão. Todos os estatutos encontrados no arquivo histórico da Ordem, foram publicados no Diário Oficial do Maranhão a partir de 1960.

Figura 18 - Diário Oficial do Estado do Maranhão⁷⁰ com a publicação do Estatuto da Escola Paroquial Frei Vitor.



Fonte: Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo

Seguramente a sistematização dos estatutos passou a ser cobrada de forma mais sistemática também para que fossem atendidas as novas exigências da legislação educacional (Lei n. 4024/61) para as instituições de ensino primário, já que os documentos além de registrados em cartórios e publicados no Diário Oficial eram encaminhados para o Fundo do Ensino Primário do Maranhão e para a Secretaria de Educação e Cultura Órgãos públicos responsáveis pela inspeção dos estabelecimentos de ensino particular para que os mesmos pudessem ser reconhecidos, conforme determinava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu Art. 16.

⁷⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 8 de agosto de 1960, com a publicação do Estatuto da Escola Paroquial Frei Vitor. (ANO-LIV, Nº 180).

TÍTULO V

Dos sistemas de ensino[...]

Art.16. É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio não pertencentes à União, bem como reconhece-los e inspecioná-los.

1º São condições para o reconhecimento:

- a) idoneidade moral e profissional do diretor e do corpo docente;
- b) instalações satisfatórias;
- c) escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno, e da regularidade e autenticidade de sua vida escolar;
- d) garantia e remuneração condigna aos professores[...]. ” (DAVIES, 2010, pp.82-83).

Logo, é possível observar a partir de 1961, uma maior preocupação dos freis italianos em providenciar a documentação das instituições de ensino primário dirigidas pela Ordem Capuchinha, como a emissão de atestados que comprovassem as condições das instalações das escolas paroquiais, bem como o pagamento das professoras paroquiais-catequistas e o envio aos órgãos públicos citados, dos planos anuais de ensino.

De acordo como o estatuto das escolas Paroquiais Capuchinhas, os freis lombardos, além de responderem pelas paróquias localizadas no território das prelazias, ocupavam concomitantemente o cargo de diretor dessas instituições, sendo responsáveis ainda pela contratação e formação das professoras que deveriam ser católicas praticantes e na falta dessas professoras, os religiosos ministravam aulas no ensino primário. No caso dos atestados referentes às instalações e de idoneidade dos diretores e professoras, geralmente o documento era solicitado pelos religiosos às autoridades municipais, como pode ser visto a seguir.

Atesto que a “ ESCOLA PAROQUIAL FREI ZACARIAS” em Alto Alegre, município de Barra do Corda, Estado do Maranhão, funciona regularmente, atendendo as suas finalidades sob a orientação de sua atual diretoria composta dos seguintes membros:

Frei Cosme de Borno - Presidente

Snr. Luiz Domesana- Secretário

Frei Pedro Jorge de Rescalda - Tesoureiro

Barra do Corda, 27 de fevereiro de 1967. Galeno Edgar Brandes – Prefeito Municipal⁷¹.

Quando por alguma razão o religioso que se encontrava nas paróquias do interior do Maranhão não enviava a documentação exigida, era cobrado pelos seus superiores, como fez o Frei Hermenegildo Maria, ao Frei Cosme da Borno, diretor de uma das escolas paroquiais que funcionava no município de Imperatriz.

⁷¹ Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Documentos exigidos

- 1.Requerimento do auxilio
- 2.Atestado de funcionamento com firma reconhecida p/ JUIZ
- 3.Relatório das atividades do ano de 1966
- 4.Plano de trabalho para 1967
- 5.Relação de alunos matriculados para 1967
- 6.Relação de alunos aprovados por serie em 1966
- 7.Relação nominal de professores

NOTA: - o atestado é do juiz ou Prefeito, de preferencia do juiz.

Caríssimo Frei Cosme.

Mandar os documentos acima exigidos para o Fundo do Ensino⁷².

No entanto, pode-se dizer que apesar de ser promulgada a Lei 4.024/1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), e da elaboração e publicação do estatuto das escolas capuchinhas que será analisado mais adiante, tudo nos leva a crer que tanto a estrutura quanto a organização dessas instituições escolares dirigidas pelos freis lombardos nos municípios de Barra do Corda, Porto Franco, Amarante, João Lisboa, Imperatriz e Carolina se mantiveram dentro de uma concepção tradicional⁷³ de ensino e a ação pedagógica, bem como os objetivos a serem alcançados continuaram com foco na formação religiosa e doutrinação na fé católica.

Como demonstra o depoimento de uma ex-professora-catequista que trabalhou na Escola Paroquial Nossa Senhora da Conceição, localizada no município de Porto Franco na década de 1960, ao recordar da rotina da escola, explica que o ensino primário oferecido na instituição, continuou quase inalterado, confirmando o que Romanelli (2002), diz sobre a primeira LDBN; ou seja, “[...] a lei nada mudou. A sua única vantagem talvez [estava] no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível de ensino” (ROMANELLI, 2002, p. 181), o que certamente deu liberdade para que os Capuchinhos Lombardos continuassem tendo como foco o ensino religioso com vistas para a catequização.

Era uma rotina normal mesmo do horário de sete as onze e meia, e já era dividido por série, que era tudo sobre o norte da 4.024 ainda e com aquela grade curricular, a rotina era cumprir aquela grade curricular, distribuído entre horários pra fechar a carga horária, porque tinha uma carga horária, parece que era de 800 horas. Funcionava só de manhã, escola primária das séries iniciais. A metodologia, só mesmo aquela mais tradicional mesmo, com o livro e quadro de giz e as vezes o padre de lá[...] era quem ensinava a gente a fazer,[...] ele dava umas formações e metodologia, já criando recursos de recorte de revista essa coisa assim, frei Ângelo

⁷² Idem.

⁷³ Numa concepção tradicional de ensino “[...] os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos mais capazes[...]” (LUCKESI, 2011, p.75), sendo que os métodos utilizados pelo professor (a), baseiam-se na exposição verbal e demonstração dos conteúdos. A relação professor-aluno é marcada pela predominância da autoridade do professor e a exigência de uma atitude de atenção e silêncio por parte do aluno (a).

ele mesmo dava a formação pra nós, não tínhamos planejamento, o planejamento era dividir o livro em quatro bimestres. A gente recortava revista, ele ensinava essa questão das relações pessoais[...], o padre já trabalhava isso, no foco, vamos dizer assim religioso, ele era italiano de Milão. [...] quando eu fui pra lá pra dar aula, o padre foi que me levou, levou eu e outra colega lá de Amarante que ele também já dava formação pra nós no Amarante como catequista e achava nós com esse jeito de professora e levou nós pra lá[...]. Era uma média de trinta meninos (as) numa sala. Tinha todas as salas do primário. O Ensino era misto, mas dentro da sala dum lado era menino e do outro menina⁷⁴.

Como pode ser visto, a partir do depoimento da ex-professora-catequista, praticamente não houve mudanças nos objetivos de ensino, na metodologia, na organização escolar ou ainda na direção da escola paroquial que continuou sendo uma função que poderia ser ocupada somente pelo vigário, como determinava o estatuto criado para essas instituições, a exemplo da Escola Paroquial Frei Zacarias.

ESTATUTO DA ESCOLA PAROQUIAL “FREI ZACARIAS”

Cap. Iº - DA DIREÇÃO.

Art. 1. A Escola Paroquial “FREI ZACARIAS” situada em Genipapo, Município de Barra do Corda é dirigida pelos Padres capuchinhos e funciona em prédio próprio situado à praça Nossa Sra. da Penha.

Art. 2. A Diretoria da Escola Paroquial “FREI ZACARIAS” será eleita a cada três anos pelo Presidente e constará dos seguintes membros; Presidente, que será sempre o Vigário da Paróquia, independente de eleição. Diretoria; Secretária; Tesoureira.

Cap. IIº - DA FINALIDADE.

Art. Único. – A Escola paroquial “FREI ZACARIAS” tem por finalidade a educação intelectual, moral, cívica e religiosa das crianças.

Cap. IIIº DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. Único. A Escola Paroquial é administrada pelo Vigário com funções de Presidente, ao qual no uso de suas atribuições cabe a representação do estabelecimento perante as autoridades eclesásticas, poderes públicos instituições privadas e pessoas naturais⁷⁵.

Apesar de no segundo capítulo do estatuto, a educação religiosa aparecer em último lugar como uma das finalidades, nas escolas Paroquiais Capuchinhas observou-se que o ensino religioso continuou sendo a maior prioridade, até mesmo na alfabetização, ou seja, antes de aprender a ler e escrever, aos alunos e alunas já que estavam sendo impostas novas práticas, como pode ser visto no depoimento de uma ex-aluna da escola paroquial Dom Cesário, ao recordar que independente da disciplina a ser ministrada no dia, as orações e os cânticos religiosos sempre estavam presentes no cotidiano da escola.

Ela [a professora] ensinava orações, mandamentos, depois cântico, tinha o catecismo[...], o ato de contrição, tinha o catecismo sim de oração. Era a parte, tanto para a primeira comunhão pra oração do dia a dia e já servia para fazer a primeira

⁷⁴ Depoimento de ex-professora paroquial, (2018).

⁷⁵ Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

comunhão e tinha algum acompanhamento também da Bíblia, palavras da Bíblia, perguntas da Bíblia⁷⁶.

Dessa maneira, além de se sobressair no currículo real da escola (APPLE, 2006), o ensino religioso ocupava o primeiro lugar e sobressaía às demais finalidades e disciplinas, incluindo a quantidade de horas semanais, já que era ministrado diariamente. Logo, nota-se que assim como afirma Romanelli (2002) uma lei, um estatuto por si só não pode alterar a realidade. Nesse sentido, tudo indica que alguns pontos por estarem previstos no estatuto das escolas Paroquiais Capuchinhas, não significava que os mesmos seriam colocados em prática de forma literal, assim como as “mudanças” em consequência da primeira LDBN não representaram a mudança na prática dos religiosos que apenas se adequaram à nova legislação.

[...] nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja[...]. As conexões da lei com o contexto geral, [...] não impedem que a realidade, evoluindo por força de leis naturais e sociais mais fortes, acabe tornando a lei inoperante. Em outros termos, se uma lei [educacional] tem força nova para criar condições de mudança[...], não a tem, todavia, para impedir que, apesar dele, se mude a realidade. (ROMANELLI, 2002, p.179-180).

Portanto, observa-se que apesar de uma concepção de ensino diferente da educação com ideais liberais, os religiosos seguiram a risca o que previa a legislação educacional no que se refere à documentação exigida para o funcionamento das escolas primárias como, por exemplo, as condições sanitárias, o cumprimento da carga horária e das disciplinas previstas no currículo oficial, como informavam os três artigos do capítulo sete do estatuto:

Cap. VIIº - DOS CURSOS

Art. 1. O ensino compreende o Curso Primário geral que se divide em Curso Elementar e Complementar. Art. 2. Estes cursos são ministrados de acordo com o programa oficial do Estado. Art. 3. As aulas são fiscalizadas pelos inspetores de Educação Pública.

Nos discursos presentes nos relatórios e por meio dos depoimentos das ex-professoras-catequistas nota-se que a estrutura organizacional e os objetivos das Escolas Paroquiais Capuchinhas continuaram os mesmos. Pode-se dizer ainda, que não houve mudança na concepção de ensino e de escola dos freis lombardos, de modo que os religiosos, ao que parece continuaram com as mesmas práticas sem a possibilidade de alteração do papel da escola paroquial e dos objetivos a serem alcançados com a ação pedagógica.

⁷⁶ Depoimento de ex-aluna da Escola Paroquial Dom Cesário, (2018).

Nesse sentido, pode-se dizer que apesar das reformas educacionais impostas pelo governo federal e estadual, nota-se que as representações dos freis italianos permaneceram determinando suas práticas que eram norteadas pelo que estava previsto nos documentos episcopais sobre educação. Muitas dessas representações podem ser identificadas nos estatutos das escolas paroquiais, sendo que os artigos e princípios eram os mesmos para todas as instituições de ensino primário que funcionavam nas paróquias e capelas do interior do Maranhão sob a responsabilidade dos Capuchinhos Lombardos.

Sabe-se que, as escolas primárias capuchinhas tinham estruturas diferentes, mesmo assim o estatuto expõe como essas instituições escolares eram organizadas e administradas, servindo de regra para cada uma delas. Em determinados municípios como Imperatriz, ao longo da década de 1960 e 1970, existiam escolas bem estruturadas outras nem tanto, mas até as instituições escolares que ficavam localizadas nos povoados mais distantes nas zonas rurais também deveriam funcionar dentro do que estava estabelecido. Entre as atribuições do religioso que normalmente era o presidente e também diretor da escola, estava a de receber e aplicar os recursos como previa o artigo primeiro do capítulo quatro: “[...] Art. 1. Entre as atribuições do Presidente estão compreendidas as de receber subvenções federais, estaduais, municipais e outros auxílios destinados à Escola Paroquial e deles dispor de acordo com as necessidades da mesma. ”

Segundo Heerdt (1992), esse era um dos principais motivos para que o estatuto das escolas paroquiais fosse elaborado, ou seja, ao adquirir personalidade jurídica com a elaboração, registro e publicação do documento se tornava mais fácil para que as instituições primárias das paróquias pudessem ser mantidas; “[...] na verdade o que os estatutos querem de todas as formas é garantir a manutenção das Escolas Paroquiais, além do controle efetivo do Pároco sobre o ensino religioso. ” (HEERDT, 1992, p.152).

No estatuto das escolas Paroquiais Capuchinhas, além da centralidade administrativa, possivelmente como uma maneira de “[...]impedir qualquer ingerência que questionasse o ensino católico[...]” (*ibid*,1992, p.152), chama-nos atenção a solicitação no ato da matrícula, (Cap. VIº- Art. 1) da certidão de batismo, o que a nosso ver, pode ser considerada uma estratégia para evitar a entrada de filhos de famílias protestantes, pois os mesmos aos contrário dos filhos dos católicos, não podiam ser batizados a não ser conforme a doutrina da maioria das igrejas protestantes, quando tivessem idade suficiente para entender tal ato, o que normalmente só ocorria na fase adulta (CAIRNS,2008).

Art. 1. Para matrícula requer-se:

- a) Nome, idade, filiação, naturalidade e residência.
- b) Isenção de moléstia infecto-contagiosa e atestado de vacinação ante-variólica.
- c) *Certidão de batismo*, bem como de registro civil.
- d) Boa conduta. (Grifo nosso).

Ainda sobre quem podia frequentar as escolas Paroquiais Capuchinhas, podemos nos basear no depoimento de uma ex-professora-catequista que trabalhou exercendo essa função no ano de 1968.

[...] lá [Porto Franco], tinha a Escola Batista para quem não era católico e a paroquial para quem era católico, para os filhos dos católicos mesmo. Era uma doutrina católica, toda aquela formação católica dentro daqueles preceitos da igreja mesmo [...]. Lá só era mesmo os filhos de católicos na escola, porque se fosse pra lá tinha que aceitar todas as normas da escola [...]. Você po[dia] até ser crente, mais os meninos vão ajoelhar e vão rezar, já matricula[va] sabendo. O padre falava muito assim sobre Lutero [...], ele dava muita ênfase a essa questão dessa diferença mesmo entre as doutrinas, eram conselhos e uma[...] doutrina, uma ideologia se passava por ali, uma filosofia da educação católica, você hoje se for pensar nessa igreja, nesse movimento da época como era uma filosofia permeava todo o contexto de dizer quem é católico, é católico, é crente é crente [protestante][...] ⁷⁷.

Apesar da rigidez dos freis descrita por ex-professoras e ex-alunas das instituições que funcionavam nas paróquias, na escola paroquial de Porto Franco diferente de outras instituições primárias dirigidas pelos lombardos, meninos e meninas aparentemente não eram separados nas salas de aula da escola Nossa Senhora da Conceição, registros da época mostram que durante as aulas não existia uma organização definida, pelo menos durante as aulas ministradas pelo frei José de Carpenedolo fundador da escola no município, como pode ser visto na imagem a seguir.

⁷⁷ Depoimento da ex-professora paroquial, Maria das Graças Bezerra da Silva (2018).

Figura 19 - Frei Capuchinho João José de Carpenedolo, diretor da Escola Paroquial Nossa Senhora da Conceição em Porto Franco -MA (1956-1965) em sala de aula.



Fonte: <https://freirodrigodearaujo.blogspot.com/2012/10/registros-historicos-400-anos-da.html>

Entretanto, tudo nos leva a crer que algumas das profundas mudanças na igreja católica com a realização do Concílio Vaticano II (1959-1965), que segundo Cairns, (2008) representou a “[...] maior mudança no catolicismo desde 50 A. D.” (CAIRNS, 2008, p. 384), parece não terem sido acolhidas pelos freis lombardos de imediato. As fontes analisadas evidenciaram que a escola Paroquial Capuchinha no interior do Maranhão continuou nas décadas de 1960 e 1970, com pouquíssimas exceções, sendo um espaço de fortalecimento do catolicismo e da catequização, como estratégia para combater o crescimento de outras religiões, até mesmo com pedidos de ações mais enérgicas por parte dos religiosos italianos quando as diretrizes do Vaticano II apontavam para relações e atitudes bem diferentes entre as religiões.

O Concílio Vaticano II, que da sua fase preparatória (1959-1962) até a sua conclusão (1962-1965) foi considerado um dos concílios da história que mais desencadeou transformações internas na Igreja Católica, representando também um sinal de novos tempos até então nunca alcançado, como afirma Beozzo (2005).

[...] superar a secular ruptura entre o Oriente e o Ocidente cristãos[...]. Buscou-se igualmente superar a divisão oriunda da Reforma Protestante de 1517, criando o Secretariado para a união dos Cristão e convidando também observadores das Igrejas protestantes. Assinalou, desse modo, tardia entrada oficial da Igreja Católica na grande corrente do movimento ecumênico contemporâneo. (BEOZZO, 2005, pp.44-45).

No entanto, pode-se afirmar que nos anos seguintes ao encerramento do Concílio e das novas diretrizes para a igreja, a relação entre os missionários católicos e protestantes nas áreas de missões no interior do Maranhão continuou sem muitas alterações. Os embates por causa das diferenças doutrinárias ainda eram vistos com frequência e o papel das escolas Paroquiais Capuchinhas continuava sendo o de alfabetizar para formar bons cristãos católicos. Dentre as instituições escolares que funcionavam nas paróquias dirigidas pelos freis lombardos após a realização do Vaticano II, em apenas duas delas foram identificados alunos (as) de outras religiões, e em uma das instituições houve a contratação de uma professora protestante, como informa o relato da ex-professora-paroquial da Escola Dom Cesário, ao recordar da rotina da escola e da função das professoras.

Eu pesquisava em livros bons, ele [frei] trazia muita coisa assim que ele trazia [da Europa] e tinha merenda também, porque ele arranjava merenda. Aí ele escolheu as melhores professoras pra botar lá dona Martinha, Lurdes a outra que era de Imperatriz[...], dona Chiquita também foi professora de lá[...], depois veio a Graça que era de Imperatriz, foi professora[...], ela era evangélica[...] o pai dela morreu e queria ir pra minha casa e pediu que arranjasse uma vaga na escola paroquial, ela lecionava muito bem. Era evangélica mais o frei aceitou, era boa professora [...]. Os professores e alunos participavam sim da liturgia da missa, participava sim quase todas as professoras, a professora Graça não ia, ela disse o que era [protestante] mais ia cumprir os deveres dela da escola, aí ele [frei] aceitou, mais era boa professora, mais ele deixou à vontade dela pra religião dela, mais as outras professoras católicas e os alunos (as) quase não faltavam a missa, era difícil faltar. [...] ele dava a liberdade, quem não quisesse ouvir a aula de religião podia sair naquele momento e também os que quisessem ficar podia ficar, os alunos que não queriam assistir a aula de religião [catequese] podia pegar os livros e estudar aí voltava depois pra sala de aula, era uma hora de aula e a professora que era crente, evangélica como a Graça ia conversar com aqueles alunos (as) [protestantes]. Ele [frei] aceitava todos os alunos que viessem⁷⁸.

Além da escola Dom Cesário, a escola Nossa Senhora de Nazaré no povoado Lagoa Verde também passou a aceitar alunos (as) protestantes.

[...] dos anos 62 pra cá foi que entraram outras religiões aqui, só era católico. Na escola paroquial tinha dois meninos duma família, tinha iniciado a chegar essa gente aqui, criavam esses dois meninos, eram evangélicos, eram protestantes, só esses dois meninos. Mas eu fazia assim: vocês não vão orar nossa oração, vocês vão ficar quietinhos aí e os outros vão continuar, respeitava⁷⁹.

Ao que tudo indica apesar das diretrizes do Vaticano II não terem sido aceitas de imediato pelos freis capuchinhos, em duas das escolas paroquiais pesquisadas, após 1965 algumas mudanças apontam para o que estabelecia o concílio. Tanto na escola Paroquial do

⁷⁸ Depoimento de ex-professora paroquial, (2014).

⁷⁹ Idem.

município de João Lisboa, quanto na de Lagoa Verde em Imperatriz, filhos (as) de famílias de outras religiões passaram a ser aceitos, algo considerado inaceitável em décadas passadas. Entretanto não se pode dizer que essa era uma realidade nas demais instituições de ensino primário que funcionavam nas paróquias no interior do Maranhão, já que mesmo após o concílio a maioria das escolas Paroquiais Capuchinhas continuou ofertando o ensino primário apenas para os filhos dos fiéis católicos.

Figura 20 - Prédio anexo à igreja matriz do Município de João Lisboa, onde funcionava a Escola Paroquial Dom Cesário, fundada e dirigida pelo Frei Capuchinho Tomé M. Serina.



Fonte: A autora (2018).

Portanto a organização das escolas paroquiais capuchinhas nas décadas de 1960 e 1970 se deu por meio da Associação Educadora São Francisco de Assis, mantenedora dessas instituições e de um estatuto próprio, com regras e princípios válidos para as Escolas Paroquiais da Ordem Católica que ofertavam o ensino primário nas paróquias do interior do Maranhão. Estatuto esse registrado em cartório e publicado no Diário Oficial do Maranhão no início da década de 1960, permanecendo válido e adequado à primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei n. 4.024/1961 que deu “[...] igualdade de tratamento por parte do poder público para os estabelecimentos oficiais e os particulares[...]” (GHIRALDELLI, 2009, p. 84), e mais tarde diante do novo contexto provocado pela crise política e econômica que caracterizou os Governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), que levou à instauração da ditadura civil-militar no Brasil.

Assim, diante dessa nova realidade política e social, as escolas Paroquiais Capuchinhas permaneceram em funcionamento mesmo com as reformas educacionais previstas na Lei n. 5.692/1971 destinada a ajustar a educação brasileira ao contexto do regime militar (1964-1985), a qual era voltada para atender os objetivos de uma tendência tecnicista (LIBANEO), 2012) e a qualificação para o trabalho desde cedo. No entanto, apesar dessas

mudanças, de ordem política, social e na área de educação, o objetivo das escolas Paroquiais Capuchinhas permaneceu o mesmo de décadas anteriores, alfabetizar para a formação religiosa como pontua Strieder, (2008).

A atuação da escola [paroquial] girava em torno da alfabetização e da formação religiosa. Estas, em atuação, previam uma educação integral, não apenas uma formação para a leitura e a escrita ou a oração, mas principalmente uma formação ampla da personalidade direcionada para o cumprimento das regras que o transformavam em bom cristão[...].” (STRIEDER, 2008, p.130).

3.2 Os sujeitos educativos da escola paroquial capuchinha: as professoras-paroquiais, uma atuação para além da sala de aula

As professoras paroquiais, que também denominamos de professoras-catequistas, por entendermos que na escola Paroquial Capuchinha a função de alfabetizar era indissociável da função de catequizar, desempenhavam um papel que ia muito além da sala de aula e para que esse objetivo fosse alcançado, essas mulheres eram escolhidas por meio de critérios bem definidos, quase como se fosse necessário identificar nelas a vocação sacerdotal e religiosa próprias dos seminaristas⁸⁰ da Ordem. Um dos documentos que servia de embasamento para a ação pedagógica dos freis lombardos foi o Concílio Plenário Latino Americano, que apesar de ser de um período distante (1889), pelo visto continuou sendo utilizado como diretriz para que os religiosos selecionassem as candidatas que deveriam ocupar o cargo de professora paroquial nas instituições fundadas nos municípios do interior do Maranhão. Os religiosos seguiam a risca as orientações do concílio sobre quem poderia ocupar essa função, pelo significado da mesma para a missão religiosa.

“[...] 682. Como el progreso de las escuelas primarias estriba, en su mayor parte, en tener maestros capaces y dignos, hay que tener especial cuidado de que sólo se pongan personas idóneas. Com toda clase de estímulos debe animarse a los maestros a perseverar en sua árduas tareas; pues es muy noble, y de grande importancia, el oficio que desempeñan. Ellos son eficaces cooperadores de la Iglesia y de los padres de familia, en procurar la salvación de las almas; y de su actitud y trabajo dependen en gran parte el bienestar de la posteridad, y la salvación de las almas y del Estado⁸¹.

⁸⁰ Seminarista segundo a doutrina católica (Vaticano II; Diretrizes para a formação dos Presbíteros-CNBB; Decreto Optatum Totius), é aquele que recebeu um chamado divino e renuncia à vida secular para, após a formação religiosa exercer o sacerdócio. Geralmente são jovens que dedicam a vida na missão da Igreja e para serem aceitos passam por critérios como: “[...] retidão, idoneidade espiritual, moral e intelectual, critérios esses examinados pela Igreja católica no processo de aprovação daqueles que desejam ingressar no seminário”, (DECRETO OPTATAM TOTIUS, 1965). Critérios parecidos eram observados na seleção das professoras paroquiais, pois as mesmas eram vistas como indispensáveis na missão de catequizar.

⁸¹ “[...] 682. Como o progresso das escolas primárias é, na maioria das vezes, ter professores capazes e dignos, devemos tomar cuidado especial para que apenas pessoas adequadas sejam colocadas. Com cada classe de

Nesse sentido podemos dizer que a preocupação na seleção das professoras-catequistas se dava em função de o que seria exigido e esperado das mesmas. As fontes evidenciaram que, na ausência dos freis lombardos, as professoras em muitos casos eram responsáveis não só pelas escolas paroquiais como também pelos outros projetos sociais da paróquia, como o funcionamento de ambulatórios, a organização de festejos e até na condução da reza nos velórios nas comunidades onde as escolas paroquiais capuchinhas estavam inseridas (FORMIGA, 2004). Assim sendo, para exercer a função, já que a grande maioria era de professoras leigas, essas mulheres passavam a receber formação didática e religiosa em serviço para que pudessem desempenhar de forma eficaz o trabalho que tinha como objetivo formar católicos praticantes desde cedo, contribuindo assim para a salvação de almas.

Portanto, a professora paroquial era vista não apenas como professora primária, mas como parte importante da missão religiosa da Ordem capuchinha no interior do Maranhão, contribuindo para o progresso do catolicismo e no combate à expansão de outras religiões nos municípios do interior do Estado. Em alguns casos moças que iniciaram como professoras paroquiais se tornaram freiras, como recorda a ex-professora da escola paroquial do município de Porto Franco.

[...] quando eu fui pra lá pra dar aula, o padre foi que me levou, levou eu e outra colega lá de Amarante que ele também já dava formação pra nós no Amarante como catequista e achava nós com esse jeito de professora e levou nós pra lá[...], Todas tinham a formação religiosa[...], por sinal duas meninas se tornaram freiras a Alzira[...] ficou freira irmã Alzira das terezianas[...].

A ex-professora paroquial relembra ainda que a seleção das moças era feita pelos freis capuchinhos a partir de rígidos critérios de conduta e moral, eram escolhidas somente “moças de família” que já eram exemplo nas suas comunidades de moralidade, conduta e valores cristãos que ao se tornarem professoras paroquiais deveriam se sobressair ainda mais por meio dos seus atos tanto na escola como fora dela. A professora da escola paroquial capuchinha tinha que trabalhar com entusiasmo e devoção pela alfabetização, catequização e formação religiosa dos alunos (as), além de se tornar um exemplo na fé católica

estímulos, os mestres devem ser encorajados a perseverar em seus hábitos árduos; é muito nobre e de grande importância o ofício que realizam. São cooperadores eficazes da Igreja e dos pais de família, na busca da salvação das almas; e o bem-estar da posteridade e a salvação das almas e do Estado dependem em grande parte de sua atividade e trabalho. ” (CONCÍLIO PLENÁRIO LATINO-AMERICANO-Título IX- Dela Educaión católica de la Juventud-decreto, 682, p.384).

Na época eu tinha o ginásio incompleto, todo mundo era professora leiga. Era o padre que fazia isso [selecionava as professoras]. Eram meninas que vinham de uma formação de casa assim, mais criteriosa não eram meninas assim que viviam largadas da noite pro dia em festa e tudo não, mas eram pessoas assim que segundo ele preenchiam os requisitos. A questão moral exatamente[...], eram aquelas moças que vinham das famílias que impunham assim mais moral, não era qualquer uma não. Nós tínhamos como obrigação ir pra missa, nas missas das crianças a gente participava mais a maioria era orientando as crianças pra elas mesmas fazerem, pras crianças fazerem e na missa normal da comunidade a gente não intervia não, nós ficávamos lá sentadas assistindo como qualquer um outro[...] era função das professoras e dos alunos (as) participar da missa⁸².

O depoimento da ex- professora paroquial evidencia ainda uma das estratégias mais utilizadas pelos freis lombardos que nas décadas de 1960 e 1970 em função da quantidade insuficiente de religiosos e diante do aumento da população nas aéreas das Prelazia de São José do Grajaú e da Prelazia de Carolina investiram no que chamavam de “apostolado leigo”, onde por meio da persuasão dos religiosos, pessoas da comunidade, dentre as quais as professoras paroquiais, passavam a cooperar com a missão da Igreja Católica. Por outro lado, pode se dizer que essa experiência onde existia estimuladora de um trabalho pastoral em conjunto com a comunidade começou a ser desenvolvida com maior intensidade em obediência às normas do Vaticano II que previa esse tipo de ação. Ação esta que os Capuchinhos Lombardos, no caso das escolas paroquiais já vinham desenvolvendo, desde décadas anteriores.

Entretanto, mesmo com as novas determinações da Santa Sé para um trabalho “pastoral de conjunto” nesse período no interior do Maranhão, apesar de serem consideradas um tipo de apostolado superado⁸³, as desobrigas ainda eram realizadas pelos freis lombardos, que enfrentavam dificuldades próprias da região onde estavam localizadas suas áreas de missões, como a falta de estradas e paróquias que abrangiam dezenas de municípios e povoados e a falta de instrução do povo como pode ser visto no relato a seguir, quando o frei Osvaldo reclama das dificuldades que enfrentava para fazer as visitas nos locais mais distantes.

⁸² Depoimento de ex-professora paroquial Maria das Graças Bezerra da Silva, (2018).

⁸³ Nos relatórios anuais dos religiosos que trabalhavam nos municípios do interior do Maranhão a partir da década de 1960 com frequência são encontrados relatos de insatisfação por ainda nessa época estarem realizando desobrigas, como é o caso do registro no relatório para o Secretariado nacional de Prelazias da CNBB de 1966. “É negativa. A desobriga é uma forma de apostolado superada e insuficiente e antiquada. O povo fica estranho a religião, nada recebe dela ou quase nada. Não existe uma assistência pessoal e permanente. É claro, o padre não pode instruir e formar convicções religiosas no povo, com uma ou duas visitas anuais. Além disso, os dias de Missa no interior por causa dos batismos e dos casamentos, são mais parecidos a dias de feiras e de folia. É triste de ver ficar satisfeito somente com o levado número dos batismos e dos casamentos, quando não se comunica nada de espiritual ao povo.” (RELATÓRIO ANUAL PARA O SECRETARIADO NACIONAL DAS PRELAZIAS - CNBB, 1966, p.3). Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

As dificuldades são enormes e imensas. Eis as principais:

- Povo nômade - o povo só vive a procura da mata e de lugar melhor;
- Falta de instrução - a maioria do povo ainda não sabe ler;
- Falta de estradas - que não permitem uma fácil comunicação com o Padre, em modo particular no inverno;
- Falta de capelas ou lugar para reunir-se; enfim, e falta de CATÓLICOS VERDADEIROS, esta é a dificuldade maior. A maioria do povo é católico só de nome, porque foram batizados (sacramentalizados). Os bons católicos praticantes e que gostam de viver na religião são, ao máximo, 10 por cento.⁸⁴

Apesar de se mostrarem insatisfeitos em terem que ainda realizar missões ambulantes na segunda metade do século XX, era durante essas viagens que os freis capuchinhos aproveitavam para formar catequistas e encontrar jovens dispostas a receber formação, tanto religiosa quanto pedagógica para que pudessem contribuir com o ensino nas escolas paroquiais dirigidas pela Ordem. Assim sendo, algumas dessas “moças de família” que se tornavam professoras leigas, chegavam a se mudar várias vezes dependendo da necessidade de determinada escola paroquial, como foi o caso já descrito, da ex-professora paroquial que residia no município de Amarante e se mudou Para Porto Franco a pedido dos religiosos.

Nos municípios e povoados próximos a Imperatriz como João Lisboa e Lagoa Verde, os religiosos italianos contavam com a colaboração das freiras da Congregação das Missionárias Capuchinhas, que além de Barra do Corda, (CASTILHO, 2004; CUSTÓDIO, 2015) fundaram e dirigiam a Escola Santa Terezinha, instituição escolar que na década de 1960 se tornou a primeira escola normal de Imperatriz onde eram formadas professoras normalistas para atuar no magistério. Muitas dessas professoras qualificadas para atender a demanda educacional de 1ª à 4ª séries na região, também eram contratadas para trabalhar em escolas paroquiais capuchinhas localizadas nos municípios mais desenvolvidos⁸⁵, no entanto, dificilmente aceitavam trabalhar nos povoados mais distantes da zona rural, nessas localidades quem ensinava eram professoras leigas.

Assim, as freiras capuchinhas brasileiras contribuía com a formação em serviço das professoras paroquiais leigas, ministrando palestras e orientações doutrinárias e ainda na parte de didática. As formações aconteciam tanto nos povoados que ficavam mais próximos como em encontros realizados na paróquia de São Francisco, como evidencia o depoimento da ex-professora que trabalhava na Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré, no povoado Lagoa Verde localizado, a cerca de quinze quilômetros do município de Imperatriz.

⁸⁴ (RELAÇÃO DA CASA PAROQUIAL E COQUELÂNCIA, 1970, p.3).

⁸⁵ Foi possível identificar nos relatórios anuais dos missionários para seus superiores, a presença de professoras normalistas em algumas escolas paroquiais dos municípios de Imperatriz, João Lisboa e Carolina.

A gente trabalhava com o português, a matemática e eles [freis capuchinhos lombardos] aprovavam né? Para as aulas de catequese nós fazia [formação] era de sempre, lá no salão onde hoje os padres moram que era o colégio. Era as freiras, lá era colégio de interna, meninas do sertão se internavam ali e nossas formação era ali chamava Salão São Francisco que inclusive lá funcionou a Escola [Paroquial] São Francisco. Lá era maravilhoso! As freiras, os padres davam palestras, ensinavam a didática, porque muitas vezes eles sabiam as dificuldades das professoras, eles ajudavam com os ensinamentos também do desenvolvimento social das coisas, socializar as pessoas, nós recebia formação. Não era nem só as professoras que pertenciam as escolas paroquiais, eram as do município mesmo, quando Frei Osvaldo⁸⁶ existiu, todo mundo recebia uma formação [...]. Era maravilhoso! Os primeiros tempos que nós fizemos as provas, [na escola do povoado] chegou boletim, elas [freiras capuchinhas] vieram nos ajudar, ensinava a fazer e o pior que naquele tempo que elas vieram, ainda vinha era a cavalo, umas vezes elas trouxeram até um armonio [órgão] pra tocar aqui⁸⁷.

Apesar do ensino na maioria das escolas Paroquiais Capuchinhas ser gratuito, em algumas dessas instituições era cobrado dos pais uma taxa para ajudar com as despesas. Em certas escolas como a Dom Cesário no município de João Lisboa, as classes chegavam a ter de trinta a quarenta alunos (as), que assim como as professoras paroquiais deveriam seguir as regras determinadas pelo frei capuchinho responsável pela instituição. Na ausência do religioso, seja por ser um lugar de desobrigas onde só existia capela, ou nas paróquias mais estruturadas quem assumia a escola era sempre a professora paroquial, vista na comunidade como modelo de boa conduta e moralidade.

Sobre o professor paroquial, Kreutz (2004), afirma que essa função era vista como uma “vocação sublime e sacerdócio”, concepção essa que estava presente no Projeto de Restauração Católica Regional desenvolvido no Sul do Brasil, no final do século XIX. Ao que tudo indica, essa era também a representação de professor paroquial dos Capuchinhos Lombardos, sendo que a diferença é que no interior do Maranhão em vez de homens, quem ocupava tal função eram apenas mulheres.

[...] são frequentes as referências ao professor paroquial em termos de sacerdócio, de uma missão sagrada porque é mediador de Deus junto aos alunos e à comunidade. Daí simultaneamente, sua responsabilidade e sua dignidade[...] se tornou um marco de referência para a constituição da figura, de um mediador com missão sagrada recebida de Deus e que deveria ser posto a serviço da comunidade. (KREUTZ, 2004, p.160).

⁸⁶ Na década de 1960 o frei capuchinho Osvaldo Coronini foi nomeado inspetor de ensino da rede de escola públicas do município de Imperatriz, talvez por isso o religioso também incluía nos cursos de formação ministrados pelas freiras capuchinhas, as professoras primárias das escolas públicas como afirma a ex-professora paroquial.

⁸⁷ Depoimento de ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes (2017).

Figura 21 - A professora paroquial, da Escola Nossa Senhora de Nazaré ao lado do irmão e das freiras capuchinhas brasileiras, Luiza e Evangelina que auxiliavam os freis lombardos na formação das professoras leigas (1966).



Fonte: arquivo particular da ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes.

Conforme os discursos nos dispositivos oficiais que tivemos acesso referente às escolas Paroquiais Capuchinhas em funcionamento nas décadas de 1960 e 1970 nos municípios do interior do Maranhão, apesar da distância do final do século XIX, período em que Kreutz pesquisou sobre o professor paroquial no Rio Grande do Sul, pode-se dizer que o magistério também era concebido pelos freis Capuchinhos Lombardos, como uma vocação e parte da missão religiosa, por isso não poderia ser “qualquer moça” para exercer essa função, como afirmou uma das ex-professoras paroquiais entrevistadas. Nessa perspectiva, percebe-se nos depoimentos das ex-professoras a convicção de que a grande maioria delas tinha o papel de evangelizar por meio do ensino, entendendo a função não como um trabalho qualquer, mas como uma missão a ser desenvolvida em sala de aula e para além desse espaço.

Eu já entrei mesmo pra trabalhar através do amor que a gente sentiu, não é nem pela teoria, a sabedoria prática, mas pela necessidade que tinha e Deus viu que era necessário e que eu desejava e Ele me ajudou. Necessidade de ensinar o povo e catequizar de ensinar a viver com base na doutrina, baseado na missão. Eu não me sentia uma professora importante eu me sentia uma missionária, me sentia não, me

sinto uma missionária. Eu não sou uma professora, não fui uma professora, fui uma missionária pra trabalhar com o povo. Meu Deus! Os frutos só o Senhor sabe quantos. Eu não me casei, minha missão não deu pra virar pra outro lado não, peguei a missão e fixei, não quis misturar⁸⁸.

Nesse sentido, pode-se dizer ainda, que essa convicção também era resultado das formações religiosas ministradas pelos freis lombardos e pelas freiras capuchinhas, estratégias que tinham como objetivo mostrar que a função de professora paroquial fazia parte da missão da igreja, sendo que algumas dessas jovens, após ensinar por um período na escola paroquial se tornaram freiras, outras mesmo que não tenham ido para um convento, não conseguiam dissociar a função de professora da vida religiosa.

Sobre o que era esperado das professoras paroquiais, pode se dizer ainda que, essas mulheres contribuíam em pleno século XX no interior do Maranhão, para o que podemos considerar uma “contrarreforma franciscana tardia”. Mesmo diante das profundas mudanças trazidas com o Vaticano II, os freis Capuchinhos Lombardos (uns mais que outros) persistiam em combater o protestantismo. Os relatórios anuais dos missionários das décadas de 1960 e 1970 mostram a preocupação dos freis lombardos com essa questão, e relatavam entre os problemas enfrentados nos municípios e povoados em que trabalhavam, o aumento do protestantismo como sendo um dos “mais sérios problemas” que deveriam ser combatidos por causa da forte contestação da doutrina católica que faziam seus representantes.

O protestantismo está aumentando em modo incrível, e está difundindo, também no povo que permanece católico, um grande indiferentismo religiosos e ideias e doutrina protestantes, principalmente a respeito da Virgindade de Maria, SS., a recepção dos Sacramentos da Confissão e da Comunhão, ao culto das imagens, a existência do Purgatório e ao respeito ao Papa (chamado Bêsta-Fera) e aos Padres. É minha impressão, talvez pessimista, que no interior, o povo conserva-se ainda católico, não por causa da desobriga, mas por causa das superstições, dos dízimos, do fumo, das bebidas alcoólicas e da dança⁸⁹.

Assim nos mais de seiscentos povoados mapeados como locais de desobrigas, onde a presença dos religiosos não era constante e existia uma escola paroquial, o que se esperava da professora era que se tornasse um elo entre a Igreja e a comunidade (KREUTZ, 2004) se configurando numa representante da Igreja Católica, papel que muitas desempenhavam fielmente, como pode ser visto no depoimento de uma ex-aluna de um dos povoados por onde os freis lombardos passavam em desobrigas.

⁸⁸ Depoimento de ex-professora paroquial, (2017).

⁸⁹ (RELATÓRIO PARA O SECRETARIADO NACIONAL DAS PRELAZIAS DA CNBB, 1971, p.3).

Eles vinham [freis capuchinhos] passavam uma semana. A gente ia pra igreja rezava, eles sempre vinham, era uma semana de celebrações. A semana que os freis vinham pra nós era bom, porque era mais uma animação, porque a gente não saía pra lugar nenhum, aí todo mundo ia pra igreja a gente cantava, rezava era muito bom!. [Na ausência do freis], ela [professora paroquial] sempre ajudou na missa. Ela sempre tava ali ajudava nos cânticos. A pessoa chegava aí ela tinha que arrumar um lugar pra sentar, ela sempre gostou. Ela era professora e sempre participava da organização da missa, até hoje⁹⁰ ela não faz mais a limpeza porque ela não aguenta mais, né mas ela sempre gostava de ir. A vida dela não tinha muita diversão era só ali, escola e igreja.

A expectativa por parte dos freis lombardos com as práticas das professoras paroquiais era tamanha que, a partir de meados da década de 1960 passaram a organizar formações pedagógicas e na doutrina católica também no Convento do Carmo, na capital do Estado, com o intuito de prepará-las melhor principalmente para o ensino do catecismo, como relembra uma ex-professora paroquial.

Fomos pra São Luís, lá eles davam a formação específica de religião, da doutrina. Era da igreja só que lá também eles davam parte de português, matemática misturado, não era só direto de religião. A formação era pra ministrar o catecismo, mas também para ministrar na escola⁹¹.

Assim o programa de formação continuada na capital do estado geralmente era realizado no período de férias das escolas paroquiais. A partir de uma ótica mais crítica, pode-se dizer que o investimento na formação das professoras leigas se dava pela expectativa de retorno no desempenho dessa função no que se refere ao fortalecimento do catolicismo nas áreas das prelazias, já que o aumento da população fez que com as dificuldades no acompanhamento dos fiéis aumentassem. Em algumas paróquias mais estruturadas como era o caso do município de João Lisboa, algumas professoras paroquiais faziam ainda outros cursos como o de enfermagem para melhor desempenhar a “missão religiosa e social” junto à comunidade.

Segundo o depoimento da ex-professora paroquial da Escola Dom Cesário, o curso era custeado pelo Frei Tomé, responsável pela paróquia e diretor da escola, em parceria com ilustres fiéis católicos, como era o caso de um dos únicos médicos do vizinho município de Imperatriz na época, Carlos Gomes de Amorim, visto na imagem a seguir. Assim pode-se dizer que as professoras das escolas Paroquiais Capuchinhas exerciam múltiplas funções que

⁹⁰ Se refere à ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes que no final de 2017 quando a entrevista com a ex-aluna da escola paroquial Nossa Senhora de Nazaré foi realizada, tinha 86 anos de idade e continuava sendo uma referência e respeitada pela comunidade do povoado Lagoa Verde.

⁹¹ Depoimento de ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes (2017).

Contudo, não foi encontrado nenhum registro de que essas professoras recebiam pagamento pelas demais funções que exerciam além do ensino. Após o curso prático de enfermagem, como o que foi oferecido na paróquia de João Lisboa, era esperado um melhor desempenho das professoras paroquiais também em outros projetos assistenciais existentes na paróquia, o que geralmente era alcançado.

[...]ele [frei Tomé] trouxe a professora de alto padrão, para dar o curso [de enfermagem] pra nós. Trouxe de São Paulo. Acho que era normalista e era enfermeira de alto padrão. Eram umas quinze alunas, [aprendemos] sobre o trabalho de parto e conhecimento sobre o sal do medicamento e cuidar porque vinha aqui para o interior, eu passava remédio pra criança, media pressão, suturava, aplicava vacina e cuidava da farmácia, ele [frei Tomé] tinha farmácia. [Eu] era catequista, e era professora primária da escola paroquial, eu mesmo dizia pra ele: Frei! tá na hora de deixar a farmácia, tá na hora de cuidar, tá na hora de deixar aqui, [e ir para a escola] os meninos(as) já estão aí[...], eu trabalhei muito, muito mesmo⁹³.

Nos municípios e povoados menores geralmente existia apenas uma escola Paroquial Capuchinha com estrutura simples funcionando com uma ou duas classes no sistema de ensino multisseriado sendo apenas uma única professora responsável. Assim, era oferecido à comunidade a alfabetização e as quatro primeiras séries do primário. Os alunos (as) atendidos pelas professoras paroquiais tinham entre sete e quatorze anos de idade.

No entanto, parece-nos que em municípios maiores como era o caso de Carolina, Imperatriz e Barra do Corda, nas escolas localizadas nas áreas urbanas destes municípios, a realidade vivenciada pelas professoras paroquiais era bem diferente, a começar pelas paróquias mais estruturadas que tinham escolas em melhores condições, tanto de prédio quanto no que se refere ao corpo docente, formado em alguns casos na sua maioria por professoras paroquiais normalistas.

A Escola Paroquial Santo Antônio de Pádua no município de Carolina pode ser citada como exemplo. Fundada em meados da década de 1950, já contava com dezessete professoras, sendo que apenas sete delas ainda não havia concluído o curso normal, mas estavam no último ano e pelo que tudo indica, a função delas se resumia ao ensino e à catequese na instituição que se dava em classes separadas. A escola que fazia parte da rede de instituições fundadas pelos freis lombardos era uma das maiores da prelazia de Carolina. Na lista a seguir, a direção da escola identificava cada professora e a sua formação.

As professoras da Escola Paroquial de Sto. Antonio de Padua em Carolina – MA.

⁹³ Depoimento de ex-professora paroquia, (2018).

- 1) Liége Vasconcellos Pereira – [normalistas formadas]
- 2) Swane Vasconcellos Japiassú
- 3) Maria do Socorro Rocha
- 4) Raimunda Feitosa
- 5) Francisca Campos
- 6) Isabel Costa da Cunha
- 7) Maria da Conceição Lima
- 8) Maria das Graças Siqueira
- 9) Nilze Rêgo Noleto
- 10) Maria do Carmo Pires

Leigas do III ano normal [normalistas em formação].

- 1) Maria José Duarte
- 2) Maria das Graças Mendes Rocha
- 3) Marínia Barbosa
- 4) Lucenir Oliveira Cruz
- 5) Luzia Tôres
- 6) Josefa Coêlho Correia
- 7) Hilda Leite Mota⁹⁴

Figura 23 - Prédio da Escola Paroquial Santo Antônio de Pádua fundada em 1955 pelos freis capuchinhos lombardos no município de Carolina, atual ECVC-Centro de Evangelização Dom Marcelino Torrér.



Fonte: A autora (2018).

O ensino nas escolas paroquiais dirigidas pelos freis capuchinhos lombardos era uma função exercida somente por mulheres, a não ser pela presença dos freis que frequentemente ministravam formações didáticas e religiosas para as professoras e na eventual falta de alguma delas, também atuavam em sala de aula. Nas dezenove escolas identificadas não existiam professores do sexo masculino. Assim sendo, nos depoimentos das professoras paroquiais entrevistadas dois fatores aparecem como motivação para que as mesmas iniciassem o magistério na instituição católica: o consideravam como sendo uma vocação e ainda a

⁹⁴ Lista de professoras da Escola Paroquial Santo Antônio de Pádua. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

necessidade de um trabalho, já que no interior do Maranhão nas décadas de 1960 e 1970 tanto nas zonas rurais como nas áreas urbanas as opções de emprego para mulheres eram mínimas.

Figura 24 - Catedral São Pedro de Alcântara em Carolina-MA, construída pelos freis capuchinhos lombardos no final da década de 1920 é localizada a cerca de trezentos metros da Escola Paroquial Santo Antonio de Pádua.



Fonte: A autora (2018).

No que se refere à prática pedagógica das professoras paroquiais das escolas capuchinhas, pode-se dizer que era baseada numa concepção tradicional de educação (GADOTTI, 2003; LUCKESI, 2011), onde a professora ocupava o centro do processo de ensino e aprendizagem e o relacionamento com os alunos (as) se dava a partir de um rígido esquema de disciplina e hierarquia. Nesse sentido, em sala de aula, ao mesmo tempo em que eram ensinadas as disciplinas de português, matemáticas, história do Brasil e geografia, deveriam ser ensinados diariamente os princípios da doutrina católica. A prática pedagógica das professoras estava relacionada com a busca do conhecimento de Deus, tendo como principal objetivo a formação dos alunos (as) nas virtudes religiosas que caracterizavam o católico praticante.

A rotina era muito boa, porque quem não crer em Deus não ver as ações que Ele faz no meio de nós, mas quem crer! Deus agia como se a gente fosse professoras formadas, coisas assim de Deus mesmo. A gente colocava as meninas mais inteligentes que já iam se desenvolvendo pra ajudar dentro da sala. Toda família era ligada naquela escola. Os pais, eles sempre falavam; aqui em casa sou eu o responsável, lá é você [...]. O dia era assim: as atividades eram feitas, porque eram juntas primeira, segunda conforme a condição do menino, era uma turma só pra todos, os primeiros passos era uma turma só pra todos, agora dentro daquela sala a gente colocava jovens que tinham desenvolvimento[para ajudar][...]. Eu chegava, a gente chegava, primeiro de tudo a gente formava a fila, de forma todo dia cantava o

hino nacional, isso era todo dia, depois entrava, sentava e todo mundo educado, ninguém bagunçava e orava o pai nosso, ave Maria, se cantava um cântico também. Primeira oração, aí eles se sentavam e a gente ia ver as tarefas de quem tava mais adiantado, de quem tava mais atrasado. Os mais adiantados, a gente passava no quadro alguma coisa pra eles, e os mais atrasados a gente fazia as tarefas, tudo no caderno pra eles fazer. Era de sete e meia a onze e meia⁹⁵.

Podemos perceber, a partir de uma ótica mais crítica, que a ex-professora paroquial entrevistada via o seu trabalho como uma missão que tinha como objetivo formar o bom cidadão católico, sendo a doutrina católica conforme ensinava os freis Capuchinhos Lombardos, a única capaz de proporcionar a salvação das almas, por isso o ensino religioso estava presente no cotidiano da sala de aula e deveria se sobressair sobre as outras disciplinas, ou seja, conforme a ex-professora paroquial afirmou, deveria vir em primeiro lugar, a primeira atividade do dia.

Assim sendo, as aulas de religião tinham uma carga horária maior, normalmente de meia hora de segunda a quinta feira e, na sexta feira uma hora, somando um total três horas semanais, “[...] durante a semana a gente dava a lição e na sexta a gente dava a revisão e religião. A escola servia de base pra firmar na religião, e como servia! Como firma!⁹⁶”. O civismo imposto com maior ênfase durante o regime militar também estava presente na escola paroquial em momentos como o de ordenar a fila para que os alunos (as) pudessem canta o hino nacional.

Em relação ao material didático utilizado pelas professoras paroquiais, além do catecismo, os freis capuchinhos lombardos também distribuíam cartilhas e livros, uma assistência constante que aliada à rigidez do ensino e à disciplina exigidos pelos religiosos, também as professoras faziam com que as escolas paroquiais em muitos municípios, mesmo tendo escolas públicas, as dirigidas pelos freis lombardos fossem mais procuradas.

Os primeiros tempos era ruim de livro, eles distribuíram uma cartilha[...] Dom Urubu, era uma história. Dom Urubu era preguiçoso e o outro era trabalhador[...]. Aí o livro Nosso Tesouro, também o ator eu não me lembro [era bom][...], a gente a partir do material, fazia o planejamento da aula, da didática. O que diferenciava a escola paroquial das outras era o material, porque nós aqui recebia muito material da paróquia. O frei Osvaldo trazia livros[...], eles [freis capuchinhos] estavam junto com a gente, [...] todas as professoras, acho que temia assim o frei e trabalhavam assim tudo direitinho, tinha que obedecer. Na escola paroquial era mais disciplinado e o estudo era efetivo, muito bem, porque todas as professoras cuidavam, era mais puxado do que na pública.

⁹⁵ Depoimento de ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes (2018).

⁹⁶ Idem.

3.3 Os alunos (as) da escola Paroquial Capuchinha: disciplina e imposição doutrinária para a formação do bom católico

De acordo com os documentos analisados, os registos escritos nos dispositivos oficiais da Ordem que trazem dados sobre o funcionamento e as características da escola Paroquial Capuchinha, as figuras até agora apresentadas que mostram cenas do cotidiano da instituição escolar católica e sua estrutura física, bem como os depoimentos das ex-professoras e ex-alunas (as) nos permitem ter um olhar mais apurado a respeito da realidade do período histórico, possibilitando-nos por meio das representações e práticas, mesmo que de forma aproximada, inferir sobre o público que era atendido por essa instituição escolar católica, que oferecia o ensino primário no interior do Maranhão,

Nesse sentido pode-se afirmar que a grande maioria dos alunos (as) atendidos nas escolas Paroquiais Capuchinhas vinha de famílias carentes. No entanto, essa instituição escolar era frequentada também por alunos (as) de origem social abastada, principalmente nos municípios mais distantes e negligenciados pelo poder público que nas décadas de 1960 e 1970 ainda não haviam sido contemplados de forma satisfatória pela ampliação da rede de escolas públicas (CRUZ, 2013; CUSTÓDIO, 2018). Entre os aspectos destacados pelas ex-alunas de escolas paroquiais entrevistadas, disciplina e rigidez eram o que diferenciava a escola paroquial da escola pública da época, sendo que a educação religiosa era o cerce da escola e do currículo adotado.

Tinha sim, [diferença entre a escola pública e a paroquial] porque eu estudei na pública e aí a condição da pública não era bagunçado, mais não tinha aquela autoridade como tinha na paroquial, por causa do padre e ele era muito rígido com as professoras, os alunos tinham que seguir o que ele falava. [A escola paroquial] era mais disciplinada do que mesmo a do município. [...]ele [frei capuchinho] falava sempre que a gente tinha que seguir a religião da gente[...], ele aconselhava a não sair da religião católica[...]⁹⁷.

Observou-se ainda que em algumas localidades, mesmo com a existência de escolas públicas, havia uma certa preferência por parte dos pais pela escola Paroquial Capuchinha devido principalmente à disciplina e à rigidez impostas no processo de ensino aprendizagem. Condições essas exigidas pelos freis Capuchinhos Lombardos, tanto dos alunos (as) quanto das professoras que deveriam seguir a risca as regras estabelecidas. Ao que tudo indica, a organização e o rigor nas escolas Paroquiais Capuchinhas atraíam as famílias mais prosperas financeiramente, que aparentemente viam essas condições como favoráveis a uma melhor

⁹⁷ Depoimento de ex-aluna paroquial, Maria de Jesus Martins Barros (2018).

aprendizagem, daí podemos inferir que tanto o número insuficiente de escolas públicas nos municípios escolhidos para a pesquisa e a insatisfação com a qualidade do ensino ofertado nas mesmas, quanto a representação de educação dos freis capuchinhos eram determinantes para que alunos (as) oriundos de diferentes condições sociais fossem atendidos.

[...]a gente [professora] tinha que obedecer aquele horário certo e estar lá [...], os dias de sábado a gente fazia planejamento, os dias de sábado para não estragar os dias das aulas e assim eu fazia meu planejamento e tinha meu caderninho que eu levava pra escola todo dia, o que era que eu ia dar e ele [frei] olhava também [...], era mais atendida [a escola paroquial] e todas as professoras, acho que temia assim o frei Tomé e trabalhavam assim tudo direitinho, tinha que obedecer [...]. Na escola paroquial era mais disciplinado e o estudo era efetivo, muito bem, porque todas as professoras cuidavam, era mais puxado do que na pública. O ensino era misto, mas era tudo separado na sala de aula. As moças adolescentes ficavam de um lado e os meninos do outro e também a roupa tinha que ser roupa comprida, pro dia sete, eu fiz o desfile da escola mais tinha que mostrar pra ele tudo, como era a roupa, não podia fazer nada sem a autorização dele [frei Tomé]. A roupa dos esportes tinha que mostrar pra ele, se fosse curta demais ele não aceitava. Aí a gente formava esses alunos e aí a escola paroquial encheu porque a escola municipal lá não era de muita fé, não era assim muita coisa, aí a escola paroquial era cheia [...]. Os pais pagavam uma taxa e a paróquia pagava a outra parte. Não me lembro quanto ganhava, eu sei que era melhor do que o município⁹⁸.

Chama-nos atenção, a partir dos depoimentos da ex-professora e da ex-aluna entrevistadas, sobre o tipo de uniforme exigido nas datas comemorativas e a obrigatoriedade do mesmo para se ter acesso à instituição durante todo o ano letivo, levando-nos a questionar como as famílias carentes tinham condições de manter os filhos, que geralmente eram em grande quantidade, estudando na escola Paroquial Capuchinha. Não se sabe ao certo, se nesse caso era cobrado uma taxa somente dos pais que tinham condições de pagar ou se havia doações de uniformes e de livros para os mais carentes. No que se refere ao uso do uniforme, também não foi possível definir se nas escolas da zona rural a exigência era a mesma das escolas paroquias localizadas nas áreas urbanas.

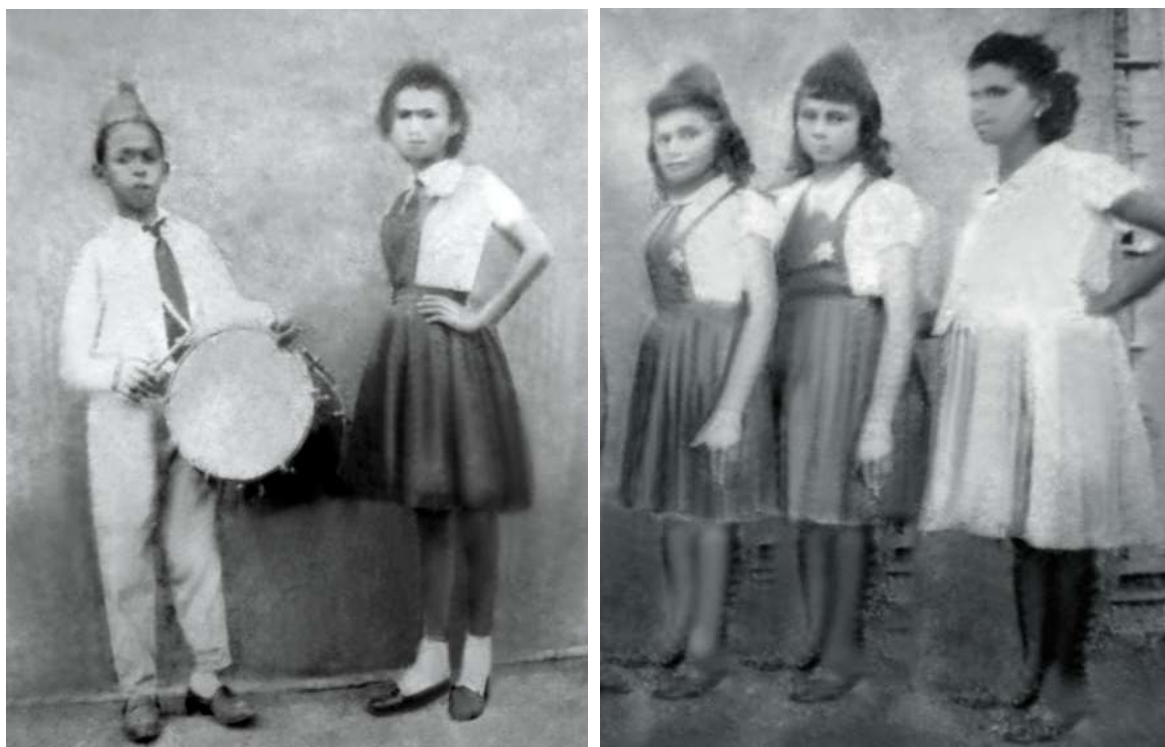
O uniforme eu não gostava muito não, mas amava o estudo e tinha que participar com o uniforme. O uniforme era saia verde, pra mulher, saia verde e a blusa branca, punho dobrado com a seta indicando a série que a gente estudava e na frente tinha um peitoral igual um avental de lavar roupa com suspensol [suspensório]. Aquele suspensol a todo momento era caindo e se tirasse o suspensol o padre disciplinava. A disciplina era em pé, era de joelho era do jeito que ele mandasse fazer, tinha que fazer. [...]no momento do recreio tinha as brincadeiras das meninas eram separadas da dos meninos, se ele [frei Tomé] visse qualquer aluno masculino no meio das meninas, ele usava assim, uma peça de madeira, um cipozinho e batia neles, tinha que sair rápido, os pais achavam era bom⁹⁹.

⁹⁸ Depoimento de ex-professora paroquial Maria de Jesus Martins Barros (2018).

⁹⁹ Depoimento de ex-aluna de escola paroquial Maria Alzenir Rodrigues (2018).

Pode-se dizer, que o ensino com fins religioso e a rígida disciplina com o consentimento dos pais, era evidente por toda a “[...] extensa e articulada rede de escolas paroquiais [...]” (DALLABRIDA, 2011, p. 80), sendo que nas dezenove escolas identificadas eram atendidos anualmente, mais de dois mil e quinhentos alunos (as) no ensino primário que deveriam estar sujeitos ao rígido controle de comportamento imposto pelos religiosos italianos.

Figura 25 - Alunos (as) da Escola Paroquial Dom Cesário, e a professora paroquial Maria de Jesus Martins Barros prontos para o desfile do sete de setembro vestidos com uniformes aprovados pelo frei capuchinho responsável pela paróquia de João Lisboa e pela escola (1960).



Fonte: Arquivo particular da ex-professora paroquial

Nessa perspectiva, a escola Paroquial Capuchinha ao atender aluno (as) das mais diversas origens sociais como será mostrado mais adiante, utilizava estratégias de imposição com o objetivo de criar no espaço escolar e consequentemente no espaço não escolar, por meio da apropriação de ritos religiosos praticados desde cedo, como a reza, ir à missa, o batismo, a primeira comunhão dentre outros, uma cultura impregnada de valores católicos que tinham como objetivo final inculcar, firmar esses ensinamentos a ponto de garantir a formação do católico praticante, ou seja, do bom católico, considerado como aquele que mesmo diante das investidas dos protestantismo e de outras religiões não se desviava dos ensinamento recebidos.

Além de estarem sujeitos a essas imposições, os alunos (as) vivenciavam no espaço escolar em sintonia com a doutrinação na fé católica nas décadas de 1960 e 1970 os valores patrióticos e nacionalistas propagados pelo regime militar, valores esses que de certa forma contribuíam para o disciplinamento e a obediência (VASCONCELOS, 2009).

Nesse sentido, as festas cívicas e religiosas eram comemoradas de modo a envolver toda a comunidade na qual a escola paroquial estava inserida, por isso os alunos (as) além de serem participantes ativos das missas, festejos e outras festas religiosas promovidas pelas paróquias, eram incentivados a comemorarem com empenho datas comemorativas como o sete de setembro, onde os freis lombardos apesar de serem italianos, segundo depoimentos de ex-professoras entrevistadas, faziam questão de ressaltar a importância da realização das festas cívicas, momento em que toda a comunidade se reunia para prestigiar.

Ele [frei capuchinho] gostava tanto! ele não era brasileiro, era italiano, mais ele gostava tanto do sete de setembro. No dia sete de setembro ave Maria! Ele adorou, ele comprou as coisas, as baterias, comprou tudo e as roupas eu que criava aí ele tinha que ver tudinho, elas [alunas] vestidas pra ver o tamanho, não sai de saia bem curtinha não e tudo tinha short [por baixo da saia]. Todo ano tinha desfile, ele trouxe da Itália um fone me deu, eu pedia o povo pra sair da pista pra poder passar o desfile, o povo obedecia. Aí fazia parada, nenhum aluno (a) saía da fila, eu era rigorosa também, eles obedeciam, olha é só lá na parada, na porta de seu Valentim que ainda hoje é vivo. Você não pode ficar tomando água, a sua mãe lhe dando água, você aguenta todo dia, só naquele dia que você precisa tomar refrigerante desfilando? Num pode! Tinha um lugar na parada que os pais podem lhe dar, tinha o lanche, tinha o refrigerante, aí pode ser atendido tinha meia hora pra isso, aí o desfile continuava, aí eles gostavam tanto, me davam espaço e todo mundo, era muita gente que acompanhava. No dia do sete de setembro, ele [frei Tomé] celebrava a missa, finalizava com a missa. Era de manhã o desfile, aí quando terminava, negócio de 10 horas, a missa. Bandeira do Brasil bem na frente e ele celebrava a missa com todos os alunos (as) e o povo. Eu gostava de ser professora da escola paroquial[...] ¹⁰⁰.

Assim, como pode ser visto no depoimento da ex-professora as festas cívicas realizadas nos municípios e povoados do interior do Maranhão, também contribuíam para o disciplinamento dos alunos (as), aspecto tão valorizado pela escola Paroquial Capuchinha. Chamo-nos atenção ainda que a finalização do desfile do sete de setembro se dava na igreja, com a celebração da missa sendo que a bandeira do Brasil ocupava lugar de destaque, ou seja, o civismo e o amor à pátria serviam como aliados à escola que tinha o papel de inculcar a doutrina católica desde a infância.

A mesma empolgação e empenho eram vistos também nas festas da paróquia que contavam com a participação tanto das professoras quanto dos alunos (as). “[...]. Quando

¹⁰⁰ Depoimento de ex-professora paroquial Maria Alzenir Rodrigues (2018).

tinha festejo uma [professora] tomava conta do leilão, tomava conta de vender alguma coisa, participava[...].

A escola organizava sim [participações nas festas religiosas], a gente fazia até, assim drama, né da morte de Jesus a gente fazia. Ficava muito bonito, nessa época, na época da semana santa, tudo a gente ensaiava. Quando vinha a visita do bispo a escola também participava¹⁰¹.

Figura 26 - Em frente à igreja no povoado Lagoa Verde, os alunos (as) da Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré começam a se organizar para o início do desfile do sete de setembro, 1966.



Fonte: Arquivo particular da ex-professora paroquial Almerinda Pereira Nunes.

Ao que tudo indica, tanto a organização quanto a rigidez marcaram a experiência das ex-professoras e ex-alunas, já que esses dois aspectos foram comentados por todas as entrevistadas. No que se refere a presença dos freis lombardos em sala de aula, uma das ex-alunas em seu depoimento afirmou que o nível de exigência nessas ocasiões, em relação ao comportamento da classe, era ainda maior, mas ressalta que a aula ministrada pelo frei era melhor do que a da professora paroquial.

[...] quando a professora faltava o padre (frei Tomé) mesmo dava aula. Tinha que ter aula, agora só que quando ele vinha a gente ficava muito atenta. Ele era rígido, mais de que a professora, se a gente ficasse de lado com a amiga e olhasse e fosse virar pra conversar, quando espantava ele já pegava aquele cordão que usava e jogava na gente e espantava, não podia conversar não. Ele ensinava a matéria melhor de que a

¹⁰¹ Depoimento da ex-aluna da escola paroquial capuchinha Maria Alzenir Rodrigues (2018).

professora e quando era pra sair também se fizesse bagunça era do jeito dele [ficava de castigo]¹⁰².

Nesse sentido, formar um cidadão católico[...] e disciplinado, constituía o principal objetivo dessa escola, ” (VASCONCELOS, 2009, p. 8) para que ao longo de sua existência, não sofresse influência de doutrinas opostas, consideradas pelos religiosos italianos “heréticas e maléficas para o povo¹⁰³”. No espaço da escola, os alunos (as) matriculados ouviam as advertências dos freis italianos sobre a importância de permanecer na fé católica, considerada a única verdadeira e capaz de salvar a alma, conforme o depoimento de uma das ex-alunas entrevistadas: “[...] ele [frei capuchinho] falava sempre que a gente tinha que seguir a religião da gente, eles [protestantes] seguiam da maneira deles e a gente a da gente[...], ele aconselhava a não sair da religião católica¹⁰⁴. ”

Nas décadas de 1960 e 1970 os alunos (as) tinham aulas de acordo com o programa oficial do Estado do Maranhão para o ensino primário; aulas de matemática, português, história, geografia, ciências, religião, lições de formação cívica e higiene e lições de iniciação ao trabalho. Entretanto, a matéria de religião se sobressaía às demais, principalmente em relação à carga horária, já que era diária¹⁰⁵. A doutrina católica permeava toda a prática pedagógica das professoras paroquiais de modo que os alunos (as) ao mesmo tempo que aprendiam a ler e a escrever também decoravam as orações e estudavam o catecismo. Orações que até hoje as ex-alunas trazem na memória, “[...] memória que confere ao tempo uma extensão maior, esforçando-se em eternizar o passado, como se pode observar em lembranças do ritmo de um ritual. ” (CANDAU, 2014, p. 88).

Nessa perspectiva entende-se que a rotina das aulas e a memorização de rezas e cânticos pode ser comparada a um ritual que tinha como objetivo inculcar nos alunos (as) a doutrina católica, objetivo esse em muitos casos alcançado como pode ser constatado no depoimento a seguir de uma ex-aluna da Escola Paroquial Nossa Senhora da Conceição.

A escola ajudou para que eu me tornasse uma católica. Eu já nasci no catolicismo mesmo, não pretendo sair, ficar mesmo na minha religião, muito bom. A escola foi

¹⁰² Depoimento de ex-aluna da escola paroquial capuchinha (*Ibid.*, 2018).

¹⁰³ Nos relatórios anuais dos freis capuchinhos lombardos para os seus superiores (1950-1970) constantemente o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria são considerados pelos religiosos seitas heréticas que só causam mal ao povo.

¹⁰⁴ Depoimento de ex-aluna da escola paroquial capuchinha, (2018).

¹⁰⁵ Em algumas escolas as aulas de religião eram ministradas somente na sexta feira. No entanto, diariamente no início de cada aula, os alunos (as) aprendiam, a rezar, sobre o amor a Deus e a doutrina católica, o que se configura aula de religião diariamente, somando uma carga horária semanal maior que as outras disciplinas.

uma boa base, nesse tempo tinha que fazer o catecismo, a primeira comunhão, era muito bonita tinha que fazer a crisma também.¹⁰⁶

Figura 27 – O frei capuchinho Marcelino Sérgio Bícego, (Bispo da Prelazia de Carolina) ministrando a 1ª eucaristia a uma criança na Catedral de São Pedro (1970).



Fonte: <https://freirodrigodearaujo.blogspot.com/2012/10/registros-historicos-400-anos-da.html>

Ainda sobre o currículo da escola, parece-nos que as lições de iniciação ao trabalho principalmente nas escolas da zona rural, eram um dos momentos menos apreciados pelos alunos (as) que apresentavam certa resistência na realização das atividades propostas, dentre as quais os serviços de limpeza do prédio da escola e do pátio da igreja. A realização dessas atividades por parte dos alunos evitava o aumento das despesas com a contratação de mão de obra para esse tipo de serviço conforme recorda uma das ex-professoras paroquiais em seu depoimento.

Alguns alunos (as) eram contra fazer a limpeza da escola, mais ele [frei capuchinho] falava porque não tinha com que pagar. Cada dia, eles [alunos] não ficava por conta deles, cada dia ficava uma professora, eu fiquei não era todo dia aquela turma, cada dia era três, quatro sempre era limpinho lá. Aí limpava banheiro, varria as salas em cima em baixo, era ligeiro.

¹⁰⁶ Depoimento da ex-aluna de escola paroquial capuchinha Maria da paz Gomes Lopes (2018).

Sobre o assunto, o depoimento de uma ex-aluna revela que as lições de iniciação ao trabalho na Escola Paroquial Dom Cesário se resumiam na ajuda com a limpeza do espaço escolar e da igreja.

Tinha atividade na igreja que tinha que participar, como bem ajudar na limpeza do pátio, na igreja também pra limpar tinha que ser os alunos, pra deixar já no ponto se tivesse celebração à noite, à tarde tinha que deixar limpo pra ficar já no ponto da celebração. [...] tinha as quartas feiras a gente ia a paisano, não ia fardado pra ajudar o padre na limpeza do pátio.

As escolas Paroquiais Capuchinhas, normalmente funcionavam no salão paroquial ou em outro espaço anexo à igreja, algumas no interior da própria igreja ou capela. O início do ano letivo era geralmente no mês de fevereiro, sendo as aulas divididas em uma carga horária diária de quatro horas, com férias no mês de julho como previa o programa oficial do estado. As lições de iniciação ao trabalho que faziam parte do currículo escolar se davam por meio de atividades coordenadas pelos freis capuchinhos diretores das escolas e pelas professoras paroquiais.

Nas paróquias mais estruturadas como a de Carolina, os capuchinhos fundaram também uma escola de artes industriais; ou seja, mais uma vez os empreendimentos educacionais dos freis italianos se adequavam às reformas do ensino de 1º e 2º graus, nesse caso à Lei n. 5692/1971 que tinha por objetivo geral proporcionar a formação e preparação para o trabalho e para o “exercício consciente da cidadania” (DAVIES, 2010).

Quadro 7 - O currículo da Escola Paroquial Capuchinha nas décadas de 1960 e 1970.

Matérias						
Português	História	Geografia	Ciências	Religião: -Catecismo; -Rezas; -Cânticos; -Aulas para a primeira comunhão.	Lições de formação cívica e higiene	Lições de iniciação ao trabalho

Fonte: Plano de ensino da escola e atestados de funcionamento encaminhados ao Fundo de Educação de ensino do Estado. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Entretanto, nos municípios e povoados do interior do Maranhão, mais precisamente nas comunidades rurais onde existia uma maior concentração de famílias de agricultores, o ano letivo nas escolas Paroquiais Capuchinhas era diferente das escolas primárias que funcionavam em paróquias das áreas urbanas e das escolas primárias da rede pública. A

mudança se dava por conta do período de férias dos alunos (as) que sempre ocorria no mês da “panha do arroz” no mês de abril. Apesar da diversidade na origem social dos alunos (as) atendidos na instituição católica, por ser considerada pelos pais uma escola melhor, ainda assim a grande maioria vinha de famílias numerosas que tinham como fonte de renda a agricultura, por isso a ajuda dos filhos no período da colheita do arroz, por exemplo, era fundamental.

Franklin (2008), afirma que nas décadas de 1960 e 1970 na região centro-oeste do Maranhão onde estavam localizados municípios como João Lisboa, Montes Altos, Amarante, Porto Franco e Imperatriz, o arroz era o principal produto agrícola comercializado.

Logo as famílias migrantes ocuparam a região [que] margeavam o rio Tocantins[...], e plantando arroz, feijão, milho mandioca, favas e outros gêneros de seu consumo e de fácil comércio. A partir de 1960, Imperatriz começa a consolidar-se como novo polo econômico regional, pela força de sua produção e comercialização agrícola, sobretudo do arroz, que se destaca pela abundante produção[...], e pela facilidade de transporte de Imperatriz para outras regiões, após a inauguração da Rodovia Belém-Brasília. (FRANKLIN, 2008, pp. 127-132)

Esse era o caso do Povoado Lagoa Verde, localizado no município de Imperatriz. A comunidade era formada por pequenos produtores, que na época da colheita do principal cereal, retiravam os filhos da Escola Paroquial Nossa Senhora de Nazaré para ajudarem na roça, como bem lembra a ex-aluna da instituição.

Quando tinha as nossas férias era na época das panha do arroz, porque todo mundo tinha roça, aí quando chegava aquela época aí ela [professora paroquial] dava as férias nas panha do arroz. Não era em julho não, era na época das panha do arroz, porque os pais tudo iam pra roça, aí nós tinha que acompanhar. Aí ela [professora paroquial] dizia, olha tal dia era pra vim pra começar as aulas, aí os pais ficavam com os filhos pra lá e quando tava pertinho trazia¹⁰⁷.

Como pode ser visto, o trabalho infantil em comunidades rurais na época, geralmente se constituía “[...] parte importante da produção familiar, aparecendo como necessário e natural. [...] o trabalho normalmente aparec[ia] como um valor associado à honra; ele transforma[va] meninos em homens e meninas em mulheres, possuindo um caráter educativo e disciplinador” (VASCONCELOS, 2009, pp. 128-129).

Parece-nos que a representação de trabalho dos freis Capuchinhos Lombardos não divergia muito da dos pais, pois em nenhum dos documentos analisados encontramos discursos contrários a essa prática, que aparentemente era tida como natural no interior do

¹⁰⁷ Depoimento da ex-aluna de escola paroquial capuchinha Maria da paz Gomes Lopes (2018).

estado nas décadas de 1960 e 1970 e como já explicado, os próprios freis coordenavam atividades nas paróquias onde as crianças ajudavam nos trabalhos de limpeza da escola e da igreja.

Figura 28 - Freis Capuchinhos Lombardos¹⁰⁸ responsáveis pelas paróquias e desobrigas no interior do Maranhão (1960-1970). Como parte do trabalho missionário estava a abertura de escolas paroquiais nas Prelazias de São José do Grajau e de Carolina.



Fonte: <https://freirodrigodearaujo.blogspot.com/2012/10/registros-historicos-400-anos-da.html>

A partir do contexto socioeconômico exposto é possível que diante da grande quantidade de alunos (as) filhos de lavradores, se as escolas paroquiais localizadas nas zonas rurais não se adequassem à realidade dessas famílias que sobreviviam de atividades agrícolas poderiam deixar de ofertar o ensino primário e a catequese que era a principal finalidade dessa instituição escolar. Na escola paroquial do município de João Lisboa, por exemplo, a porcentagem de pais que tinha a profissão de lavrador era maior do que todas as outras, no ano letivo de 1968, como pode ser visto no quadro a seguir.

¹⁰⁸ Da esquerda para direita, frei Gil, frei Ângelo, frei Elias, frei Tranquilino, frei Epifânio D'Abadia (sentado de óculos), ao lado de frei Osvaldo Coronini (sentado), o bispo dom Cesário e outros. Foto feita no pátio da Casa Paroquial de Santa Teresa na década de 1960.

Quadro 8 - Profissões dos pais dos alunos (as) da Escola Paroquial Dom Cesário, 1968.

Profissão	Ano	Número de pais	%
Carpinteiro	1968	14	4,88%
Comerciante	-	46	16,03%
Eletricista	-	1	0,35%
Oficial	-	1	0,35%
Açougueiro	-	4	1,39%
Lavrador	-	92	32,06%
Pedreiro	-	13	4,53%
Domestica	-	38	13,24%
Enfermeiro (a)	-	1	0,35%
Criador	-	3	1,05%
Costureira	-	2	0,70%
Marceneiro	-	6	2,09%
Chofer	-	1	0,35%
Maleiro	-	2	0,70%
Aux. De. Laboratório	-	1	0,35%
Ourives	-	1	0,35%
Contador	-	2	0,70%
Sapateiro	-	5	1,74%
Agrimensor	-	2	0,70%
Borracheiro	-	2	0,70%
Fiscal	-	2	0,70%
Motorista	-	9	3,14%
Ferreiro	-	1	0,35%
Dono de Hotel	-	2	0,70%
Engenheiro	-	1	0,35%
Ferradeiro	-	1	0,35%
Delegado	-	3	1,05%
Func. Público	-	1	0,35%
Mecânico	-	4	1,39%
Escriturário	-	1	0,35%
Func. Câmara	-	2	0,70%
Emp. F.A.B.	-	1	0,35%
Joalheiro	-	1	0,35%
Ambulante	-	1	0,35%
Func. S.E.S.P.	-	1	0,35%
Tijoleiro	-	1	0,35%
Fazendeiro	-	2	0,70%
Func. CEM	-	1	0,35%
Tropeiro	-	1	0,35%
Lavadeira	-	2	0,70%
Alfaiate	-	2	0,70%
Relojoeiro	-	1	0,35%
Funcionário	-	1	0,35%
Barbeiro	-	1	0,35%
Fluvial	-	1	0,35%
Parteira	-	1	0,35%
Prefeito	-	1	0,35%
		287	100,00%

Fonte: Lista dos alunos (as) matriculados do jardim à 5ª série do ensino primário, e seus respectivos pais e a profissão dos mesmos no ano de 1968. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

Pode-se perceber a partir do quadro, que existia uma grande variedade nas profissões dos pais, registradas nas listas encontradas dos alunos (as) matriculados na instituição católica. No entanto é visível que os filhos dos lavradores se sobressaíam se comparado com o número de pais que tinham outras profissões. Pode-se dizer que 32, 06% dos alunos (as) matriculados vinham de famílias carentes que sobreviviam da agricultura. Entretanto, diferente da escola paroquial do povoado Lagoa Verde, apesar da rotina da escola primária da paróquia de João Lisboa também ser afetada durante a colheita do arroz, não havia mudança no calendário letivo, como relata uma das ex-professoras da instituição. Segundo a mesma, “[...] muitos alunos deixavam de frequentar a escola na época de colher o arroz para ajudar os pais, mas quando voltavam a gente aceitava [...].”

Nesse sentido, acredita-se que nas décadas de 1960 e 1970 fatores como o aumento da população em decorrência da construção da rodovia Belém-Brasília contribuiu para que grande parte dos municípios do interior do Maranhão, localizados no território das prelazias de Grajaú e de Carolina, que já tinham uma economia predominantemente agrícola aumentasse a produção, e assim de um jeito ou de outro, alterou a realidade de muitas escolas Paroquiais Capuchinhas.

Desse modo, seja no caso da escola Nossa Senhora da Conceição inserida num povoado rural ou da Escola Dom Cesário localizada na área urbana, podemos perceber que o contexto econômico-social influenciava diretamente no funcionamento dessas instituições escolares. No entanto, tudo indica que a permanência do calendário escolar da escola do município de João Lisboa se dava por causa do atendimento aos filhos de famílias que não estavam ligadas às atividades rurais.

Conforme demonstrado no quadro, 16, 03% dos pais eram comerciantes e 13, 24% dos alunos (as) tinham mães domésticas; se acrescentarmos os pais que exerciam outras profissões tipicamente urbanas como por exemplo, a de mecânico 1,39%, funcionários da câmara 0,70% e de outras repartições públicas, motorista 3,14%, dono de hotel 0,70% e por fim até os filhos do prefeito¹⁰⁹ 0,35% que estudavam na Escola Paroquial Dom Cesário, pode-se dizer que mesmo tendo um número maior de alunos (as) filhos de lavradores, esses fatores contribuíram para que as férias continuassem no mês de julho e não em abril como na maioria das escolas paroquiais das zonas rurais, o que certamente ocasionava prejuízos na aprendizagem dos

¹⁰⁹ No ano de 1968, o então prefeito do município de João Lisboa era Jorge Lopes de Sousa.

alunos (as) que se afastavam para ajudar os pais na época da colheita do arroz. Conforme pontua Franklin, (2008) além da criação bovina, o cereal era um dos produtos agrícolas mais cultivados na região centro oeste do Maranhão onde se localizam os municípios.

Os registros sobre as matrículas nas escolas Paroquiais Capuchinhas, encontrados nos dispositivos selecionados para análise não foram suficientes para que pudéssemos inferir se os filhos (as) de famílias que sobreviviam da agricultura permaneciam menos tempo na escola que os filhos das famílias com melhores condições financeiras, ou se todos os alunos (as) que tinham que ajudar os pais na época da colheita do arroz retomavam os estudos. Assim, não se sabe qual era o índice de evasão nas escolas paroquiais que funcionavam no período; entretanto, o retorno dos alunos (as), depois de um período tão longo¹¹⁰ às escolas que não mudavam o mês de férias, como relatado pela ex-professora paroquial, parece não condizer com a exigência e a disciplina exigidas nas instituições primárias que eram dirigidas pelos freis lombardos.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que não apenas os alunos (as) oriundos de famílias carentes frequentavam as escolas Paroquiais Capuchinhas, mas apesar do funcionamento de escolas públicas em municípios como Barra do Corda, Imperatriz, João Lisboa, Porto Franco, Amarante e Carolina (FERNANDES, 2003; CRUZ, 2013; CUSTÓDIO, 2018), muitos pais preferiam a escola paroquial ou a “escola dos freis” como eram chamadas.

Pode-se dizer ainda, que apesar de uma ou outra instituição católica cobrar taxa dos pais para ajudar nas despesas, na grande maioria das escolas Paroquiais Capuchinhas mapeadas, o ensino era gratuito pois as instituições recebiam subvenções dos governos estaduais e municipais. Como já explicado, tais governos se apoiavam nos empreendimentos educacionais dos freis lombardos, por causa de uma rede pública de ensino deficitária que não atendia a demanda por educação no interior do estado, com isso acabavam contribuindo com a continuidade ainda nas décadas de 1960 e 1970 com o funcionamento das escolas Paroquiais Capuchinhas, espaços de doutrinação e fortalecimento do catolicismo, diante do avanço de outras religiões como o protestantismo que representava uma das maiores preocupações dos religiosos italianos nas áreas de missões, segundo os registros nos dispositivos analisados.

Contudo, chama-nos atenção que em inúmeros relatos os religiosos expressavam aos seus superiores suas decepções com a falta de católicos praticantes, apesar das ações sociais a

¹¹⁰ A colheita do arroz no interior do Maranhão começava no início de abril e as vezes se estendia até meados do mês de março. Os filhos de lavradores que plantavam esse cereal, chegavam a ficar até um mês e meio fora da escola para ajudar seus pais.

anos desenvolvidas e das missões ambulantes aos povoados mais distantes e muitas vezes de difícil acesso que tornavam a vida dos missionários católicos ainda mais difícil.

A vida de pobreza é o que o padre do interior mais vive e pratica.

- Vivo em casa de taipa;
- Come-se carne duas vezes por semana;
- Viajo sete meses por ano montado num burro debaixo dum sol quente e caindo na lama, muitas vezes apanhando chuva;
- No comercio local há falta de tudo; macarrões, verduras, doces etc.
- E enfim há uma pobreza intelectual. Vive-se entre gente atrasada. É difícil encontrar uma pessoa que tenha feito o Ginásio. Eis a nossa pobreza, acho que talvez, São Francisco a tenha vivido. Também se temos algum dinheiro, não é nosso, é tudo gasto em obras sociais e da paróquia.

A maioria do povo é católico só de nome, porque foram batizados (sacramentalizados). [...]. Os outros não tem religião: são macumbeiros, ou espiritas, ou simpatizantes ao protestantismo. É nossa convicção firme, baseada numa experiência de 10 anos de desobriga, que a salvação do nosso catolicismo do interior é o fumo, dança, cachaça[...]. O povo[...] acha vantagem no protestantismo porque ele ilude garantindo a salvação eterna e apresenta externamente uma vida melhor dos seus adeptos[...]¹¹¹.

Apesar das queixas do religioso, que se mostra desgostoso com o avanço do protestantismo e decepcionado com a falta de católicos praticantes da doutrina, mesmo com anos de obras sociais e missões ambulantes que tinham como objetivo o fortalecimento do catolicismo e evitar a perda de fiéis, foi a época que registrou o maior número de escolas paroquiais em funcionamento nos municípios do interior do Maranhão como se dissertou na sessão anterior. Tudo indica que a abertura dessas instituições continuava sendo vista pelos freis italianos como uma das estratégias de imposição mais eficazes para a inculcação de valores morais e cristãos desde a infância, sempre na expectativa de formar o bom católico.

¹¹¹ Relatório da casa paroquial de Coquelândia (1970) escrito pelo frei capuchinho Osvaldo Coronini. Arquivo da Província Capuchinha Nossa Senhora do Carmo.

4 Considerações finais

A criação de uma rede de escolas Paroquiais Capuchinhas nos municípios do interior do Maranhão está relacionada com o fim da missão de civilização e catequização dos índios que se tornou inviável após a revolta dos povos indígenas (1901) e com o fortalecimento do catolicismo que a partir da década de 1920 passou a enfrentar a ação de missionários estrangeiros de outras religiões. Assim como os freis lombardos, que oriundos da Itália, chegaram ao Maranhão inicialmente para “civilizar” e catequizar os índios, seus opositores chegavam dos Estados Unidos e de diversos países da Europa para darem início a ações de evangelização com base na doutrina reformada, que contrariava os ensinamentos da fé católica.

Com o início de o que se pode chamar de projeto missionário-educativo, os freis lombardos, diante dos altos índices de analfabetismo nos municípios e povoados localizados nas áreas de missões e da ação protestante, decidiram como parte da ação pedagógica da Ordem investir no ensino primário ofertado em escolas fundadas nas paróquias e capelas.

A ação pedagógica dos freis capuchinhos pode ser identificada tanto no ensino religioso em sala de aula, nas eventuais faltas das professoras paroquiais, quanto na seleção e formação religiosa dessas professoras que ocorria de forma continuada no decorrer do ano letivo e ainda, no período de férias com cursos ofertados na capital do estado, tanto no que se refere à didática geral quanto à preparação específica para melhor se trabalhar o catecismo.

O avanço do protestantismo nas áreas de missões fez aumentar a preocupação e o empenho dos lombardos em garantir um ensino religioso consistente a crianças e adolescentes, filhos (as) dos fiéis católicos, baseado na representação de religião dos mesmos que determinava suas práticas. Os valores cristãos eram considerados capazes de garantir a formação do católico praticante e só assim poderia resistir as doutrinas consideradas falsas e maléficas para o povo. Esse era o foco da ação pedagógica dos freis lombardos.

As escolas Paroquiais Capuchinhas mantidas por meio de doações dos fies católicos, em raros casos com a cobrança de taxa dos pais e, principalmente, com o apoio dos governos estaduais e municipais, que destinavam parte dos recursos dos cofres públicos para o ensino primário a essas instituições religiosas, começaram a ser abertas em poucas unidades; mas à medida que o protestantismo progredia e ainda em decorrência do aumento populacional a partir da década de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília, chegaram a formar uma rede de dezenove escolas somente nos municípios de Barra do Corda, Porto Franco, Amarante, João Lisboa, Imperatriz e Carolina, alcançando-se no período compreendido entre

o início da década de 1960 ao final da década de 1970, o momento de maior expansão onde foram atendidos mais de dois mil e quatrocentos alunos (as) por ano.

Além dos filhos de famílias pobres em função da disciplina e do ensino religioso com base nos valores cristãos católicos, as escolas Paroquiais Capuchinhas eram consideradas no período melhores que as escolas públicas e por isso bastante procuradas por famílias de maior poder aquisitivo, principalmente nas paróquias mais estruturadas como as dos municípios de Carolina, Imperatriz e João Lisboa. Além disso, o currículo adotado pelas escolas primárias dirigidas pelos freis lombardos, apesar de privilegiar o ensino religioso ministrado todos os dias, atendia a exigência da legislação educacional vigente que previa um ensino voltado para o exercício da cidadania e do trabalho mesmo no ensino primário. Assim, tanto as festas religiosas quanto as festas cívicas, como o Sete de Setembro eram comemoradas com empenho pelos alunos (as), que constantemente eram envolvidos pelas professoras e pelo frei capuchinho diretor da instituição nos festejos e nas celebrações da paróquia.

É importante ressaltar ainda, que apesar de existirem escolas paroquiais bem estruturadas em algumas paróquias do interior do Maranhão, a maioria dessas instituições religiosas possuía uma estrutura simples e eram regidas por um único estatuto com raríssimas mudanças de uma escola para outra. O estatuto determinava desde a finalidade da escola, dos cursos e exames, a disciplina escolar e deveria ser seguido a risca por alunos (as) e professoras paroquiais. O ensino primário, geralmente do jardim ao quarto ou ao quinto ano, era oferecido tanto em classes mistas no sistema multisseriado, como em classes mistas de acordo com cada série, com uma professora paroquial por turma, sendo que em algumas instituições o ensino era ministrado por professoras leigas e em outras por professoras normalistas. As aulas ocorriam nos turnos matutino e vespertino em pouquíssimos casos com a alfabetização no período noturno para adultos.

O ensino era ministrado somente por mulheres, a não ser pelas aulas ministradas pelos próprios freis lombardos que em alguns momentos substituíam as professoras paroquiais quando faltavam. A seleção das professoras era feita pelos religiosos, geralmente eram “moças de família” e o principal critério para que fossem aceitas era serem católicas praticantes da doutrina. A função da professora paroquial ia muito além da sala de aula, se tornando uma referência de moral e uma representante da fé católica, principalmente nos locais da zona rural onde a presença dos freis lombardos não era tão constante. Apenas uma das ex-professoras paroquiais entrevistadas, não associou a função que exercia ao sacerdócio; outras duas ainda hoje acreditam que o ensino na escola Paroquial Capuchinha era uma missão a ser cumprida, e o trabalho que desenvolveram durante anos serviu para fazer dos

alunos (as) bons católicos. Em seus depoimentos afirmaram que amigas de trabalho da época em que exerceram o magistério na instituição católica seguiram para o convento e se tornaram freiras.

As duas ex-alunas de escolas paroquiais entrevistadas, uma da zona rural e outra da zona urbana, além de dados referentes às profissões dos pais de alunos (as) matriculados em uma das instituições, apontam para uma adequação das escolas localizadas nas zonas rurais à realidade sócio econômica da maioria das famílias que trabalhavam na agricultura e precisavam da ajuda dos filhos (as) no período da colheita do arroz na região centro oeste do estado do Maranhão, onde estavam localizadas boa parte das escolas mapeadas. No entanto, não foi possível, por falta de dados, indicar o índice de evasão e tantas outras especificidades das escolas Paroquiais Capuchinhas, que geralmente apareciam misturadas a outros assuntos nos relatórios das obras sociais desenvolvidas no campo missionário.

No decorrer do trabalho a tarefa de garimpar fontes documentais escritas não foi fácil sendo que de algumas instituições mapeadas, foram identificados apenas o nome, a quantidade de alunos (as) matriculados em determinado ano e a paróquia em que funcionavam, outras aproveitamos apenas pequenas referências com poucas informações relevantes. Localizar e coletar os relatos das ex-professoras e ex-alunas, além da transcrição de cada fala, também se mostrou um trabalho árduo, porém indispensável para uma melhor compreensão do objeto e da realidade social do período assim como do espaço e do cotidiano das escolas paroquiais, bem como das estratégias utilizadas pelos freis lombardos.

Assim, as entrevistas com as três ex-professoras paroquiais que trabalharam nas décadas de 1960 e 1970 em escolas que estão entre as instituições citadas, e com as duas ex-alunas do mesmo período foram de grande importância para que os objetivos desse trabalho fossem alcançados. Seus relatos demonstram que essas instituições deixaram marcas na memória dessas mulheres, bem como na história da educação no interior do Maranhão, indicando-nos ainda que as estratégias de imposição utilizadas pelos religiosos italianos, em parte alcançaram o que estava proposto. Embora não impedissem o avanço do protestantismo e de outras religiões foram eficazes fazendo com que tanto as professoras, entrevistadas e muitos alunos (as) que foram catequizados, como as duas que relataram suas experiências continuassem católicas praticantes e não mudassem de religião.

Após a década de 1970, as ex-professoras continuaram exercendo a profissão em escolas públicas tanto na rede estadual de ensino quanto em escolas municipais, uma das professoras que trabalhou na escola paroquial do município de Porto Franco, continuando

seus estudos, ao formar-se em pedagogia fez mestrado em educação, sendo atualmente professora aposentada.

Embora não possam ser negadas as contribuições das escolas Paroquiais Capuchinhas para a escolarização no interior do maranhão, o ensino era apenas o meio pelo qual se buscava alcançar a principal finalidade dessa instituição escolar, a doutrinação na religião católica por meio do estudo do catecismo e de práticas religiosas como a memorização de rezas e de cânticos como parte do cotidiano da sala de aula.

Foi possível perceber ainda, que apesar das novas diretrizes para a igreja católica, a partir das normas do Concílio Vaticano II, os freis Capuchinhos Lombardos continuaram durante o período de estudo, com estratégias voltadas para o combate do protestantismo e de outras religiões consideradas hereges. Seja como for as marcas da escola Paroquial Capuchinha permaneceram na memória dos seus sujeitos educativos confirmando de certa forma que o investimento desde cedo na formação religiosa da criança é de fato uma garantia de que mais tarde não se desviará do ensino recebido. E essa era a maior “[...]pretensão dos católicos romanos, que diz[iam]: “Dêem-nos uma criança até que tenha sete anos, e a teremos a vida toda.” (LLOYD-JONES, 1994, p.10).

No final da década de 1970 as escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão começam a diminuir gradativamente até a sua completa extinção, pelo menos com essa nomenclatura, em virtude da ampliação do sistema público de ensino, que mesmo sendo ainda considerado deficitário, aos poucos foi alcançado os municípios e povoados localizados no território das áreas de missões, confiadas aos freis Capuchinhos Lombardos, que passaram a se dedicar à colaboração do clero diocesano.

Assim, para atender o nosso primeiro objetivo, enfatizamos inicialmente a historicidade da ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos numa dimensão mais ampla, refazendo a trajetória dos freis italianos a partir da implantação e termino da Missão Indígena do Maranhão provocada pela revolta dos povos indígenas (1901). Acrescentamos que se tornaram evidentes, a partir da década de 1920, os embates entre os freis lombardos e os missionários protestantes estrangeiros, o que nos levou a associar a criação de escolas paroquiais ao combate do protestantismo e a outras religiões como estratégia de imposição que buscava o fortalecimento do catolicismo.

Neste sentido, identificamos a ação pedagógica dos Capuchinhos Lombardos, a partir de um projeto missionário-educacional que incluía a criação de uma rede de escolas paroquiais com a finalidade de catequizar crianças e adolescentes, onde nesses espaços os religiosos italianos ministravam aula quando necessário, selecionavam as professoras

paroquiais, promoviam a formação religiosa e didáticas tanto na escola como fora da instituição determinando as regras no cotidiano da escola.

Entendemos que o nosso segundo objetivo foi alcançado quando verificarmos como estavam organizadas as escolas Paroquiais Capuchinhas, por meio dos documentos que fundamentavam o funcionamento e a estrutura dessas instituições e a finalidade do estatuto, como sendo uma das maneiras de conseguir subvenções federais, estaduais e municipais. Expomos por meio dos documentos analisados as representações dos freis capuchinhos que determinavam suas práticas ressaltando o tipo de ensino oferecido nessas instituições, o público atendido, o currículo adotado e as disciplinas ministradas com o objetivo de formar católicos praticantes que resistissem às investidas de missionários de outras religiões.

Desse modo, os indícios de nossa investigação nos permitem afirmar, que o problema, às questões norteadoras propostas e os objetivos foram alcançados. Portanto, a partir das reflexões feitas, entendemos que este trabalho não esgotou o universo de atuação da Ordem dos capuchinhos, esperando que contribua para que outros pesquisadores (as) possam dar continuidade na investigação da ação pedagógica dos freis Capuchinhos Lombardos no interior do Maranhão.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Marta. **Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

APPLE, W. Mchael. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. COSTA, C. dos Reis. **Maranhão 1948**. Departamento estadual de estatística, IBGE. São Luís, (?), 1950. Loc. 1P03. REG N. 1841/93.

_____. Secretaria Geral de Estado. Livro de Registro de subvenções concedidas a estabelecimentos de Ensino de 1933 a 1941. nº. 286/03. APEM

AZEVEDO. Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der. **História da Igreja no Brasil – Tomo II 3/2 - Terceira Época - 1930-1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BARROS, José D' Assunção. **A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Dialogos, DH/PPH/UEM, v.9, n.1, p. 125-141, 2005.

BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, Imperatriz**. 2ª ed. Imperatriz: AIL; São Luis:AML, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEOZZO, Oscar José. **A igreja do Brasil no Concílio Vaticano II:1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BENITO, Augustín Escolano. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRANDES, Galeno Edgar. **Barra do Corda na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar,2008.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã**. 3.ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 21ª reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, Carlota. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 2ªed. Imperatriz: Ética, 2000.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez; CASTRO, César Augusto. (Org.). **Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016.

_____. O CATECISMO DE FLEURY NA INSTRUÇÃO MARANHENSE OITOCENTISTA: método catequético ou método histórico? In: CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luiz Velásquez (Orgs.). **História da escola: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura**. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2018.

CASTILHO, Útilia Rodrigues. **Uma História de amor feita de luzes e sombras**. Fortaleza: Congregação das Irmãs Capuchinhas, 2004.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro. (Org.). **Escritos de História da Educação: Brasil e Portugal**. 1ed. São Luís: Café e Lápis, 2012.

CASTRO, César; CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez. **História da Escola: métodos, disciplinas, currículos e espaços de leitura**. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2015.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no Estudo das Práticas Cotidianas. In: SZMRECSANYI, Maria Irene (org.) **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano** (Anais do Encontro). São Paulo: FAU/USP, 1985. p. 3-19.

_____. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

COSTA, Diulinda Pavão. **O cenário educacional na princesa da baixada (1920-1960)**. Disponível em:

<https://tedebc.ufma.br/jspui/browse?type=author&value=Costa%2C+Diulinda+Pav%C3%A3o&value_lang=pt_BR>. Acesso em: 04 de janeiro 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CUSTÓDIO, M. P. C. **Da constituição de uma congregação feminina nordestina: análise de uma possível consequência sociorreligiosa da Rebelião do Alto Alegre – Maranhão.** *International Studies on Law and Education*, n. 16, jan. /abr. 2014.

_____. **Gênese de uma escola católica e estratégias femininas no Maranhão novecentista.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n.155, p. 178-198 jan. /mar. 2015a.

_____. **O papel da congregação das capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais.** In: II COLÓQUIO INTERNACIONAL CONGREGAÇÕES CATÓLICAS, EDUCAÇÃO E ESTADO NACIONAL - UNICAMP, Campinas, 2015b. Trabalho não publicado.

_____. **Expansão dos Empreendimentos Capuchinhos e Políticas Educacionais no Maranhão Republicano.** Caderno de Resumos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação – SBHE, 15 a 18 de agosto de 2017. Organizadores: Cláudia Engler Cury, Luiz Mário Burity, Maíra Lewtchuk Espindola e Thayná Cavalcanti Peixoto. Disponível em: http://www.ixcbhe.com/CADERNO_DE_RESUMOS.pdf. Acesso em 15 de ago. 2017.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa; CARVALHO, Janeth da Silva C. **Frei Osvaldo Coronini e a expansão da escolarização no Maranhão.** *Revista Internacional d’Humanitas*, São Paulo/Barcelona, CEMOrOc-FeUSP, n.40, p.69-80, mai./ago.2017.

CRUZ, Mariléia dos santos; ANJOS, Pâmela D.C. da Silva dos; RIBEIRO, Fernanda Sena. **Ação Missionária capuchinha no Sul do Maranhão: escolarização como instrumento de expansão da fé católica.** In: CRUZ, Mariléia dos Santos (Org.) *História da educação de Imperatriz: textos e documentos*. Imperatriz: Ética, 2012.

_____. **Ampliação e modernização do sistema de ensino primário do interior do Maranhão.** In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*, VII, 2013, Cuiabá – MT. Resumos e Textos. Cuiabá: UFMT, 2013, p.1-15.

D’ABBEVILLE, Claude. **História dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas.** Edições do Senado Federal, v.105. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2008.

DALLABRIDA, Norberto. **A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do médio vale do Itajaí Açu (1892 – 1918).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

_____. **Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República.** Florianópolis: Cidade futura, 2003.

_____. Das escolas paroquias às PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil v. 3.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p.75-86.

DAVIES, Nicholas. **Legislação Educacional Federal Básica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DÍAZ-BARRIGA, Ángel. *Didática: aportes para uma polémica.* Buenos Aires: REI Argentina, 1995.

EBY, Frederick. **História da educação moderna: teoria, organização e práticas educacionais**. 5.ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

ESTADO DO MARANHÃO. **Relatório do vice-presidente da Província do Maranhão, José Silva Maia** – 18 de maio de 1870, p.37 – 38. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**, em março de 1901, no exercício do cargo de governador do Estado Dr. João Gualberto Torreão. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

FORMIGA, Conceição. **Imperatriz mulher e mulheres**. Imperatriz: Ética, 2004.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

GIANELLINI, Gentil. **Saíram para semear ...** e já faz cem anos que a semente caiu em terra boa. Gorle: VELAR, 1993.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CARVALHO, Maria Gorretti Cavalcante de. **A proposta pedagógica da congregação Missionária Capuchinha**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2003.

_____. **A missão do Maranhão (1894-1922): acontecimento, particularidades e enredamento nos arquivos capuchinhos**. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

HEERDT, Moacir. **As Escolas Paroquiais em Santa Catarina 1890-1930**. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112188>>. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

_____. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

I.B.G.E. **Recenseamento geral do Brasil - 1950**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. 15. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>. Acesso em 03 jul. 2018.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IRIARTE, Lázaro. **História Franciscana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: < www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281>. Acesso em: 20 nov. 2016.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Pelotas: Seiva, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Antonio Carlos. Em nome de Deus. In: MONZA, Pe. Bartolomeu da. **O massacre de Alto Alegre: notas históricas**. Edições do Senado Federal, v.215. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LLOYD-JONES, Martin. A apresentação do Evangelho. In: **Discernindo os Tempos**. São Paulo: PES, 1994.

MARTINA, Giacomo. **História da igreja: de Lutero aos nossos dias**. São Paulo: Loyola, 1995.

MELO, Francivaldo. **História do Maranhão**. São Luís: Alpha, 2006.

MILLS, Y. Eva. **8:28**. Traduzido do original em inglês por Fabiana Lavor. São Luís: Literatura Cristã Evangélica, 2017.

_____. **Em Lugar do Espinheiro**. Belém: Missão Cristã Evangélica do Brasil – MICEB, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONZA, Pe. Bartolomeu da. **O massacre de Alto Alegre: notas históricas**. Edições do Senado Federal, v.215. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2016.

MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão – In: VIDAL, Diana Gonçalves. (Org). **Grupos escolares: cultura primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas. Mercado das Letras, 2006.

_____. Os reflexos da escola nova no Maranhão. In: **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

NEMBRO, M. **São José de Grajaú: primeira prelazia do Maranhão**. Fortaleza: Edições A Voz de São Francisco, 1955.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bordieu & a Educação**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2016.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares por que e como pesquisar**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Línea, 2013.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ORDEM DOS FRADES CAPUCHINHOS MENORES. Arquivo Histórico da Província Nossa Senhora do Carmo, São Luís do Maranhão. **Relatórios do Movimento Religioso das Paróquias (1960-1970)**. Manuscrito e Datilografado.

PACHECO, F. C. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1968.

PERES, Eliane; SOUZA Gizele de. Aspectos Teóricos-Metodológicos da Pesquisa Sobre Cultura Material: (im) possibilidades de investigação. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. **O conceito de Campo de Pierre Bourdieu: possibilidades de análise para pesquisa em história da educação brasileira**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015. Disponível em: < www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816322015337>. Acesso em: 08 de jul. 2016.

PESSOA, Claudeilson Pinheiro. **A obra educacional dos irmãos de Nicolle em Guimarães – MA (1955-1965)**. Disponível em: < <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/273>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

PIO XI. **DIVINI ILLIUS MAGISTRI (1929)**. Disponível em: < https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

PINSKY, Carla Bassaneze, (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

PORTO, Márcio de Sousa. **Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963 -1969)**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3388>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

QUEIROZ, Christina. **Religião e política no ensino: congregações católicas europeias supriram demanda por escolas no Brasil entre o fim do século XIX e a segunda metade do XX**. Pesquisa *FAPESP*, São Paulo, n.243, p.84-87, mai.2016. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/2016/05/.../religião-e-politica-no-ensino>. Acesso em: 16 nov.2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: EDITORA UEMA, 2015.

SILVA, Abdoral Fernandes da. **Nossas Raízes: a história da Aliança das Igrejas Cristãs Evangélicas do Norte do Brasil**. São Luís: SIOGE. 1994.

SMITH, Dugal. **Fazendo Progresso**. São Paulo: EBR, 1986.

STONER, Charles G. **Uma História da Missão Cristã Evangélica do Brasil – MICEB**. São Luís: Literatura Cristã Evangélica, 2007

SOARES, Alairton Luis Araujo. **Ginásio Pinheirense: criação e inserção no contexto sociocultural da baixada e litoral ocidental maranhense (1953 – 1963)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOUSA, Rogério Luiz. As escolas paroquiais. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

STRIEDER, Dulce Maria. **Aspectos da formação e atuação docente nas escolas paroquiais teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art08_32.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Apontamentos para a história pública e particular do Maranhão: 1929 a 1989 (1ª parte)**. Es, LI: ES, NI 1936.

ZAGONEL, Frei Carlos Albino (Org.). **Capuchinhos no Brasil**. 1ªed. Porto Alegre: CCB, 2001.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DA PROVÍNCIA CAPUCHINHA NOSSA SENHORA DO CARMO. Estatuto do Colégio São José da Providencia, 1910.

- _____. Estatuto da Associação Educadora Italo-Brasiliense, 1912.
- _____. Pasta da Associação Educadora São Francisco de Assis, 1958-1978. Loc. Est. A – Fila II- Nº 31-doc.2 a-i.
- _____. Precedentes que Levaram à Criação da Prelazia de Carolina, 1958. Loc. Est.B- Fila III –doc.15 2f.
- _____. Relatório sobre a Paróquia de Porto Franco, 1955. Loc. Est. B – Fila V-Nº 7-doc 2C.
- _____. Relatório do Movimento religioso social - obras sociais, 1961. Loc. Est. B – Fila IV-Nº 30
- _____. Relatório do Movimento religioso social, 1962. Loc. Est. B – Fila IV-Nº 30-doc. 5i.
- _____. Relatório do Movimento religioso social, 1964.
- _____. Relatório das obras sociais, 1964.
- _____. Relatório anual de atividades da paróquia de Santa Tereza de Imperatriz. 1966. Loc. Est. B- Fila IV- Nº30-3k.
- _____. Relatório de desobriga da paróquia de Imperatriz, 1966. Frei Osvaldo de Sovero (Vigário cooperador encarregado das desobrigas). Loc. Est. B – Fila IV-Nº 30.
- _____. Relatório anual para o Secretariado Nacional de Prelazias, 1966. Loc. Est. B – Fila IV-Nº 30.
- _____. Relatório anual de atividades da paróquia de Santa Tereza de Imperatriz, 1966.
- _____. Relatório anual de desobriga, 1966.
- _____. Relatório das obras sociais, 1969.
- _____. Relatório anual do religioso da vice província do Maranhão – Pará, 1975.
- _____. Relatório anual dos religiosos, 1976.
- _____. Relatório anual dos religiosos, 1977. Loc. Est. B- Fila IV- Nº30- doc. 5y
- _____. Relatório para Roma e Milão, 1895. Loc. Est. A- Fila 1- Nº1
- _____. Resumo histórico da Residência de Barra do Corda, 1910.
- _____. Livro de Tombo da Missão, (1893-1897). Loc. Est. A- Fila 1- Nº1
- _____. Livro de Tombo da Missão do Maranhão, (1897-1909). Loc. Est. A- Fila 1- Nº2

PERIÓDICOS DA ORDEM CAPUCHINHA PESQUISADOS

ARQUIVO DA PROVÍNCIA CAPUCHINHA NOSSA SENHORA DO CARMO. **Annali Francescani**, Milano, Redazione degli, n.6-7, mar./apri.1926. Loc. Est. B – Fila II- Nº24.

- _____. **Cristus Rex Martirum, Lux de Cruse**, n.1, feb.1951.
- _____. **Sacrificio per Amore**, Stab. Tip. -LIT. TERRAGNI & CALEGARI, n.28, maz. 1926.
- _____. **A voz de São Francisco**, MINERVA, n. (?), mar. 1951.
- _____. **Interessantes Reminiscências De um massacre**, Tipografia São Francisco, n.1, mar. 1957.

JORNAIS PESQUISADOS

PACOTILHA. São Luís, 04 de abril. 1901, nº 81, ano XXI, p. 2. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq=massacre%20de%20alto%20alegre>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

DIARIO DO MARANHÃO. São Luís, 22 de março. 1901, nº 08271, ano XXXII, p.2.
Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=168319_01&pasta=ano%20190&pesq=massacre%20de%20alto%20alegre>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

JORNAL DO MARANHÃO. São Luís, 05 de setembro. 1965, nº 03611, ano XXXI, p.9.
Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112135&PagFis=2962&Pesq=%20ap%C3%B3s%2036%20anos%20de%20servi%C3%A7o>>. Acesso em: 10 de março de 2018.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ED. MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: INSTITUIÇÕES ESCOLARES, SABERES E PRÁTICAS
EDUCATIVAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**EX-PROFESSORES (AS) / EX-ALUNOS (AS) DE ESCOLAS PAROQUIAIS
CAPUCHINHAS**

Título do projeto: As Escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão (1960-1970)

Pesquisador responsável: Janeth Carvalho da Silva Cardoso

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Maranhão

Telefone para contato: (99) 9 8146-3793

Prezado (a),

Você está sendo convidado (a) a participar, de forma totalmente voluntária, de uma pesquisa na área de educação. Você precisa decidir se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que segue e, caso tenha alguma dúvida, solicite ajuda ao responsável pelo estudo. Após ser esclarecido (a) sobre a informação a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. O presente estudo será conduzido pela pesquisadora Janeth Carvalho da Silva Cardoso, sob a orientação do pesquisador Prof. Dr. César Augusto Castro. A pesquisa tem como tema “**As Escolas Paroquiais Capuchinhas no interior do Maranhão (1960-1970)**”.

Os dados serão coletados com ex-professores (as) e ex-alunos (as) de Escolas Paroquiais Católicas que vivenciaram o ensino primário nesse tipo de instituição confessional no período pesquisado. Para coletar os dados faremos uso de entrevista, onde serão utilizados, respectivamente, material impresso e gravador.

O estudo tem por objetivo analisar a ação pedagógica dos capuchinhos lombardos no interior do Maranhão no período de 1960-1970 com enfoque nas escolas paroquiais. Para isso, buscar-se-á identificar a constituição do campo pedagógico dos capuchinhos no sul do Maranhão, verificar a organização das escolas paroquiais criadas pelos capuchinhos e analisar os artefatos da cultura material escolar presentes nas escolas paroquiais capuchinhas.

Com relação aos participantes da pesquisa, todos serão convidados a contribuir, uma vez que a pesquisa considera fundamental a participação dos atores envolvidos para que os objetivos propostos sejam alcançados. As informações produzidas serão registradas, analisadas e interpretadas com base no referencial teórico e metodológico que orienta o estudo.

Com base no exposto, precisamos contar com a sua contribuição para nos conceder uma entrevista, onde responderá perguntas relacionadas à temática em estudo. No caso da

existência de perguntas, que possam causar algum tipo de constrangimento, estas podem ser renegociadas com a pesquisadora responsável, bem como está garantido o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. Sua contribuição neste processo de pesquisa é de fundamental importância para ampliação do debate sobre a atuação pedagógica dos capuchinhos no centro sul do Maranhão. As informações fornecidas por você terão suas privacidades garantidas pelos pesquisadores responsáveis e somente serão divulgadas mediante sua autorização. O acesso aos dados brutos somente será permitido ao pesquisado interessado, ao pesquisador e sua equipe de estudo. Sua participação é isenta de qualquer despesa. Caso haja necessidade de maiores esclarecimentos ou surgirem eventuais dúvidas, pode entrar em contato com o pesquisador responsável.

Atenciosamente,

Janeth Carvalho da Silva Cardoso

Pesquisador responsável

Prof. Dr. César Augusto Castro

Pesquisador orientador

CONCETIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar, como sujeito do estudo “**As escolas paroquiais capuchinhas no interior do Maranhão (1960-1970)**”. Declaro que fui esclarecido quanto às informações referentes ao presente estudo e que ficaram claros, para mim, o objetivo do estudo, os procedimentos, a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, bem como a isenção de qualquer despesa. É garantido que tenho acesso ao material produzido e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos. Dessa forma, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa e autorizo a utilização destas informações nos trabalhos a serem produzidos e apresentados em eventos científicos acadêmicos e divulgados por meios orais, gráficos, impressos e/ou eletrônicos.

Imperatriz, ____ de _____ de 2018

Assinatura do (a) colaborador (a) da pesquisa

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - EX-PROFESSORA (O) DE ESCOLA PAROQUIAL

OBSERVAÇÃO: *A presente entrevista dar-se-á mediante a sua assinatura em um documento permitindo a publicação dos dados coletados. No intuito de evitar qualquer constrangimento, lhe é assegurado a preservação da sua identidade a partir da definição de um pseudônimo, assim como a apresentação da entrevista transcrita para a sua conferência e aprovação.*

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A):

PSEUDÔNIMO: _____

- 1) Qual seu nome completo, localidade e profissão atual?
- 2) Em que época você ensinou na escola paroquial? Descreva como era a sua rotina na escola. Que tipo de material didático, autores e metodologia eram utilizadas para o planejamento das aulas? O que diferenciava a escola paroquial das escolas públicas da época? O ensino era misto?
- 3) Como a sala de aula era organizada? Existiam carteiras, mesa para o professor, quadro e outros materiais? Quais?
- 4) Que tipo de disciplina era imposta aos alunos (as) que não cumpriam as regras estabelecidas no estatuto das escolas paroquiais? Como as regras do estatuto eram repassadas aos alunos?
- 5) As professoras (es) recebiam algum tipo de formação específica para trabalhar na escola paroquial?
- 6) Qual era a sua formação? Quais os critérios para a seleção de professores (as)? Participar da liturgia e da missa também era função dos professores da escola paroquial?
- 7) Existiam alunos (as) de outras religiões na escola paroquial ou era uma instituição escolar destinada apenas para filhos de católicos?
- 8) Como era a relação com dos professores (as) com o freis capuchinhos e irmãs que trabalhavam na escola?
- 9) Como eram as aulas de religião? A catequese era realizada na escola? Fazia parte da educação dos alunos?
- 10) A escola funcionava no mesmo espaço da paróquia ou em prédio próprio?

- 11) Existia na escola ou na cidade um discurso de rivalidade entre católicos e protestantes?
- 1) Gostaria de acrescentar algo a mais sobre as escolas paroquiais, a relação com a direção da escola, a catequese, o ensino religioso ou outro assunto que eu não perguntei? O que?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - EX-ALUNO (A) DE ESCOLA PAROQUIAL

OBSERVAÇÃO: *A presente entrevista dar-se-á mediante a sua assinatura em um documento permitindo a publicação dos dados coletados. No intuito de evitar qualquer constrangimento, lhe é assegurado a preservação da sua identidade a partir da definição de um pseudônimo, assim como a apresentação da entrevista transcrita para a sua conferência e aprovação.*

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A):

PSEUDÔNIMO: _____

- 1) Qual seu nome completo, localidade e profissão atual?
- 2) Em que época você estudou na escola paroquial? Descreva como era a escola. O que havia nas dependências internas da escola, o que as diferenciava das escolas públicas?
- 3) No período em que você estudou na escola paroquial, como eram os móveis, a mobília da sala de aula e a infraestrutura da escola? Havia livros, carteiras, quadro, lanche?
- 4) Como era a rotina de estudos, as atividades que os professores organizavam em sala de aula?
- 5) O ensino era gratuito ou pago? Existiam alunos bolsistas? Tinha diferença entre os alunos bolsistas e não bolsistas?
- 6) Os alunos recebiam alguma instrução catequética dentro da escola? De que forma a religião era praticada pelos alunos? Existiam alunos de outras religiões ou somente católicos?
- 7) Quantos vezes por semana eram ministradas aulas de religião? Qual a duração das aulas de religião? Quem ministrava?
- 8) A escola ficava localizada no mesmo espaço da paróquia? Os alunos da escola paroquial dos capuchinhos participavam da liturgia da igreja? A escola organizava essas participações? As participações eram voluntárias ou faziam parte das atividades obrigatórias da escola?
- 9) Na convivência com os freis capuchinhos e irmãs na escola paroquial, o que foi mais marcante?

- 10) As regras estabelecidas por meio do estatuto da escola paroquial, eram cumpridas com facilidade pelos alunos (as)? Existiam resistências por parte dos alunos (as)? Qual a disciplina imposta aos alunos que não cumpriam as regras do estatuto? O ensino era misto?
- 11) Os professores trabalhavam apenas na escola ou ajudavam também na catequese e na missa?
- 12) Na cidade existiam alguma rivalidade entre católicos e protestantes?
- 13) Algo mais que queira falar sobre os freis, irmãs e as escolas paroquiais capuchinhas que eu não perguntei?